

SUZANE DANTAS DE SOUZA

**O ASSISTENTE SOCIAL COMO AGENTE DA RELAÇÃO ENTRE
FAMÍLIA E A ESCOLA NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO
EDUCATIVA**

Orientador: Jorge Serrano

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação**

Lisboa

2016

SUZANE DANTAS DE SOUZA

**O ASSISTENTE SOCIAL COMO AGENTE DA RELAÇÃO ENTRE
FAMÍLIA E A ESCOLA NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO
EDUCATIVA**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Educação Especial conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias com o Despacho Reitoral nº 105/2016 com a seguinte composição:

Presidente-Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa-ULHT

Arguente-Professora Doutora Rosa Serradas Duarte - ULHT

Orientador-Professor Doutor Jorge Serrano-ULHT

Orientador: Professor Doutor Jorge Serrano

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

Lisboa

2016

“A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro”.

“Se reduzirmos a nossa prática a uma resposta urgente, a uma questão permanente, retiramos dela toda sua grandeza, pois deixamos de considerar, neste sujeito, a sua dignidade humana”.

(Maria Lucia Martinelli)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem ele não teria conseguido.

Agradeço a todos os professores da UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS que passaram seus conhecimentos em todo esse processo de aprendizagem.

Agradeço a professora Laura Tereza de Souza pelo apoio e incentivo para que eu continuasse.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Jorge Serrano, sempre disponível para dar-me o seu apoio e orientação nos momentos de maior dificuldade.

Um obrigado a todos os profissionais, pais e alunos que fazem parte do Colégio Arquidiocesano de Aracaju Escola Estadual 8 de Julho, que se prontificaram a preencher o questionário e em especial às diretoras pela gentileza de terem aceitado minha pesquisa nestas escolas e pelas horas passadas em conjunto.

Um agradecimento a minha amiga Degenaura Gomes de Andrade Stefaniu pelo carinho e incentivo prestados na hora que abriu as portas da escola pública (seu local de trabalho) para que eu pudesse fazer a pesquisa.

À minha família, muitas vezes privada da minha presença, um enorme obrigado pelo seu carinho, compreensão e incentivo.

Um obrigado especial a meu filho por tudo que representa em minha vida.

Enfim obrigada a todos por terem estado presentes nesse processo quando foi preciso!

RESUMO

Os problemas sociais vivenciados pelos estudantes como indisciplina, evasão escolar, atitudes de comportamentos agressivos, violência, questões étnico-racial na escola, diversidade de orientação sexual, são situações preocupantes para os professores no contexto de sala de aula, apresentando impacto inegável na vida escolar de um número considerável de alunos. Entre as atribuições do assistente social, na área da educação, estão previstas o atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, monitorar os estudantes em situação de infrequência e evasão escolar. Apesar da sua importância, para o processo de ensino-aprendizagem, esse profissional, não atua nas escolas públicas e na grande maioria das escolas particulares. A investigação teve por objetivo estabelecer um diferencial entre a escola que possui, em seu quadro técnico, Assistente Social, e outra que não o possui. O trabalho apresenta uma revisão de literatura sobre o Assistente Social como Agente da Relação entre Família e a Escola na Promoção da inclusão Educativa, transpondo a abordagem conceitual, o papel do assistente social como mediador do processo de ensino aprendizagem, a educação inclusiva e a relação da família com a escola. O trabalho integra, também, uma pesquisa de campo, que teve como sujeitos de estudo os alunos, os pais, professores, equipe gestora, equipe técnica e assistente social realizada em duas escolas, uma pública e outra particular. Nesse estudo, percebemos que, apesar de uma das escolas, não contar com Assistente Social, as duas apresentam perfis semelhantes no que se refere à atuação da equipe gestora em suas estratégias adotadas na solução dos problemas vivenciados pelos alunos. Entretanto, não é suficiente para evitar algumas ocorrências de violência dentro da escola pública, necessitando a atuação do profissional Assistente Social para intervir junto a família. Neste sentido, é dado que os alunos com estes problemas manifestam frequentemente desvios de comportamento e dificuldades de aprendizagem. Assim, percebe-se que a presença do Assistente Social, na escola é fundamental para auxiliar os professores a lidar com estes alunos em contextos escolares, com a aproximação entre a escola e as famílias, contribuindo para a inclusão destes alunos, melhorando o seu relacionamento com os colegas e professores, bem como, o seu rendimento escolar, autonomia e autoestima.

Palavras-chave: Assistente Social; inclusão educativa; escola; família; professor.

ABSTRACT

The social problems experienced by students, as indiscipline, truancy, aggressive attitudes and behaviors, violence, ethnic and racial issues in school, diversity of sexual orientation, are worrying situations for teachers in the classroom context, with undeniable impact on school life a considerable number of students. Among the duties of the social worker in the education, are provided for the care and systematic follow-up to families and students in the school units, monitor students in infrequency and truancy situation. Despite their importance to the process of teaching and learning, this professional does not act in the public schools and in most private schools. The investigation aims to establish a differential between the school which has, in its technical, social worker, and one who has not. The research presents a literature review on the social worker as Agent Relationship Between Family and School in Promoting Educational inclusion, bridging the conceptual approach, the role of the social worker as mediator of the teaching-learning process, including education and the family relationship with school. The work includes also a field of research that had as study subjects students, parents, teachers, management team, technical team and social worker, performed in two schools: one public and one private. In this study, we realized that although one of the schools do not count on Social Worker, the two have similar profiles with respect to the performance of the management team in its strategies adopted in the solution of the problems experienced by students. However, it is not enough to prevent some instances of violence within the public school and need the performance of the professional social worker to intervene with the family. In this sense, given that students with these problems often manifest deviant behaviors and learning disabilities. Thus, it is clear that the presence of the social worker in school is critical to help teachers deal with these students in school settings, with the approximation between the school and families, contributing to the inclusion of these students, improving your relationship with peers and teachers, as well as their school performance, autonomy and self-esteem.

Keywords: Social Worker; inclusive education; school; family; teacher.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	16
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	19
1. SOCIEDADE, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO.....	20
1.1. História da família.....	21
1.2. Importância da participação da família na educação das crianças.....	23
1.3. Tipos de família.....	26
1.4. Papéis e funções da família.....	27
1.5. A Educação inclusiva.....	29
2. BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	31
2.1. Serviço social e a educação.....	34
2.2. O Serviço Social e suas contribuições no âmbito escolar.....	38
2.3. O Serviço Social e sua atuação junto a família dos alunos.....	43
2.4. A contribuição do Assistente Social no trabalho interdisciplinar na escola.....	45
2.5. Legislação do Serviço Social e a Política educacional.....	47
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO.....	55
1. DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO.....	56
1.1. Problemática da investigação.....	57
1.2. Questões de partida.....	57
1.3. Objetivos.....	58
1.3.1. Objetivo geral.....	58
1.3.2. Objetivos específicos.....	58
1.4. Métodos e instrumentos de coleta de dados.....	59
1.4.1. O método.....	59
1.4.2. Os instrumentos.....	59
1.4.3. Procedimentos.....	60

1.4.3.1. Análise documental.....	60
1.4.3.2. A entrevista semi-estruturada.....	60
1.4.3.3. Os questionários.....	62
1.4.4. Amostra.....	65
2. CARACTERIZAÇÃO DOS CONTEXTOS DE INVESTIGAÇÃO.....	66
2.1. Caracterização do campo da pesquisa.....	66
2.2. Estudo de caso 1	67
2.2.1. Caracterização da escola A.....	67
2.2.2. Perfil dos alunos – Escola A	75
2.2.3. Perfil dos professores – Escola A	76
2.2.4. Perfil dos pais dos alunos – Escola A	76
2.3. Estudo de caso 2	77
2.3.1. Caracterização da Escola B.....	77
2.3.2. Perfil dos alunos – escola B.....	80
2.3.2. Perfil dos professores – Escola B	80
2.3.4. Perfil dos pais dos alunos – Escola B.....	80
PARTE III – ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	81
1. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	82
1.1. Intróito.....	82
1.1. Questionário dos alunos.....	82
1.2. Questionário dos professores.....	92
1.3. Questionário dos pais dos alunos.....	104
1.4. Entrevista com as equipas gestoras.....	114
1.5. Entrevista com as equipas técnicas.....	123
1.6. Entrevista com o Assistente Social.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142

REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS.....	146
APÊNDICES.....	i
ANEXOS.....	Vii

INDICE DE SIGLAS

AID – Agência para o Desenvolvimento Internacional
ASEMA – Apoio Sócio Educativo em MEIO aberto
ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BH – Belo Horizonte
CEB - Câmara de Educação Básica
CEE - Conselho Estadual de Educação
CNE -Conselho Nacional de Educação
CBCISS – Centro Brasileiro Cooperação Intercâmbio de Serviço Social
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especial de Assistência Social
CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJAEF- Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental
LDB - Lei de Diretrizes e Base
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério da Educação
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
NE – Necessidades Especiais
ONU – Organização das Nações Unidas
OEA –Organização dos Estados Americanos
ONG - Organização não Governamental
PPP – Projeto Político Pedagógico
PNE – Plano Nacional de Educação
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE - Programa de Dinheiro Direto na Escola
PROFIN - Programa de Transferência de Recursos Financeiros

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01 – Instrumentos de coleta de dados.....	60
Quadro 02 – Estrutura da entrevista das equipes gestoras.....	61
Quadro 03 – Estrutura da entrevista das equipes técnicas.....	61
Quadro 04 – Estrutura da entrevista do Assistente Social.....	62
Quadro 05 – Estrutura do questionário dos alunos.....	63
Quadro 06 – Estrutura do questionário dos professores.....	64
Quadro 07 – Estrutura do questionário dos pais dos alunos.....	64
Quadro 08 – Equipe técnica da escola A.....	65
Quadro 09 – Equipe técnica da escola B.....	66
Quadro 10 – Logotipo do Colégio Arquidiocesano de Aracaju.....	67
Quadro 11 – Logotipo da Escola Estadual 8 de Julho.....	77
Quadro 12 – Entrevista do Assistente Social da escola A.....	132

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 01-a – Perfil – Idade dos alunos questionados.....	83
Gráfico nº 01-b – Perfil – Série em curso pelos alunos.....	84
Gráfico nº 01-c – Perfil – Divisão dos alunos quanto ao sexo.....	85
Gráfico nº 02 – Dificuldades enfrentadas na aprendizagem.....	86
Gráfico nº 03 – Como é o seu relacionamento com os colegas?.....	87
Gráfico nº 04 – Como é o seu relacionamento com os professores?.....	88
Gráfico nº 05 – O que falta na sua escola?.....	89
Gráfico nº 06 – Relacionamento dos alunos com a família.....	90
Gráfico nº 07 – Os pais participam da vida escolar dos alunos?.....	91
Gráfico nº 08-a – Perfil – Idade dos professores.....	92
Gráfico nº 08-b – Perfil – Tempo de exercício da função.....	93
Gráfico nº 09 – Rede de ensino onde exercem suas funções.....	94
Gráfico nº 10 – Solução dos problemas de violência e aprendizagem.....	95
Gráfico nº 11 – Relacionamento dos professores com os pais dos alunos.....	96
Gráfico nº 12 – Participação dos pais nas decisões da escola.....	97
Gráfico nº 13 – Presença do Assistente Social na escola?.....	98
Gráfico nº 14 – Participação dos pais nas atividades dos alunos.....	99
Gráfico nº 15 – Aspectos sociais que interferem no aprendizado.....	100
Gráfico nº 16 – Relacionamento dos professores com os pais dos alunos.....	101
Gráfico nº 17 – A importância do Assistente Social na escola.....	102
Gráfico nº 18 – Formação acadêmica dos professores.....	103
Gráfico nº 19–Sexo dos pais questionados.....	104
Gráfico nº 20 – Frequência da idade dos pais dos alunos.....	105
Gráfico nº 21 – Quantos filhos você tem?.....	106
Gráfico nº 22 – Renda familiar dos pais dos alunos.....	107
Gráfico nº 23 – Relacionamento dos pais com os professores.....	108

Gráfico nº 24 – Participa das decisões da escola? Como?.....	109
Gráfico nº 25 – Como é o relacionamento familiar?.....	110
Gráfico nº 26 – Participa das atividades escolares do seu filho?.....	111
Gráfico nº 27– Relacionamento dos pais com a diretoria da escola.....	112
Gráfico nº 28 – Relacionamento dos pais com a coordenação.....	113
Gráfico nº 29 – Dificuldades administ. que influem no proc. de ensino aprend.....	114
Gráfico nº 30 – Solução dos casos de violência e problemas de aprendizagem.....	115
Gráfico nº 31 – Relacionamento da equipe gestora com os pais dos alunos.....	116
Gráfico nº 32 – Formas de participação dos pais nas decisões da escola.....	117
Gráfico nº 33 – A presença de Assistente Social na escola.....	118
Gráfico nº 34 – Formas de participação dos pais na vida escolar dos alunos.....	119
Gráfico nº 35 – Relacionamento dos gestores com os alunos.....	120
Gráfico nº 36 – Aspectos sociais que interferem na aprendizagem.....	121
Gráfico nº 37– Percepção da falta de Assistente Social na escola	122
Gráfico nº 38 – Dificuldade administ. que influem no proc. de ensino aprend.....	123
Gráfico nº 39 – Solução dos casos de violência e probl. de aprend. na escola.....	124
Gráfico nº 40 – Relacionamento com os pais dos alunos	125
Gráfico nº 41 – Como é observ. a participação dos pais na decisão da escola?.....	126
Gráfico nº 42 – A escola que você trabalha conta com Assistente Social?.....	127
Gráfico nº 43 – Como é vista a partic. Dos pais na vida escolar dos alunos?.....	128
Gráfico nº 44 – Como é o seu relacionamento com os alunos?.....	129
Gráfico nº 45 – Que aspectos sociais interferem na aprendizagem?.....	130
Gráfico nº 46 – Como você vê a falta de Assistente Social na escola?.....	131

ÍNDICE DE APÊNDICES

01- Termo de consentimento e esclarecimento.....	I
02- Questionário do aluno.....	II
03 - Questionário dos pais.....	III
04 - Questionário dos professores.....	IV
05 - Questionário da equipe gestora.....	V
06 - Questionário do Assistente Social.....	VI

ÍNDICE DE ANEXOS

Foto nº 01 – Colégio Arquidiocesano de Aracaju – Fachada Externa.....	Vii
Foto nº 02- Colégio Arquidiocesano de Aracaju – Sala de Aula.....	Vii
Foto nº 03 – Colégio Arquidiocesano de Aracaju – Sala do Assistente Social.....	Viii
Foto nº 04 - Colégio Arquidiocesano de Aracaju - Quadra de esportes.....	Viii
Foto nº 05 - Escola Estadual 08 de Julho de Aracaju - sala de aula.....	iX
Foto nº 06 - Escola Estadual 08 de Julho de Aracaju - sala dos professores.....	iX
Foto nº 07 - Escola Estadual 08 de Julho de Aracaju - Biblioteca.....	X
Foto nº 08 - Escola Estadual 08 de julho de Aracaju - Pátio.....	X

INTRODUÇÃO

O papel principal da Educação é a promoção do conhecimento para possibilitar as pessoas a participarem das políticas e lutar pela igualdade de direitos. Na área da Educação o Serviço Social trabalha em busca da igualdade e ampliação a defesa dos direitos sociais. É baseada nesta necessidade social que o Serviço Social trabalha com a educação e considera que as competências e atribuições do Serviço Social são vastamente dialogáveis com o ambiente escolar, considerando que, a Constituição Federal do Brasil de 1988 promulgou o Estado Democrático de Direito, consagrou em seu artigo 6º a educação como um direito social, pautada na formação do cidadão. Portanto, o acesso do cidadão à educação de qualidade e sua permanência se constitui um grande desafio para educação pública no país, seja no âmbito da educação básica ou em Universidades, cursos técnicos, profissionalizantes e tecnológicos, assim como também em escolas da rede privada de ensino. O trabalho do assistente social na área da educação é, em primeira instância, garantir o direito já preconizado nos marcos legais, identificando e intervindo nas expressões das questões sociais que fazem parte desse campo de atuação. Situações vivenciadas pelos estudantes no âmbito sócio educacional e sócio familiar, onde podem ser destacados aspectos relacionados ao fracasso escolar, indisciplina, atitudes e comportamentos agressivos e violentos, evasão escolar, pluralidade e respeito à diversidade, a relação escola-comunidade, crianças e adolescentes vítimas de violência, as questões dos atos infracionais, a questão étnico-racial na escola, diversidade de orientação sexual, enfim, situações interligadas à vida cotidiana dos estudantes e de suas famílias que podem comprometer o bom desempenho escolar dos mesmos. Esta investigação teve como finalidade analisar e ampliar a compreensão de como a intervenção do assistente social e a participação da família é percebida no espaço escolar, e se a inserção do assistente social tende a contribuir na condição de mediador no campo educacional num contexto de grandes mudanças sociais e familiares, no processo ensino aprendizagem dos alunos, levando em conta, ainda, os condicionantes que dificultam ou facilitam a integração entre família e escola. Pretende-se ainda, verificar a participação do Assistente Social nessa relação e sua contribuição ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos diante da precariedade e escassez dos postos de trabalho e as condições de pobreza e desigualdade social presente na sociedade brasileira. A motivação de realizar esta pesquisa surgiu com a observação dos problemas de aprendizagem e comportamento existentes nas escolas, muitos deles relacionados à família. Sendo esta um espaço de atuação do Assistente Social, assim como a educação, verificamos que em 2009, de

acordo com a nova reorientação do trabalho elaborada pela Gerência de Serviço Social na Educação, as atribuições do assistente social na área da educação, diz respeito a alguns itens, entre eles o atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola; monitoramento e acompanhamento dos estudantes em situação de infrequência e evasão escolar; Diante dessas atribuições do profissional de Serviço Social, percebemos que esse profissional não atua nas escolas públicas e na grande maioria das escolas particulares. Neste sentido, a atuação junto aos familiares, professores, alunos se torna premente para garantir o acesso à educação e o ensino de qualidade a esses. Assim como desenvolver um trabalho que possa compreender e compartilhar junto ao coletivo escolar, formas de lidar com as problemáticas diversas existentes nas escolas, entre eles o baixo desempenho escolar. Assim sendo, buscamos descobrir, se o distanciamento entre escola e família se deve a ausência do Assistente Social nas escolas? Por que a maioria das escolas sergipanas não tem em seu quadro pedagógico o Assistente Social? Para contemplar os objetivos iniciamos com uma revisão bibliográfica sobre o Assistente Social como Agente da Relação entre Família e Escola na promoção da inclusão educativa, transpondo a abordagem conceptual, e o papel do assistente social como mediador do processo de ensino aprendizagem e a relação da família e escola, complementando com uma pesquisa de campo, tendo como objetos de estudo os alunos, os pais, professores, equipe gestora e assistente social de duas escolas, uma publica, situada na zona Oeste e outra privada, situada na zona norte (centro). A escolha dos colégios se deu para poder possibilitar e traçar um diferencial entre a escola que possui Assistente Social, em seu quadro, e outra que não possui um Assistente Social no seu quadro de profissionais. Em seguida, refere-se à metodologia utilizada nesta investigação que traz a clarificação de conceitos, a questão de partida, a definição dos objetivos, a descrição dos instrumentos de coleta de dados utilizados, a análise documental que permitiu a caracterização do contexto familiar, social, escolar e ambiental, no qual, o aluno se insere, análise e apresentação dos resultados que serviram de ponto de partida para outras pesquisas. Por último, apresentamos a conclusão e reflexões finais, bem como, sugestões emergentes da pesquisa, através do qual podemos verificar se os objetivos inicialmente propostos foram ou não atingidos. Finalmente, apresentamos as referências bibliográficas que forneceram suporte ao trabalho realizado, bem como, os anexos e os apêndices com informações complementares dos aspectos abordados.

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. SOCIEDADE, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO.

Durante anos a educação pública vem sendo alvo de questionamentos em relação à qualidade do ensino oferecido e, principalmente, em relação ao desenvolvimento e aprendizagem dos seus alunos. Isto tem sido evidenciado nos diferentes níveis de escolarização, inclusive nas creches. De acordo com Oliveira (2011, p. 31), que fez uma análise histórica do tema:

Nos anos de 1980, essa realidade se torna alvo de análises de estudiosos de universidades e de representantes das administrações públicas, os quais denunciam a baixa qualidade do atendimento prestado às crianças (...). Isso já marca uma mudança de perspectiva. A criança pouco a pouco passa a ser vista como portadora de direitos.

Ainda segundo Oliveira (2011, p. 31), “pode-se afirmar que a atual forma de atuação do Estado na educação das crianças resulta de uma série de mudanças na estrutura da sociedade, envolvendo alguns atores sociais, como a família, a mulher e a criança”. Portanto, indica-se por esta conclusão da autora que a família, juntamente com o Estado, é responsável direta pelo processo de escolarização das crianças. Continua a afirmar que

(...) a família, hoje, com as suas diversas formas de organização, opta por dividir com o Estado a educação das crianças pequenas. A mulher reivindica e tem, cada vez mais, assumido um lugar no mercado de trabalho e permanecido mais tempo na escola, além de ocupar o lugar social de mãe. Oliveira (2011, p.31)

Isto evidencia que a criança, por sua vez, se transforma em um foco das políticas públicas na perspectiva do direito. Essas mudanças demandam do poder público uma atuação mais efetiva no processo de educação das crianças, em instituições públicas de educação infantil.

Há iniciativas tomadas por representantes da instituição escolar com vistas ao maior comprometimento e participação dos pais, ou familiares, no ambiente frequentado pelos alunos. Objetiva-se com isto fortalecer este laço sabidamente necessário. Souza (2012, p. 16) afirma que:

Mais do que as famílias, a escola tem buscado dialogar, aproximar, criar vínculos das pessoas entre si e delas com a escola. Os encontros nos finais de semana acabam incorporando um tom de informalidade que ajuda as pessoas a redefinirem no trabalho cotidiano os papéis rigidamente definidos pela burocracia do sistema. Pode-se dizer que, até o fim da Segunda Guerra, predominou no

cenário brasileiro e mundial um modelo de escola de tendência aristocrática caracterizado pela dificuldade de acesso e de trajeto em seu interior. Portanto um modelo fechado e, em muitos aspectos, semelhante aos hospícios e presídios, principais modelos totais de enquadramento das pessoas a um modelo de sociedade. No início dos anos 50, a escola de educação básica foi sacudida por demandas antes não presentes com tão grande intensidade, a escola passa a ser democratizada. A escola até então reservada a uma elite, tem de abrir a todos os interessados porque o acesso à escola passou a ser o primeiro indicador de uma sociedade democrática.

Salviano (2008, p. 03) também mostra uma reflexão sobre as modificações que a relação entre família e escola tem passado ao longo dos anos.

A relação entre a escola e a família tem se modificado muito nos últimos tempos. A família vem passando por significativas reestruturações e hoje em dia convivemos com diversas realidades familiares. Com o surgimento da sociedade burguesa observam-se mudanças no que se refere ao sentimento de infância. Tem-se agora uma família centrada na criança, a afetividade ganha lugar na família que passa a criar seus filhos e a escola assume o papel de educar as crianças. Não havia neste período a separação das crianças.

1.1. História da Família

No Brasil a configuração da família já variou bastante com o decorrer da história, as famílias brasileiras tinham proporções muito maiores, Incluíam não só o casal e seus filhos, mas também filhos “ilegítimos”, parentes, afilhados, compadres etc. Todos viviam em casa muito simples e rude permitindo a quebra de certas barreiras sociais. Sá (2010) em seu artigo comenta que “a família era constituída tanto por pessoas do mesmo sangue, chamadas cognados, como as pessoas que não eram consanguíneas, mas eram vinculadas por possuírem o mesmo pater, chamados de parentes por agnação”. As famílias, naquela época, (período colonial até final do século XIX) viviam isoladas do restante do mundo, recebendo pouco em casa e frequentando poucos ambientes sociais. Havia uma segregação da família no espaço social. Apesar disso, os senhores dispunham da constante de elementos estranhos a família consanguínea, também residentes na casa, tendo sua atenção sempre dispersas entre parentes, agregados, escravos etc., e assim impedindo a aproximação sentimental entre pais e filhos e impossibilitando o surgimento da privacidade familiar. Nessa época os cuidados das crianças ficavam a cargo das escravas, que não eram sequer percebidas na sua individualidade e subjetividade. Na família colonial o pai era o chefe a quem todos deviam obediência. O único interesse que contava era o do pai e era este que decidia até que nível o filho deveria instruir-se, que profissão seguir e com quem poderia casar, teria

assim, o direito de mandar e ser obedecido. A mulher ficava com a ocupação doméstica (organização da casa e supervisão dos escravos da casa). Com a chegada do Príncipe Regente ao Brasil, as regras da família foram mudando em busca dos títulos de nobreza, e as famílias passam a receber pessoas em suas casas, fazer festas, com o objetivo de alianças políticas. E neste ambiente exibiam as qualidades dos seus filhos como educação, requinte, bom gosto etc., visando um bom matrimônio. Com essas mudanças foi necessário repensar no funcionamento da saúde, educação para aculturação das crianças, como também a relação entre pais e filhos foi mudando. A família passou a ser vista como local de proteção e cuidado. Contudo, “ainda, comparando as peculiaridades, vê-se não muito distante a antiga ideia da mulher submissa ao seu marido, não gozando de direitos perante a sociedade e sequer direitos no mercado de trabalho, tendo como única função cuidar da casa e dos filhos”. Como afirma Sá (2010) em seu artigo.

A família brasileira no século XX teve como pressuposto a análise do código civil de 1916, a partir desse ano o Estado só reconhecia como família dotada de legitimidade e merecendo proteção, aquela que se encaixasse em certos padrões, sendo o principal deles a família fundada por um matrimônio. A importância do casamento era tanto que dividia os filhos em legítimos (advindo do casamento) e ilegítimos (oriundo de relações extramatrimoniais) sendo este segundo, impossibilitado de ser reconhecido pelo pai. Em se tratando de filhos adotados, estes tinham tratamento desigual em relação aos filhos biológicos. Tendo sua condição de adotados, registrada em sua certidão de nascimento e sofrendo restrições no que diz respeito aos direitos dos filhos legítimos.

Já a família que encontramos no final do século XX e nos dias atuais, refletida na Constituição Federal de 1988 e no novo Código Civil de 2002, é uma família bastante diferente daquela que o antigo código civil (datado de 1916), vinha regular. Não há mais uma família, mas diversas. A família torna-se plural, com algumas configurações não mais apenas oriundas do matrimônio assim há toda uma alteração na escala de valores, decorrente das transformações, a pessoa agora tem o direito de casar e descasar, decidindo suas escolhas sem a autoridade paterna como Sá (2010) em seu artigo, comenta que “tempos depois passou a ser admitido (...) o divórcio por consentimento mútuo, entendendo-se que, a mesma vontade que fizera o casamento, (...) podiam desfazê-lo”.

A união estável não impede o reconhecimento da entidade familiar entre os filhos oriundo do casamento ou não, assim eles têm o mesmo direito proibido qualquer discriminação. Atualmente o homem e a mulher são tidos como colaboradores de um projeto familiar comum, devendo a todos as decisões a serem tomadas em conjunto. E os filhos passam a serem vistos como sujeitos. Com isso as relações familiares passam a

serem funcionalizadas em razão da dignidade de cada membro, que encontra na família o solo apropriado para seu desenvolvimento, buscando assim a sua função social. Sendo assim Sá (2010) em seu artigo, afirma que “antes mesmo da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, a legislação brasileira deu grandes passos no que diz respeito da equiparação de direitos entre os cônjuges e entre filhos legítimos e ilegítimos”.

Hoje a família não é estática e definida, pois não existe um modelo correto que possa proporcionar bem esta a seus membros, e isto implica em mudanças tais como o casamento que supera as exigências de ser eterno, dessa forma, podemos dizer que ocorreu uma evolução na família, e hoje podemos encontrar homens que são responsáveis pela casa e filhos, enquanto a mulher sai para trabalhar fora. Na contemporaneidade entende-se por família uma associação de pessoas que optam por conviver por razões afetivas, assumindo um compromisso mútuo, ou seja, independente até mesmo de laços consanguíneos. Com isso percebe-se hoje a união livre sem o casamento civil ou religioso, família com chefia feminina, famílias formadas por casais homossexuais etc. E assim formando diversos tipos de famílias, como afirma Nabinger (2009, p. 70)

As diversas mudanças ao longo da evolução do homem na sociedade tem influência primordial sobre a família, que vem apresentando diferentes ciclos que afastam-se dos tidos como padrão. Nas últimas décadas, tem ocorrido alterações na estrutura familiar, devido ao aumento do número de divórcios, a existência de pais solteiros, recasados ou adotivos, ao casamento tardio e aos filhos fora do matrimônio.

1.2. Importância da Participação da Família na Educação das Crianças

Como já foi dito anteriormente, a família tem o papel e função de orientar, proteger, cuidar e educar as crianças juntamente com a escola onde desenvolve a educação e formação das mesmas. Assim verifica-se a importância da união das duas instituições onde família e escola devem se completar para o bem estar e aprendizagem do educando.

O modelo de família tem mudado com o passar dos anos. Hoje ela já não pode ser considerada como a base que sustenta uma sociedade, mas, ainda assim, é um dos pilares centrais do todo comunitário. Apesar de ter perdido sua referência como unidade e harmonia na sociedade, ela possui uma função essencial, como primeira instituição na formação do indivíduo. Schneider (2008 p. 75).

Apesar das transformações que a família perpassa, ela ainda é o primeiro grupo social de grande influência na formação e aprendizagem das crianças. Verificam-se, na atualidade, muitos problemas enfrentados dentro da escola como violência, evasão, falta de aprendizagem, insegurança, insatisfação dos professores entre outros. Porém esses problemas devem ser discutidos entre escola e família, não só no ambiente escolar como vem sendo assumido toda responsabilidade, assim não se pode mais pensar na escola e família viverem separados, pois ambos cumprem um papel social dentro da sociedade.

O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar dentre outros, têm sido citados como as grandes dificuldades destes alunos (...). Estes indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social enfrentados pelos educandos e sua família. Terra (2001, p. 11)]

Em relação a criança, esta, desde seu nascimento, ocupa um espaço dentro da família. É nela que se encontram os primeiros professores e ensinamentos, os quais refletirão e perdurarão por toda vida adulta, permitindo que seus membros se desenvolvam em todos os aspectos, de forma integral. É no contexto familiar que os conceitos e valores, que irão nortear a criança em todo o decurso da vida, são passados.

Cabe à escola a formação acadêmica, acrescida de alguns valores, ou seja, apenas ampliar a atuação que iniciou na família. Já que tanto os pais como os professores exercem papéis importantes na educação, ambos precisam estar em sintonia. Se a escola ou a família descuida da educação, no sentido de “jogar” a responsabilidade um para o outro, a criança sai perdendo e sua educação fica negligenciada. Zarins (2004, p. 04), por sua vez, já visualizava a importância da participação da família na educação das crianças. Isto fica evidente quando afirma que “o movimento da história familiar e educacional brasileira tem sofrido grandes transformações ao longo do tempo, sendo influenciada por uma série de novidades, tanto na economia quanto na política, que refletiram na vida social, trazendo constantes alterações nas práticas, convicções e cotidiano de cada indivíduo”. Como a educação é construída diariamente, o resultado poderá ser melhor. É notório que por trás da firmeza, perseverança, bem como da paciência, está o sacrifício, outro ponto importante que a tarefa de educar requer.

(...) a família desempenha um papel importante de manutenção da ordem social, na reprodução, não somente biológica, mas social. Também faz uma análise da relação entre a família, a educação de crianças e o sistema produtivo, quando

afirma que no Brasil, como em outros países, os jovens que não dispõem de algum diploma são particularmente atingidos pelo desemprego. Cunha (2013, p. 49)

Todavia, frente a uma economia que procura um lugar no cenário dos países competitivos, uma vez que ela coloca a educação no centro dos projetos de desenvolvimento, o diploma, por si só, não assegura a inserção do jovem no mercado de trabalho. Com outra forma de abordagem, Salviano (2008, p. 02) indica a importância da família através da transmissão do capital cultural. “E essa tem um papel muito importante na formação dos seus filhos, ao transmitir padrões de comportamento e promover a construção da personalidade e identidade de seus membros. Com uma análise mais comportamental, Guidetti (2008, p. iii) afirma que “o núcleo familiar é, para a psicologia, revestido de uma importância capital, visto que é o primeiro ambiente psicossocial, protótipo das relações a serem estabelecidas com o mundo”. É necessária a compreensão, por parte dos atores educacionais, que a família mudou e é com essa família que devemos trabalhar. É importante estar preparada não somente para cobrar a participação da família na escola, mas também para poder receber e ajudar essa família a compreender a dinâmica do contexto escolar e aspectos da aprendizagem escolar de seu filho. Deve, também, ser o espaço de formação e preparação das novas gerações e o lugar onde se constroem relações.

(...) a parceria entre familiares e as instituições de ensino seja a educação formal ou a técnica, é concretizada quando ambos estão unidos em um único objetivo, formar cidadãos conscientes da sociedade em que habitam, com valores éticos e morais e com uma perspectiva de um futuro promissor. Souza (2012, p. 12)

Na mesma linha de reflexão Mizuno (1999, p. 03) reafirma que “o discurso de muitas escolas é que o professor deve conhecer a família para entender o aluno, porque cada pai apresenta atitudes e comportamentos diversos em relação à formação moral, autoridade”. Isto evidencia, mais uma vez, a necessidade de readaptação dos agentes educacionais às modificações sociais e adaptabilidade da escola em relação às famílias. Portanto, a família e a escola são parceiros fundamentais no desenvolvimento de ações que favoreceram o sucesso escolar e social das crianças, formando uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. A educação perpassa tanto o ambiente escolar quanto o familiar.

1.3. Tipos de família

Quando falamos de família, imaginamos de imediato um conjunto de pessoas ligadas por laços consanguíneos que vivem juntos em regime de coabitação. Contudo na sociedade contemporânea a família vem modificando de acordo com as variações, assim, existem muitas e inúmeras formas de estrutura familiar e, é nelas que somos educados. Com isso podemos citar alguns tipos de família como afirma Nabinger (2009, p.46)

- Família mosaica, formada por pais separados com novas uniões resultando entre os novos filhos e os anteriores;
- Família chefiada por mulheres;
- Família nuclear, chefiada pelo homem;
- Família homo afetiva, formada entre duas pessoas do mesmo sexo que pode incluir crianças adotadas ou biológicas de um dos parceiros;
- Família casulo, fachada em si mesmo;
- Família Disneylândia, aquela que se reúne somente em situação de festas;
- Família clube, esta não se envolve com os problemas familiares e busca relações familiares somente um local para relaxar;
- Família moderna é aquela onde há cooperação entre os membros;
- Família tradição, essa é a mais parecida com a família nuclear. O pai é a figura mais importante. O pai manda e os filhos obedecem;
- Família monoparental, chefiada por um dos cônjuges por ausência do outro;
- Família extensa, modelo que moram juntos todos os membros da família, ligados por vínculos consanguíneos;
- Família aberta, nesta é permitido a entrada de outro membro. Ex. os filhos são permitidos a lavarem seus namorados inclusive para dormir;
- Família invisível é aquela que falam as não é fechada;
- Família fragmentada;
- Família parceira, formada por vínculo afetivo. Esta está muito presente na contemporaneidade, devido o trabalho dos membros.

Independente do formato, a família ainda é muito importante na formação, desenvolvimento, crescimento e bem estar do indivíduo. De fato, o indivíduo veio de uma família, seja ela qualquer formação. Sendo esta o primeiro grupo social que a criança é inserida. E, é nela que recebemos as primeiras orientações para nos socializarmos e para

mais tarde sermos inseridos a outros grupos como escola, amigos etc., como forma de preparação para o mundo adulto. Assim, podemos afirmar o grande significado da família, pois é ela que dá o grande suporte para enfrentarmos as dificuldades. E é ela que tem a função de ensinar o significado de pai, mãe e filho etc., como também tem a função psicossocial de proteger os seus membros. Assim,

(...) a família possui uma representação central na formação social do desenvolvimento do ser humano, e é neste núcleo que conseguimos aprender valores, receber limites necessários ao nosso desenvolvimento emocional e físico. É na família que deveremos garantir a segurança necessária a este desenvolvimento integral do ser humano... Oliveira (2010, p.131)

1.4. Papeis e Funções da Família

A história da família é muito longa. Porém, no que se refere a funções e papeis, nos tempos primitivos, não existia nem uma função exclusiva dos pais com os filhos, as divisões das responsabilidades e mesmo das funções, aconteciam de acordo com as necessidades dos grupos, pois estes viviam em comunidades.

No século XIX das mulheres era exigida a castidade como garantia da paternidade. Dos homens o sustento desta, já que as mulheres estavam com a incumbência de cuidar e educar os filhos. Porém a industrialização veio dar um novo formato a família já que as mulheres que educavam seus filhos foram requisitadas para trabalhar nas indústrias, ficando essa educação a cargo da escola, tornando essa uma família aberta. Já no século XX, mesmo a mãe ficando com a função de ficar em casa cuidando dos filhos enquanto o pai saía para trabalhar esta família esperava seu genitor onde juntos iriam desfrutar dos bens adquiridos.

(...) uma família para se constituir sobre bases sólidas, necessita de condições materiais para que possa manter-se, quer seja através do aumento de rendas, quer seja pela criação de recursos por parte dos órgãos governamentais que venham a suprir as necessidades básicas das famílias. Silva (1982 p.146)

Já na década de 60 essa harmonia é abalada com o surgimento da pílula anticoncepcional que rompe com a relação entre reprodução e sexualidade. A mulher passa a ter direito sobre seu corpo e ter o direito de engravidar ou não, deixando de lado o papel de reprodução. “A visão do tamanho da família diretamente relacionado a sua renda é o suporte explicativo que sustenta a aceitação do planejamento familiar ou mesmo de controle de natalidade”. Silva, (1982 p.115).

Já a década de 80 a família é marcada por uma nova revolução e passa a ter autonomia no planejamento familiar. É essa época que a mulher, com a lei Maria da

Penha, e a criação da lei 8.069\90 ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a ter constitucionalmente os seus direitos estabelecidos e reconhecidos, reafirmando assim as mudanças da família na função social e, por conseguinte a relação de poder do pai e da mãe em relação a seus filhos. A importância da família no desenvolvimento dos filhos começa cedo bem antes do nascimento, quando a mãe acompanhada do marido faz o pré-natal com a finalidade de acompanhar a saúde de ambos, e posteriormente ensinando o que é certo e errado e assim vem às primeiras socializações com as primeiras regras da sociedade.

Assim nos tempos de hoje os pais estão se preocupando mais com suas funções, visto que a família é o primeiro grupo social que a criança é inserida e é nela que a criança recebe os primeiros afetos e ensinamentos para convivência em sociedade. É nesse contexto que podemos verificar que a família tem uma função socializadora e assim deve ter um ambiente harmonioso, agradável, tranquilo e de proteção com um vínculo de educação e orientação dos filhos, tendo toda uma participação e função de crescimento.

A família teve grandes mudanças de transformações. Na contemporaneidade cada integrante tem seu papel e sua função e os filhos são educados através do dialogo e da educação.

De modo geral, a família representa o espaço de socialização, de divisão de responsabilidades, de organização das estratégias de sobrevivência, espaço onde se constitui a cidadania, de proteção do grupo. É na família que se estreitam os laços afetivos e os recursos do trabalho para a manutenção do grupo.

É na família que se estabelece o aprendizado dos valores (...) onde se vai tecendo história de significados e sentimentos (...) necessário para o desenvolvimento da criança e do adolescente para o acolhimento da pessoa idosa, muitas vezes na condição de avós, estes idosos desempenham um papel de extrema importância na vida das crianças”. Oliveira (2010, p.137)

1.5. A Educação Inclusiva

Nos tempos atuais, a educação inclusiva, assume-se como um dos grandes ideais de grande parte dos sistemas educativos, a nível mundial. Este processo deveu-se, fundamentalmente, à dinâmica decorrente da realização da Conferência Mundial De Educação Especial que teve lugar em Salamanca (Espanha) em 1994 e que contou com a participação de 88 representações governamentais e 25 organizações não governamentais.

Uma educação que se pretenda inclusiva deverá, centra-se, não nas fragilidades apresentadas por determinados alunos, mas, sim, em conceber e desenvolver projetos

educativos orientados para “estabelecer as condições necessárias para identificar as barreiras existentes à participação e aprendizagem das crianças e adolescentes e implementar as medidas adequadas para as superar” (Solla, 2013, p.9). Sob este pressuposto, ganha força a ideia de que o desenvolvimento humano – e, em particular, o infantil – não é o mero resultado da maturação biológica, mas, antes, o produto de uma intensa rede de interações que se desenvolvem, em processos recíprocos entre o sujeito e os seus contextos vivenciais (Palacios. Marchesi & Coll, 2001).

A organização e o funcionamento de uma escola genuinamente inclusiva, devem, pois nortear-se por uma política educacional que vise, antes de mais, adaptar-se à diversidade dos alunos que afrequentam. Desde logo, esta perspetiva, com base nos autores antes citados aponta, não só, para a observação e identificação dos constrangimentos escolares, quer de natureza curricular, quer de natureza arquitetónica, mas também – e principalmente – para a sua eliminação.

Concretizar projetos de educação inclusiva, em que se priorize a equidade do atendimento dos alunos com NEE, em relação aos seus pares sem NEE, pressupõe, ainda a necessidade de “em primeiro lugar, construir-se um compromisso compartilhado por todos quantos têm a responsabilidade da aprendizagem destes alunos” (Martín & Mauri, p. 118). Conforme reaçam estes autores, a colaboração entre todos os agentes de cada comunidade escolar, torna-se uma condição inevitável quer para o acesso à escola, quer para o sucesso educativo de todo e qualquer aluno. Assim, este princípio, dá sentido à presença do Assistente Social no contexto escolar, ao mesmo tempo que lhe atribui uma responsabilidade muito significativa no quadro de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A educação tem, portanto, por objetivo, a inclusão de todos os alunos em salas comuns, levando em conta as necessidades de todos. Surge a ideia de que a família e a sociedade devem adaptar-se às pessoas com deficiências, fazendo com que estas possam tomar suas próprias decisões com autonomia, como afirma a LDB em seu capítulo V à Educação Especial, dizendo que “todos alunos devem ser matriculados em classes comuns”.

Com isso a inclusão ensina a tolerância para todos os que estão diariamente na escola e para a comunidade. A chegada das crianças com deficiência está provocando uma grande reflexão. Por isso, os especialistas afirmam que a inclusão escolar é uma revolução silenciosa. Para que ela aconteça, no entanto, toda equipe deve pensar em conjunto. A ideia precisa estar incluída na proposta pedagógica e levar todos a conhecer melhor o assunto. Quando não há informação, se torna angustiante para o professor e para a família receber essa criança e lidar com ela.

Muitas vezes, alguém se torna o “problema” da família, de tal forma que ela não consegue lidar com ele dentro de seus “próprios recursos”. Essa situação interfere no equilíbrio e na dinâmica familiar, pois demanda adaptações e comportamento grupais novos, diferentes daqueles disponíveis no “repertório” familiar. A família precisa vivenciar “reajustes” nas inter-relações até reencontrar o seu “equilíbrio” perdido. Nogueira (2004 p.17)

Assim, a prática inclusiva exige nova movimentação em um trabalho interdisciplinar envolvendo assim o assistente social que vem fazer uma prática interventiva interna e externa buscando a promoção desses alunos e seus familiares na participação ativa na escola como também em seus lares.

2. BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

A revolução de 1930 levou Getúlio Vargas à Presidência da República. O modelo de desenvolvimento implantado com o nacionalismo populista propiciou à burguesia nacional a busca do desenvolvimento da indústria brasileira. Eram dados os primeiros passos para a implantação do capitalismo no Brasil. Vargas avançou no setor da indústria e criou as primeiras empresas estatais (Companhia Siderúrgica e Petrobrás) e controlou os movimentos de rebelião contra seu governo através de políticas de proteção aos direitos dos trabalhadores. Assim na década de 30, o capitalismo concorrencial, dá lugar ao capitalismo monopolista.

Com a “Revolução de 30”, Vargas – procedente da oligarquia fundiária – estimulou o desenvolvimento industrial, proporcionando a substituição de importações e instaurando uma política protecionista que beneficiou a indústria nacional, mais tarde favorecida ainda pela crise mundial do período. Castro, (1989, p. 97)

O surgimento do capitalismo monopolista marca a vigência coercitiva sobre os trabalhadores organizados em sindicatos, quando o Estado responde com a manutenção da ordem pública através do atendimento a família, aos menores e outras formas de assistência social. Para esse atendimento, buscou a Igreja, através da ação católica, que formava seus primeiros profissionais, chamando-os para trabalhar nas indústrias. O Serviço Social integra-se como uma profissão na divisão sociotécnica do trabalho vocacionado e passa a ter função ideológica e de controle, legitima uma prática institucionalizada e assalariada. O Serviço Social tem suas origens no seio da igreja católica, com o propósito de preparar a população trabalhadora para as exigências do nascente capitalismo industrial. Esse período é hoje compreendido e denominado como

“conservador”, pois sua lógica será a de adequar as pessoas ao sistema econômico e a política vigente na época.

Castro (1989, p. 42) afirma que "os elementos que mais colaboraram para o surgimento do Serviço Social tem origem na Ação Católica – intelectualidade laica, estritamente ligada à hierarquia católica -, que propugna, com visão messiânica, a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social".

Em 1936 foi fundada em São Paulo a primeira escola de Serviço Social no Brasil sob a coordenação de Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl que retornaram em 1935 de Bruxelas, com o objetivo de lutar contra o liberalismo e o comunismo.

Em 1937 foi fundada no Rio de Janeiro a segunda escola de Serviço Social, por incentivo do cardeal Leme, Stela Faro e Alceu Amoroso Lima. Nesse mesmo ano, através do Golpe de Estado, surge o Estado Novo, período em que o Serviço Social inicia sua trajetória rumo à profissionalização, com base em princípios burgueses, numa perspectiva de prática social voltada para responder às exigências do capitalismo. Netto (1989, p.40) salienta que: “Os surgimentos das primeiras escolas de Serviço Social na América Latina cristaliza uma situação prévia e introduz algumas mudanças significativas no percurso histórico da profissão”.

Nesse período o Serviço Social tinha como base filosófica o neotomismo, que configurava a identidade profissional como um apostolado, cunhando uma concepção assistencial. Essa perspectiva antecedeu a identidade científica e técnica da profissão, que se consagra somente no período posterior a segunda Guerra Mundial. Nesse segundo período, o Serviço Social sofre interferência direta da crise desenvolvimentista instalada no país, que, por sua vez, estava sob a influência técnico-científica norte-americana.

“É nesta ótica que se deve visualizar a relação igreja x Serviço Social, pois os vínculos daquelas com o assistencialismo profissional foram mudando de caráter conforme as transformações sociais reclamaram uma redefinição não só do assistencialismo católico, mas também da doutrina social da igreja, das suas políticas e relações de poder no bojo do novo quadro emergente de forças”.
Castro (1989 p. 95)

Na década de 40 (século XX), o Estado desponta como o grande empregador dos assistentes sociais, o que ocasionou ser controlador da ação profissional.

A partir da década de 50 é considerado no Brasil o modelo tripartite que significou a atuação do Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Esse método norte americano foi trazido para o Brasil através das assistentes sociais, Helena I. Junqueira e Balbina Otoni Vieira. Foi nesta década que se desenvolveu o método de organização de

comunidade, tendo o assistente social convocado para ocupar-se do social em uma equipe interdisciplinar.

Com isso Sá (1995, p. 18) afirma que “A produção das Ciências (...) na área das Ciências Humanas, exige um esforço de interdisciplinaridade. Assim, também na esfera da pesquisa, (...) se faz presente. Isso não quer dizer a submissão das várias Ciências do Homem a uma metodologia única, mas a sensibilidade de cada uma nas contribuições...”

Já a década de 60 o Serviço Social ainda no trabalho de Desenvolvimento de Comunidade com o objetivo de melhorar o meio social, trabalhava com atividades na perspectiva de prevenção da saúde através de campanhas, condição de habitação, inserção no mercado de trabalho e mobilização de recursos assistenciais para apoiar o “progresso social”. Assim a ONU (Organizações das Nações Unidas) e outras organizações internacionais animaram-se e custearam programas de aperfeiçoamento profissional denominado “especialistas em desenvolvimento de comunidade”, contudo com uma modernização conservadora. Castro (1989 p. 155).

No campo da educação universitária e da capacitação de docentes, também se implementaram vários programas, o mesmo ocorrendo em relação à qualificação profissional, através de especialistas, para enfrentar o desafio do desenvolvimento. Uma importante dimensão do Serviço Social – como já vimos – ficou vinculada a diversos organismos da ONU e da OEA, com a sua atuação colaborando diretamente com eles.

Essa melhoria profissional ainda nessa década ocorreu através de bolsas de estudos e especializações, acessos a cargos hierárquicos, participação em pesquisas multidisciplinares, ampliação no mercado de trabalho e ainda profissionais participando da comissão nacional como o CBCISS e assim o Serviço Social converte-se em instrumento de construção do desenvolvimento social. Assim “corresponde a esse período a criação dos primeiros cursos de mestrado (...) fortalecendo o modelo de desenvolvimentos adotado no Brasil na década de 60 propiciando ao estreitamento da relação Ciência Tecnologia e aperfeiçoamento do ensino superior”. Sá (1995, p.24)

Contudo, ainda nessa década, houve uma pressão da sociedade por mudanças através de movimentos populares. Esse fato levou as assistentes sociais a se conscientizarem do comprometimento profissional em relação aos projetos desenvolvimentistas.

Com isso, grande parte dos profissionais continuou com uma prática alienada e alienante, não participando da preservação de espaço democráticos em uma sociedade oprimida pelo Golpe Militar. Formava-se assim a luta pelo rompimento com o Serviço Social tradicional (tripartite) com a necessidade de revisar a profissão, ocorrendo a

ruptura da alienação subordinado a interesses da burguesia, sendo esses os primeiros apelos a reatualização dos conhecimentos ou Movimento de Reconceituação. Esse movimento rompia com o paradigma positivista que se voltava para uma perspectiva terapêutica. Ou seja, rompendo com o Serviço Social importado.

"Analisa o movimento de Reconceituação (1965) como evento propulsor para a revisão teórico-metodológica necessária às práticas profissionais desenvolvidas pelos assistentes sociais e fundamentadas na perspectiva positivista, desde sua instituição no Brasil. Evidentemente, ainda longos anos foram percorridos pelas ações profissionais no âmbito da ajuda social, demarcadas por intervenções com intencionalidade da adaptação das pessoas às condições da estrutura da sociedade". Lopes (2008 p.142)

Na década de 70 surge o método BH que Faleiros considera como a primeira prática sistematizada, a base do chamado Movimento de Reconceituação no Serviço Social. Já nos anos 80, o Serviço Social continua o enfrentamento a luta entre diferentes paradigmas de compreensão da sociedade, numa disputa de posições político – teórico. Isso diminui nos anos 90 com o fim da Guerra Fria e enfraquecimento das forças progressistas e as críticas ao modelo neoliberal. Em contrapartida ainda nessa década, emerge a perspectiva de defesa dos direitos humanos. Assim o Serviço Social aprofunda o olhar crítico do contexto de mudanças.

Com sua intervenção político – teórico, na contemporaneidade o Serviço Social atua em diversas áreas como saúde, assistência, jurídica, educação, esporte etc., como afirma Castro (1989 p. 159).

(...) a assistência social poderá dar as ideias cooperativistas, grande poder de penetração e expansão na comunidade, através de sua atuação nos vários setores em que intervém, tais como famílias, escolas, clubes juvenis etc., bem como empresas, sindicatos e nos programas em geral.

2.1. Serviço Social e a Educação

Nossa educação passou e passa por processos históricos de inovação. E é dentro desse panorama da pós – modernidade que a escola precisa atuar num cenário de educação inclusiva que coloca novos desafios não só para os educadores, bem como para o profissional de Serviço Social. Pois "a inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos". Sassaki (1999, p. 32). Pois uma característica do mundo atual consiste no fato de que diferentes espaços se interpelam. Não se pode mais pensar em lugares

isolados, separados dos demais. Nessa acepção, a sala de aula sistematizada na sociedade contemporânea não pode mais ser comprometida como um lugar isolado, mas sim, um lugar impregnado de outros lugares, resultando que é preciso...”implantar mudanças na escola, adequando-as às exigências da sociedade do conhecimento, constitui hoje um dos maiores desafios...” Valente (apud Pacheco, 2006/2007, p.62). “Assegurar o direito à diferença a ensinar a incluir e, se a escola não tomar para si essa tarefa, a sociedade continuará perpetuando a exclusão em suas formas mais sutis e mais selvagens”. Mantona (2005, p.15). Logo, o ser humano só cresce quando evolui e essa evolução vem com as constantes mudanças, tendo para isso a contribuição do Serviço Social que contribui aproximando a família do contexto escolar.

Nesta perspectiva, a escola, ao proporcionar o acesso ao saber, contribui junto com outras instituições da sociedade, no caso o Serviço Social, como aliado, para a implantação do projeto de cidadania e para efetivação da democracia, tendo em vista a minimização e a segregação. Isso pode ser reforçado com o que diz Aranha, (2004, p.15). “O trabalho é a ação transformadora do homem sobre a natureza – modifica também a maneira de pensar, agir e sentir, de modo que nunca permanecemos os mesmos ao fim de uma atividade, qualquer que ela seja”.

É nesse sentido que vimos que o homem pode se modificar através da educação e criar novos valores culturais mediante sua prática social. E é com base nos avanços já conquistados que o Governo Federal decidiu ousar e propor à sociedade o desafio de garantir a todos os cidadãos o direito à educação básica de qualidade consagrada pela Constituição Federal de 1988.

Essa prática inovadora que esta enfatizando a qualidade de ensino para todos, proporcionando o acesso ao saber, caracteriza-se como uma política de justiça social, tendo como agente colaborador o profissional Assistente Social, já que ele tem caráter sócio – político, crítico e interventivo. Enfrentar essa nova realidade significa ter como perspectiva cidadãos abertos e conscientes. Esses novos caminhos para a inclusão escolar revelam uma ruptura com a prática tradicional do Serviço Social e avançam em direção a uma intervenção do Serviço Social através de políticas públicas votada para o todo, especialmente para os cidadãos excluídos e distantes dos seus direitos. Barretta (2012, p.1) em seu artigo esclarece que,

A educação brasileira tem diante de si o desafio de possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, na perspectiva inclusiva. No entanto, compreender quais são as políticas públicas de educação inclusiva em documentos legais é fundamenta para identificar os avanços e recuos presentes no sistema educativo.

Certamente, não é só a quantidade de problemas propostos que está em questão, mas a qualidade. Tendo em vista a complexidade da questão, é surpreendente notar como essa discussão vem fazendo presente nos debates apresentados por educadores, filósofos, políticos, historiadores etc., ao longo dos anos, o que nos faz crer que essa não seja uma ansiedade de alguns, mas de todos. Pois durante muitos anos determinadas propostas educacionais eram apenas, para as instituições particulares. Os problemas educacionais que muitas vezes causa a exclusão é uma questão não só do universo escolar, visto que toda sociedade está sendo chamada “a não excluir”. Este processo está sendo colocado em marcha com forte suporte na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Base (LDB), mas para surtir efeito passa por uma mudança de mentalidade e de atitude. Portanto, é preciso que as pessoas atuem em sua realidade, tendo em vista a construção de uma sociedade mais humana e menos desigual.

Não podemos nos esquecer, no entanto que qualquer mudança no sistema educacional, particularmente para atender às pessoas com necessidades especiais, é uma tarefa extensa e complexa e não ocorrerá de maneira pacífica e imediata. Ela só ocorrerá por meio de um esforço coletivo e contínuo, em estreita colaboração com o desenvolvimento social tecnológico. O progresso de nossa sociedade depende da aquisição de nosso conhecimento que se reflita em novos programas que assegurem, dentro do espaço educacional, uma ampla gama de possibilidades de formação e aperfeiçoamento para todos os cidadãos. Rosa (2005 p.42)

Para atender a diversidade dos objetivos e da realidade escolar, faz-se necessário o uso dos vários métodos e abordagens de ensino, os quais servem de alternativas que permitem aos educadores modificações e diálogos à realidade educacional, fazendo-se necessário mudar os paradigmas convencionais do ensino, que podem manter distantes, professores, alunos e família. Esse novo desafio que ora os educadores e Assistentes Sociais tendem a enfrentar, depende também dos governantes. Não podemos separar escola e política. Pois se assim o pensar, esta é uma imagem ilusória, a escola não é um espaço isolado das divergências sociais, porque ela transmite padrões de comportamento, bem como ideias e valores. Segundo afirma Rosa, (2005 p. 125)

Competência técnica e competência política não são aspectos contrapostos. A prática pedagógica, exatamente por ser política, exige a competência técnica. As dimensões político - técnica e humana pratica pedagógica se exige reciprocamente. Mas esta mútua implicação não se dá automática e espontaneamente. É necessário que seja conscientemente trabalhada.

Dessa forma é quase impossível separar a educação da questão do poder. Ela não é um processo neutro, logo se acha comprometida com a economia e política de seu tempo. Basta rever a história da educação para percebermos como a escola sempre serviu ao poder. Uma vez que, nem oferecia oportunidades iguais de estudo para todos.

As relações educacionais não se encontram imune às determinações presente na estrutura de poder vigente no contexto das sociedades; é resultado do poder econômico e do poder político que se encontram estabelecido no próprio contexto da estrutura social. Pensar os processos educacionais é fundamentalmente considerar esses aspectos, na medida em que a educação não está imune aos determinantes de poder presentes no contexto social envolvente. Não podemos pensar os processos educativos, sem exercer uma análise acerca das estruturas de poder vigentes no contexto da sociedade. Nery (2008 p. 116)

Portanto, a educação não pode ser considerada apenas um veículo transmissor, mas também, um instrumento de crítica dos novos valores que estão sendo propostos. Sempre que se propõem mudanças da escola, a própria sociedade está em transmissão e precisa de outro tipo de educação. Inevitavelmente, como tal, a educação reflete os confrontos de forças existentes na sociedade.

É a partir da década de 70, que vem acontecendo mudanças em diversos campos do conhecimento que exige da humanidade um redimensionamento de valores, princípios e métodos. Temos de lutar por êxito que, no conjunto, se torne significativo: Universalização das verbas públicas, melhor formação de professores e politizados, remuneração condigna do corpo docente, etc.

Considerando notadamente as implicações de caráter cultural, vamos nos deparar com a educação. No contexto de uma sociedade globalizada, a educação não se encontra imune a esse processo, em razão de as exigências de um profissional mais qualificado se fazem cada vez mais presentes. Nery (2008, p.102)

Tais desafios estão postos hoje à sociedade brasileira como um todo, especialmente aos profissionais do Serviço Social e todos os profissionais ligados à educação, que colaboram para a tentativa de soluções dos problemas escolares no que se refere aos alunos.

2.2. O Serviço Social e suas Contribuições no Âmbito Escolar

Sabemos que a escola é uma instituição de transformação social, a qual vem sendo desafiada a cada dia em articular o conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, ou seja, seus problemas e necessidades sociais.

Neste sentido, se tornam essencial e fundamental que a escola comece a conhecer a realidade social dos seus alunos, podendo também encurtar a distância que os separam do universo familiar. Na visão de Hernandorena (2012, p.20)

(...) a inserção do Assistente Social na educação (...) constitui-se em uma das formas de garantir o exercício da cidadania ao aluno, refletido em sua família, por meio da disponibilidade de atendimento e acompanhamento individualizado, como também buscando a promoção da democracia através da abertura de espaços de participação e envolvimento na realidade escolar.

Como já sabemos, a escola é a reprodução social das classes, ou seja, é uma instituição onde se deve elaborar o conhecimento e os valores sociais dos sujeitos. É a escola que prepara os indivíduos para a vida em sociedade. Dá-se, nessa perspectiva, a importância do trabalho com grupo de famílias no contexto escolar, a fim de fortalecer e encaminhar para a sociedade, não somente as crianças e adolescentes, como também seus pais. “É intervindo na família, através do trabalho de grupo com os pais que se mostra a importância da relação escola – aluno – família”. Hernandorena (2012, p. 22)

Para que a escola possa desempenhar o seu papel político, ela deve desenvolver o senso crítico do aluno, precisando estar em sintonia não só com a realidade do aluno, como também com a realidade da comunidade na qual ela se encontra inserida. Deve, assim, respeitar a realidade social, cultural, étnica, religiosa, cor e econômica dos seus alunos e, partindo dela, a iniciativa de propiciar a participação da família no processo sócio pedagógico da escola. “O Assistente Social tem sido requisitado também nesta realidade escolar para realização de avaliação socioeconômico, a fim de concessão de gratuidade com bolsa de estudo”. Hernandorena (2012, p.14)

Desta maneira, a inserção do Serviço Social na escola, deve contribuir para ações que tornem a educação como uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Ambos, tanto a escola como o Serviço Social, trabalham diretamente com a educação, com a consciência, com a oportunidade de possibilitar as pessoas que se tornem conscientes e sujeitos de sua própria história.

Amaro (1997) reflete que educadores e assistentes sociais compartilham desafios semelhantes, e tem na escola como ponto de encontro para enfrentá-los. Urge fazer algo em torno dos problemas sociais que repercutem e implicam de forma negativa no desempenho do aluno e leva o educador pedagógico a recorrer ao assistente social.

É importante ressaltar que o profissional de Serviço Social, inserido na escola, não desenvolve ações que substituem aquelas desempenhadas por profissionais tradicionais da área de educação. Sua contribuição se concretiza no enfrentamento de

questões que integram a pauta da formação e do fazer profissional do assistente social, as quais, muitas vezes a escola não sabe como intervir.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. Assim a intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciências, com a linguagem que é a relação social, Martinelli (1998), que estando frente às mudanças sociais, pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização, de integração, de equipe, de busca, de estratégias, de proposição e intervenção, resgatando-se a visão de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber e do conhecimento. Dessa forma pode-se afirmar que,

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje, não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio. Almeida, (2000 p. 74)

Nesse sentido, a contribuição que o assistente social tem a oferecer dá-se também na atuação em equipes interdisciplinares, no âmbito das quais, distintos saberes, vinculados às distintas formações profissionais, possibilitam uma visão mais ampliada, e compreensões mais consistentes em torno dos mesmos processos sociais. Assim, o profissional de Serviço Social pode articular propostas de ações efetivas, a partir do resgate da visão de integralidade humana e do real significado histórico social do conhecimento. Para Sá (1995, p. 20) “A educação é, aliás, o exemplo, dos mais evidentes, da necessidade de uma abordagem interdisciplinar, seja como objeto de conhecimento e de pesquisa, seja como espaço de intervenção sócio cultural”.

Sabe-se que é no interior da escola, no cotidiano dos alunos e de suas famílias, que se configuram a diferente expressão da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias multi problemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social etc. As demandas emergentes e resultantes da questão social é que justificam a inserção do profissional do Serviço Social, que se insere neste espaço com o objetivo de receber e encaminhar estas demandas. Neste sentido, Yamamoto (1988 p. 75) afirma:

O desafio é redescobrir as possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual, traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como sujeitos que lutam pela preservação e conquistas da sua

vida e da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo.

De acordo com a autora, o assistente social exerce, indiscutivelmente, funções educativas sobre as classes trabalhadoras. E, na escola, seu papel não poderia ser diferente, pois seu trabalho incide sobre o modo de viver e de pensar da comissão escolar, a partir das situações vivenciadas em seu cotidiano, justamente por seu caráter político educativo, trabalhando diretamente com ideologia, e dialogando com a consciência dos seus usuários.

Com a perspectiva de incluir que se encontra em processo de exclusão social, a escola possibilita aos seus alunos fazerem parte da sociedade em que vivem. A escola, enquanto equipamento social, precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social, incluindo-se desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de etnia, classe social, reprovações, invasão escolar, etc., que muitas vezes é provocada pela necessidade do aluno de trabalhar para contribuir na renda familiar. E é nesse contexto, que se apresenta o fracasso, pois mais do que nunca a escola atual tem o dever de estar alerta à realidade social do aluno.

Almeida (2000) afirma que as demandas provenientes do setor educacional, no que se refere a sua ação ou fazer profissional do Serviço Social, recaem em diversas situações. Tem-se assim necessidade do trabalho com crianças e adolescentes, através de projetos como o Apoio Sócio – educativo em meio aberto (ASEMA), como prevê o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA, 1990).

Inclui-se também neste contexto, a importância da participação das famílias por meio do desenvolvimento de ações como trabalho de grupo e, muitas vezes, com os próprios professores da Unidade de Ensino, podendo ainda promover reuniões interdisciplinares para decisões e conhecimentos a respeito de determinadas problemáticas enfrentadas pela comunidade escolar. Isso tudo, sem deixar de lado a ação junto ao campo educacional, mediada pelos programas e ações assistenciais que tem marcado o trabalho dos profissionais do Serviço Social.

De acordo com o CFESS (2001 p. 23), os problemas sociais a serem combatidos pelo assistente social na área da educação são:

- Baixo rendimento escolar;
- Evasão escolar;
- Desinteresse pelo aprendizado;
- Problemas com disciplina;
- Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;

- Vulnerabilidade às drogas;
- Atitudes e comportamento agressivo e violento;

Para Martins (1999 p. 60), os objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional são:

- Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e do adolescente na escola;
- Favorecer a relação familiar – escola – comunidade, ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;
- Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;
- Proporcionar articulação entre educação e as políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

É de extrema importância que o profissional de Serviço Social, inserido na escola, saiba trabalhar com programas visando à prevenção e não dispenda o seu tempo meramente com a efervescência dos problemas sociais. Na escola, o assistente social deve ser o profissional que precisa se preocupar em promover o encontro da educação com a realidade social, do aluno, da família e da comunidade a qual ele esteja inserido.

Assim o assistente social deverá trabalhar com ações educativas e não só com soluções de problemas, entendendo que a educação se constitui em uma política social que tem como compromisso garantir os direitos sociais, consequentemente podendo apresentar uma ampliação de conceito de educação impregnado na sociedade atual. Desta maneira a prática do Serviço Social na escola se concretiza nas seguintes atribuições. Como afirma Martins, (1999, P.70).

- Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos;
- Favorecer abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classes);
- Ampliar o acesso de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar;
- Estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola com a comunidade;

- Fortalecer as ações coletivas;
- Efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;
- Contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campos de estágios adequando às novas exigências do papel profissional.

O Serviço Social escolar se apresenta com o objetivo de poder contribuir com a problemática social que é a perpassada no cotidiano da comunidade escola, alunos, professores, pais, seja como encaminhamentos, orientações, informações, projetos de cunho educativo, que possam promover a cidadania. Desse modo entende-se que para atingir a criança e o adolescente de forma integral, é necessário intervenções no contexto familiar, seja no âmbito sócio educativo, como também de momentos ensino – aprendizagem e reflexão, em um viés de participação, autonomia e cidadania.

2.3. O Serviço Social e Sua Atuação Junto à Família dos Alunos

A família é considerada como núcleo básico de acolhida, convívio, sustentabilidade e protagonismo social. O direito a convivência familiar é fundamental, uma vez que este é o núcleo do afeto, do cuidado, unidos por laços consanguíneos, ou de afinidade, com obrigações recíprocas, devido também, as relações de geração de gênero.

A família precisa ser apoiada, ter acesso a condições para responder à guarda, ao sustento e a educação de suas crianças. Assim Souza afirma em seu artigo que “A família constitui-se como uma das áreas prioritárias de ação dos assistentes sociais, sendo o contexto familiar uma fonte de preocupação, devido a complexidade de tal ação e também um campo rico para intervenção”.

O Serviço Social escolar atua junto à família de forma preventiva, curativa e promocional para o bem do aluno. No aspecto preventivo, o assistente social utiliza técnicas de pesquisa como: questionários, entrevistas e observação com alunos e familiares visando identificar aspectos que possam impedir ou dificultar o aprendizado do aluno, como também, entender a questão comportamental dentro da escola. No aspecto curativo, o assistente social atua junto à família e alunos que apresentam problemas de ordem psicossocial, como indisciplina, agressividade, desvio, de comportamento, apatia e desinteresse pelos estudos, evasão escolar, falta de relacionamento entre colegas e

profissionais etc. Esses problemas, na maioria das vezes, impedem que o educando apresente um bom desenvolvimento intelectual e equilíbrio emocional na escola.

Entre diversas formas de abordagens técnicas (...), destacamos a entrevista e a observação (...). A entrevista é o procedimento mais usual (...). Através dela (...) busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Já a observação (...) se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Minayo (1993, p. 57)

É através das visitas domiciliares que o assistente social pode conhecer o comportamento do aluno com a família e vizinhança. Como também verificar as atitudes e convivência afetiva entre toda a família.

Quando um profissional realiza uma visita domiciliar, todo contexto é parte da intervenção. O bairro, os vizinhos fazem parte da realidade do usuário, e a observação do ambiente contribui para a compreensão dessa realidade. Todo sujeito apresenta uma ligação importante com seu ambiente social, com sua família, com outros membros de sua rede. Não podemos, portanto, isolá-lo do processo. Lopes (2010, p. 79)

Para isso o profissional de Serviço Social possui técnicas de abordagem individual e grupal que são partes específicas da metodologia do Serviço Social. Sendo uma delas entrevistas com os alunos ou pessoas chaves para a caracterização do estudo em questão. A atuação junto à família e a escola permitirá aos estudantes e família uma conscientização de seus próprios problemas e encaminhamento para a solução dos mesmos.

O assistente social integra uma equipe interdisciplinar para que juntos possam trabalhar a problemática da escola que envolve o aluno, como também envolve a família na participação da escola. Santos (2011, p.3), afirma em seu artigo que:

(...) é de extrema importância que o profissional do Serviço Social, inserido na escola, saiba trabalhar com programas visando à prevenção e não dispende o seu tempo meramente com a efervescência dos problemas sociais. Na escola, o assistente social deve ser o profissional que precisa se preocupar em promover o encontro da educação com a realidade social do aluno, da família e da comunidade, a qual ele esteja inserido. (...) acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através de ações ou de trabalhos de grupo com pais, que se mostra a importância da relação escola – aluno – família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita.

Portanto, como dito anteriormente, para trabalhar a família e aluno é necessário um trabalho em conjunto, ou seja, um trabalho interdisciplinar para que se possam verificar em todos os ângulos os fatores sociais que interferem no ensino aprendizagem e aproximar a família das decisões da escola.

2.4. A Contribuição do Assistente Social no Trabalho Interdisciplinar na Escola

A comunidade e a família são instituições básicas da vida humana. Sem elas não vivemos em sociedade e não teríamos civilização. Assim, todas as pessoas, das crianças aos idosos, mulheres e homens com deficiência ou não, possuem necessidades, maiores ou menores. Igualmente, as famílias que as formam e as comunidades que as abrigam também guardam necessidades e demandam de atenção.

Anteriormente a qualquer noção de Estado, tal qual, concebemos na contemporaneidade com suas atribuições e responsabilidades, a família foi e continua sendo o fundamento da sociedade. Ela é um microcosmo onde o indivíduo estabelece seus primeiros vínculos que são a priori, sócio familiares, mas que lhe asseguram ou deveriam assegurar o seu pertencimento e proteção social dentro do espaço privado. Nabinger, (2009, p. 131)

Pensando nessa atenção que as famílias, as comunidades e as pessoas em geral necessitam, é que ressalto o papel do assistente social, que atua, através de pesquisas e análises da realidade social, na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais que buscam a preservação e a justiça social. Nabinger (2009, p 126) esclarece que “não se pode pensar em política social que não permita ao próprio cidadão sustentar sua família, dentro daquilo que entende por suas necessidades básicas”.

Nessa idéia ainda, um dos ambientes de trabalho do assistente social é a escola em uma atuação interdisciplinar que atende suas demandas de melhoramento de aprendizagem e comportamental dos alunos, visando também o relacionamento familiar. Entretanto, visando o bom desenvolvimento desses alunos e para atender seus objetivos, é necessário dispor de instrumentos que permitam identificar o perfil das famílias. Silva (1982, p.164) afirma que “o Serviço Social deve colocar-se como instrumento de mudanças que permitam atingir um modelo ideal de família (...) com menos conflitos”.

Vale enfatizar que o trabalho do assistente social na educação tem como objetivo o bom desempenho não só com a aprendizagem do aluno, como também o

desempenho da escola para adequação do aluno e verificação do convívio familiar, em um trabalho de atuação interdisciplinar. Nesse pressuposto, Goldman (1979, p. 25) diz que, “... um olhar interdisciplinar sobre a realidade permite que entendamos melhor a relação entre seu todo e as partes que a constituem”. Sendo a escola um espaço de atuação das questões sociais do Assistente Social assim como a família e a comunidade, verificamos que em 2009, de acordo com a nova reorientação do trabalho elaborada pela Gerência de Serviço Social na Educação, as atribuições do assistente social na área da educação dizem respeito aos seguintes itens:

- Atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola;
- Elaboração de Plano de Trabalho da equipe, contemplando ações/projetos para os diferentes segmentos da comunidade escolar, considerando as especificidades do território;
- Monitoramento e acompanhamento dos educandos em situação de não frequência e evasão escolar;
- Elaboração de relatórios de sistematização do trabalho realizado, contendo análises quantitativas e qualitativas;
- Realização de estudos e pesquisas que identifiquem o perfil socioeconômico-cultural da população atendida, suas demandas, características do território, dentre outras temáticas;
- Realização de reuniões de estudos temáticos, oficinas, estudo de casos, envolvendo a equipe de professores e equipe diretora/pedagógica da unidade escolar;
- Participação nos espaços dos conselhos de políticas e direitos, fóruns, em especial das áreas da educação, assistência, criança e adolescente e saúde;
- Fortalecimento da parceria com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS e unidades de saúde para viabilizar o atendimento e acompanhamento integrado da população atendida;
- Participação semanal em reunião de supervisão, estudo de casos e planejamento.

Diante dessas atribuições do profissional de Serviço Social, percebemos que esse profissional não atua nas escolas públicas e na grande maioria das escolas particulares.

Neste sentido, a atuação junto aos familiares, professores, alunos se torna premente para garantir o acesso à educação e o ensino de qualidade, assim como, desenvolver um trabalho que possa compreender e compartilhar junto ao coletivo escolar, formas de lidar com as problemáticas diversas existentes nas escolas, entre eles o baixo desempenho escolar.

Assim sendo, é possível afirmar que o distanciamento entre escola e família se deve a ausência do Assistente Social nas escolas e por que a maioria das escolas sergipanas não tem em seu quadro pedagógico o Assistente social?

Assim, numa visão interdisciplinar na educação podemos refletir, de acordo com Jantsch e Bianchetti (1995, p. 26),

O caráter necessário do trabalho interdisciplinar na produção do conhecimento no campo das ciências sociais e no campo educativo que se desenvolve no seu bojo não decorre de uma arbitrariedade racial e abstrata. Decorre da própria forma de o homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social.

Nessa reflexão podemos ressaltar que a escola, enquanto unidade de educação possui uma equipe de trabalhadores da política de educação responsáveis pelo desenvolvimento do aluno. Dessa forma, devem trabalhar numa perspectiva de atenção e intervenção interdisciplinar. Pois esta é fundamental para o bom desempenho da instituição escolar, dos alunos, família e até mesmo dos funcionários. Pois é através da interdisciplinaridade que podemos conhecer a problemática por diversas disciplinas, como afirma Martins (1995 p.68). “Em equipe interdisciplinar os profissionais buscam contribuir com os conhecimentos técnicos científicos de sua disciplina, estudo e superação de determinadas situações”. Portanto, pode-se concluir que o Serviço Social, ao buscar novas formas de executar seu trabalho, direciona seu desenvolvimento na ação interdisciplinar, compartilhando um espaço de troca mutua entre as especificidades do conhecimento e ultrapassando, no atendimento da complexidade das suas demandas, os limites de sua especialidade.

2.5. Legislação do Serviço Social e a Política Educacional

Para pensar o Serviço Social, como parte integrante da política educacional brasileira, é necessária considerar o modelo econômico adotado pelo País no início do século XX e ratificado pelo movimento de 1964 pautado na internacionalização do capital. Alteraram-se “os padrões do desenvolvimento econômico, que passaram a ser sustentados pela hegemonia dos consórcios internacionais” (Furtado, 1972 apud Pinto,

1986, p.115). Diante disso, o País precisou criar um padrão de consumo para atender à demanda do mercado interno com tecnologia mais avançada segundo as exigências internacionais, além de investir no crescimento de mão de obra qualificada para atender a essas exigências tecnológicas e burocráticas. Com a vinda das empresas multinacionais ao País e o investimento na iniciativa privada, o País criou mão de obra excedente, com salários baixos, visando a uma grande lucratividade. E para essa implantação da tecnologia mais avançada, o governo buscou recursos no capital estrangeiro. Nesse sentido, afirma Pinto (1986, p.116) que “a dívida externa aumentou assustadoramente, desencadeando avassaladora crise econômica no País. A desmistificação do “milagre” da década de 1970, o endividamento externo crescente devido à alta da taxa dos juros do sistema financeiro internacional, a inflação galopante em três dígitos e os acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional), sobretudo a partir da década de 1980, acarretaram uma drástica recessão econômica, aprofundando o empobrecimento da classe trabalhadora, quer pelo arrocho salarial (via autoritarismo do Estado), quer pelo alto índice de desemprego e subemprego”. Já na década de 1980, as políticas sociais, bem como a política educacional, foram ajustadas ao modelo econômico e em tempos de incertezas foram desvalorizadas. Se por um lado a educação aliou-se ao projeto ideológico, como instrumento de desenvolvimento e capacitação da classe trabalhadora para o acesso à estrutura dominante, por outro, o Estado valorizou a educação como “salvação nacional” (idem, ibidem), colocando-a a seu serviço, para realizar o projeto político e econômico, tendo-se, conseqüentemente, uma desvalorização da educação, especialmente no que diz respeito à crescente privatização do ensino em nível superior. A recessão econômica trouxe ao País altas taxas de desemprego e de subemprego, a luta pela manutenção do emprego a qualquer custo e atingiu diretamente o sistema educacional, desmistificando o desejo do jovem em conquistar um diploma e o título para enfrentar o desemprego ou assumir as mesmas atividades que exercia antes de ingressar no ensino superior. Nas décadas posteriores, a crise financeira assume novos formatos. O Brasil tem vivido um fenômeno educacional com o aumento desordenado de instituições de ensino superior presencial e a distância, vislumbra-se um exército intelectual de reserva, e muitas vezes sem qualificações, um alto índice de concorrência ocasionando a queda do nível salarial dos docentes e a irrelevância pelos diversos títulos de qualificação. No que diz respeito ao ensino do Serviço Social, a formação profissional é marcada por toda essa realidade brasileira e pelas pressões do sistema educacional brasileiro. Assim,

Formar profissionais qualificados, com relevante gabarito político, ético, metodológico e interventivo, significa apontar-lhes caminhos e ensinar-lhes a aprender, pela convivência permanente com a teoria, a história, a pesquisa e o cotidiano das práticas presentes nos diversos campos de estágio formal ou nos programas de extensão. Yamamoto (2010, p. 252)

Entretanto, sua história, desde os anos 80, é pautada por denúncias dos descasos políticos, pela falta de investimento na estrutura das organizações e do corpo docente e discente das instituições de ensino, e pela precarização do ensino superior que tem sido alvo de uma política mercantilista, injusta e excludente nos mercados nacionais e internacionais. O Serviço Social impulsionado pelos problemas econômicos gerados pelas crises financeiras mundiais e profundamente questionados pela situação de miserabilidade e de exclusão da classe trabalhadora e de baixo poder econômico, desde a década de 1960, questiona sua identidade profissional por meio do Movimento de Reconceituação. Faleiros (2010, p. 143) esclarece que:

È nessa conjuntura que é preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora.

Essa inquietude na categoria profissional repercute em vários aspectos da profissão, especialmente na formação profissional com uma primeira revisão curricular nos anos 80 efetivada pela elaboração do Currículo Mínimo de 1982 e pelas atuais diretrizes curriculares de 1996. A discussão da reforma curricular de 1982 expressou uma reorientação radical da formação profissional, motivada pelo movimento de democratização do País com a marca de politização nos debates sociais e pela revisão ética, política e teórico-metodológica do próprio Serviço Social. O que segundo Almeida (2000, p.8), “[...]o currículo de 1982 representou uma profunda reorganização da formação profissional alicerçada social, ocupacional e academicamente em mudanças no cenário político e institucional tanto na sociedade brasileira quanto da profissão”. É a partir dos anos 80 que a profissão estabeleceu uma interlocução com a teoria social de Marx como referência analítica. Com isso, torna-se... “[...] hegemônica no Serviço Social a abordagem do Serviço Social como totalidade social que participa do processo de reprodução das relações contraditórias da sociedade capitalista”. Yazbek (2008, p.19).

Tal referencial marxista avança para os anos 90 e imprime um direcionamento no pensamento e ação do Serviço Social no Brasil, com rebatimento na formação profissional, na elaboração dos trabalhos acadêmicos e científicos (congressos,

convenções, seminários e outros), na regulamentação do exercício profissional e no novo Código de Ética de 1993. Netto, (1996, p.111).

Na década de 1990, a categoria profissional, impulsionada pelas mudanças da realidade social, trabalhando cotidianamente com as mazelas da pobreza e as diversas faces da exclusão social, busca a construção de seu projeto ético-político pautado na justiça social, na igualdade e na garantia de direitos sociais a todos os cidadãos. Com isso, a proposta de implementação do novo currículo em Serviço Social trouxe o rompimento com práticas conservadoras da profissão desde sua origem, a revisão de sua identidade e o compromisso com a formação ética frente às exigências do mercado de trabalho. Nesse sentido, Yamamoto (2005, p.16) afirma a evolução histórica da profissão e os novos posicionamentos éticos e políticos frente à realidade brasileira.

“O Serviço Social, no marco de sua renovação crítica, vem afirmando o compromisso profissional com os interesses dos usuários e com a qualidade dos serviços prestados, afirmando uma nova forma de pensar e realizar o trabalho profissional, em contraposição à herança conservadora do passado, orientada pela perspectiva teórica metodológica apoiada na teoria crítica e, em princípios éticos de um humanismo radicalmente histórico”.

A profissão apresenta uma grade acadêmica e social renovada, voltada à defesa dos direitos de cidadania e dos valores democráticos, na perspectiva da liberdade, da equidade e da justiça social. O assistente social tem demonstrado um compromisso efetivo com os interesses públicos, atuando na defesa dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs brasileiros e na sua viabilidade junto aos segmentos majoritários da população.

O Serviço Social viveu nos anos 1993 a 1996 o processo de elaboração do novo Currículo Mínimo, sendo aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária no dia 8 de dezembro de 1996 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Após sua aprovação pelo fórum máximo da entidade, a proposta começou a tramitar no Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e, seguindo as orientações da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei de dezembro de 1996) teve de alterar a expressão “currículo mínimo”, vigente até então, requerida pelas novas legislações “Diretrizes Gerais”. O processo de aprovação das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social teve mais que uma alteração de título, começou a depender de novas leis complementares que regulamentam a educação superior no País.

Apesar dessas mudanças, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) teve como princípio político e acadêmico aguardar a aprovação final do documento enviado ao Ministério da Educação (MEC), enfatizando, contudo, a validade e pertinência das orientações pedagógicas e de conteúdos aprovados em assembleia da

entidade como parâmetro para os processos de discussão sobre ajustes, revisões e alterações dos currículos plenos (ABESS/CEDEPSS, 1997). Para Almeida (2000, p.14),

... a proposta contida nas Diretrizes Gerais tem como ideia principal que o desafio para qualquer projeto de formação profissional nos dias de hoje é o de assegurar à sociedade a entrada no mundo do trabalho de profissionais solidamente embasados em seu ofício e que sejam capazes de aliar a competência técnica e política a um explícito sentido ético.

Tal objetivo deve ser concretizado por meio de um processo de acúmulo intelectual adquirido pela profissão em um processo dialético contínuo de atualização, impedindo que as diretrizes básicas da formação profissional se percam. O tema central do processo de construção desse novo currículo para o curso de Graduação em Serviço Social foi a questão social, entendida no âmbito da produção e reprodução da vida que tem no trabalho seu elemento fundante. Tal perspectiva articula organicamente a profissão e a realidade (ABESS/CEDEPSS, 1997).

A nova abordagem dessa proposta curricular implica refletir a prática profissional como processo de trabalho, considerando que a profissão está inserida no trabalho coletivo responsável pelo movimento de produção e reprodução da vida social, é determinado pelas condições macro social, e concretizado historicamente pelos sujeitos que a realizam e a concretização das políticas sociais como elementos constitutivos do trabalho do assistente social, enquanto possibilidade de respostas ao enfrentamento da questão social. Esta como expressão das desigualdades e lutas sociais, em suas múltiplas manifestações, constitui a matéria-prima sobre a qual incide o trabalho profissional. Segundo a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (1996), na década de 1990, o profissional construiu bases para sua formação profissional em uma matriz materialista histórica.

As Diretrizes Curriculares da formação do Assistente Social no Brasil gestam-se como fruto de um amadurecimento do debate teórico na produção de conhecimento da área que busca raízes no Movimento de Reconceituação do profissional da década de 1960. Essas Diretrizes contêm indicativos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos que encaminham a análise da realidade a partir do método dialético marxista. O fundamento dessas diretrizes está na análise da relação capital e trabalho como essência do processo de desenvolvimento social. Conforme Yazbeket, (2008, p.24)

As atuais Diretrizes Curriculares apontam a formação em Serviço Social para a capacitação do profissional em: apreender criticamente o processo histórico como totalidade, conhecer a formação histórica e social brasileira por meio do desenvolvimento do capitalismo e da profissão, apreender o significado social da profissão, bem como suas demandas para desvelar novas possibilidades de

articulação entre o público e o privado e formular respostas profissionais que possibilitem o enfrentamento da questão social.

Diante dessa realidade conquistada pelos assistentes sociais, muitos desafios são colocados ao profissional no árduo movimento ABESS mudou sua designação para ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social no ano de 1998 por exigências estatutárias de construção de direitos sociais, tais como: o incansável exercício da consolidação do projeto ético-político por meio de ações que concretizem seus valores, a busca contínua pela qualificação profissional em combate à mercantilização e precarização do ensino brasileiro e do ensino no Serviço Social, a inserção do profissional nos processos de construção de uma sociedade democrática e participativa, a organização da categoria na busca da regulamentação dos vínculos contratuais e melhores condições salariais e de trabalho ao profissional.

Finalmente, segundo Yazbek (2008, p.31), o assistente social tem a difícil tarefa de propor e possibilitar uma nova “cultura que torne indeclináveis os direitos da população com a qual trabalhamos”

A partir da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, intitulada Lei Orgânica da Assistência Social, novos conceitos e modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil, sendo esta colocada como direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social. A Lei Orgânica da Assistência Social dispõe sobre a organização da assistência social. É o instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, aquilo que está escrito na Constituição Federal, nos Arts. 203 e 204, que definem e garantem os direitos à assistência social. Esta lei institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados.

Trata-se, mais do que de um texto legal, de um conjunto de ideias, de concepção e de direitos, que introduz uma nova forma de discutir a questão da assistência social, em substituição à visão centrada na caridade e no favor. Conforme estabelecido nesta lei, o núcleo, ou foco principal dos serviços assistenciais, é constituído pelas famílias vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão social. Focaliza-se o grupo familiar e a comunidade por serem espaços sociais naturais de proteção e inclusão social.

Como princípio normativo, valoriza-se a implementação de ações e serviços intersetoriais, ou seja, entre setores como saúde, educação, trabalho etc., voltados para o atendimento à família. Estas ações e serviços inter setoriais devem ter objetivos e

desenvolver processos mais ambiciosos de proteção e alteração da qualidade de vida do grupo familiar e não apenas de um ou outro de seus membros.

A assistência social orgânica é bem diferente das demais políticas social e pública, por ser complexa e por ter um mecanismo de distribuição de todas as políticas. Mais do que isso, é um mecanismo de deselitização e consequente democratização das políticas sociais (LOAS, 1993).

Hoje, assistência social é dever do Estado e direito do cidadão. É política pública e, como tal, faz parte da seguridade social, a qual compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos da população relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A assistência social é parte integrante das ações que visam garantir direito de cidadania e igualdade de condições de vida a todos os brasileiros. Este é o novo paradigma, o novo modelo da assistência social no Brasil, onde não há mais lugar para troca de favores ou para atuação paternalista. Neste modelo, prevalece a ideia de que se protege para promover, para fazer a pessoa crescer; que deve ser ofertado o mínimo básico para que o indivíduo inicie um processo de promoção humana, de crescimento e de valorização da pessoa. Indo mais além, é a ideia de que o indivíduo ao se promover, promova também o seu entorno, as pessoas que vivem ao seu redor e o seu próprio ambiente de vida. O centro de ação da política de assistência social é a família, vista como elo integrador das ações e como foco de programas específicos. Todos os programas que visam à inserção e à reinserção familiar são prioritários na política de assistência social (LOAS, 1993).

O Estado brasileiro, isto é, o poder público, seja ele federal estadual ou municipal, tem o dever de formular políticas e realizar ações e atividades que protejam e promovam aquela parcela da população que se encontra em situação de vulnerabilidade, permitindo a esta parcela alcançar uma situação de plena cidadania.

É de extrema importância dar parâmetros, especialmente, à articulação entre Estado e Sociedade Civil, para o desenvolvimento das atividades de promoção humana e desenvolvimento social que garantam o acesso à condição de cidadania. A política de assistência social, para ganhar níveis de efetividade desejável, precisa ser descentralizada. E é assim que está previsto na LOAS. [...]. A descentralização consiste em uma efetiva partilha de poder entre o governo e as coletividades locais. Nesse sentido, a descentralização, considerando o papel do Estado e a conjuntura política, carrega como conteúdo intrínseco a ideia de avanço democrático.

A descentralização e a municipalização, como consolidação democrática, estão sempre ligadas à participação e mostram que a força da cidadania está no município. É no município que as situações, de fato, acontecem. É no município que o cidadão nasce,

vive e constrói sua história. É aí que o cidadão fiscaliza e exercita o controle social (LOAS, 1993). Gestão é uma competência exclusiva do poder público que implica no exercício de funções de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria. Executar a política de assistência social é a principal competência do gestor municipal. Além disso, outras responsabilidades são imputadas a esta esfera de gestão, como a formulação da Política Municipal de Assistência Social, o co-financiamento da política, a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, a organização e gestão da rede municipal de inclusão e de proteção social, a supervisão, o monitoramento e a avaliação das ações em âmbito local, dentre outras.

A municipalização da assistência social possibilita a tomada de decisão mais próxima ao local onde os problemas acontecem e possibilita maior chance de reposta imediata e concreta. A gestão da assistência social.

PARTE II

ESTUDO EMPÍRICO

1. DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, e teve como objetivo identificar os principais aspectos acerca da relação entre escola e família e sua importância no desenvolvimento da aprendizagem das crianças do ensino fundamental maior, com a participação do Assistente Social como agente intermediador no processo de ensino aprendizagem, o papel do professor como agente transformador, a participação dos pais e da equipe gestora nesse desafio de formar cidadãos capazes de atender a demanda da educação do século XXI.

Esta pesquisa de caráter estritamente qualitativa por permitir uma maior flexibilidade na constatação do que foi pretendido. Para tanto, a mesma será desenvolvida por meio de acompanhamento e utilização de entrevistas semiestruturadas com 10 pais de alunos adolescentes na faixa etária entre 12 e 15 anos e 4 professores do Colégio Arquidiocesano de Aracaju, situado na Rua Dom José Tomaz, nº 194, bairro São José, Aracaju\Se. A escolha desse Colégio privado, se deu por este ter um Assistente Social no seu quadro de profissionais com alunos nessa faixa etária. E da Escola estadual 08 de Julho, situada na Travessa Américo Batalha, bairro Castelo Branco em Aracaju- Se.

O sujeito da pesquisa será a Assistente Social em que será entrevistado para analisar a sua participação no processo de intermediação da participação da família na escola

Anterior à realização das entrevistas, a população alvo será delimitada e constará de pais (ou responsáveis) e alunos matriculados na escola citada. Será realizado um levantamento estatístico quanto à faixa etária das crianças e verificação da frequência à escola e seus respectivos desempenhos. Pretende-se identificar a forma como a comunicação entre a escola e a família tem sido realizada e, com isto, confrontar esta informação com o desempenho escolar dos respectivos alunos. Para o caso estudado, será analisada importância da participação do Assistente Social como agente intermediador deste relacionamento.

Desta forma, será obtida a coleta de dados necessários para o desenvolvimento da dissertação, assim como se espera que as concepções dos professores e pais acerca da importância da participação do Assistente Social como agente integrador da família no processo ensino e aprendizagem seja bem entendida. Será possível, então, identificar os aspectos que dificultam essa relação. Este estudo por meio de entrevistas é bastante flexível, o que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

1.1. Problemática da investigação

O serviço Social na educação ainda encontra um desafio que é o de construir uma prática de qualidade no meio educacional em favor da igualdade e da justiça social. A escola por sua vez encontra o desafio de contornar a grande demanda por vagas que nem sempre são proporcionais aos números disponíveis na rede pública.

Outro desafio encontrado pela escola é o de manter e melhorar a qualidade do ensino. Essa tarefa só será bem sucedida se houver uma parceria entre a escola e a família. O exercício dessa parceria deve ser estimulado pelos profissionais da escola que possuam habilidades para balizar o fazer pedagógico e as questões sociais, de modo a proporcionar um canal de comunicação eficaz entre a família e a escola. Essa ação deve ter um objetivo comum que é a promoção do aluno e a certeza de que algo está sendo feito em prol desse aluno, com o objetivo de assegurar que lhe seja permitido o exercício pleno de sua cidadania.

1.2. Questões de partida

O Serviço Social escolar é sem dúvida um desafio para o Assistente Social, pois se configura ainda como um campo a ser explorado e efetivado. Percebe-se ainda que as políticas implementadas não são suficientes para garantir uma atuação de qualidade que valorize as habilidades, competências e atribuições do Assistente Social.

No âmbito escolar é necessário frisar que as ações são pensadas e efetivadas em conjunto, pela equipe escolar, onde o profissional do Serviço social apresenta-se como um parceiro das ações desenvolvidas na escola com outros profissionais (psicólogos, pedagogos, Direção, Supervisão).

É necessário que a equipe reconheça que todos fazem parte do processo de ensino e aprendizagem. Suas ações e reações serão fruto então de um trabalho realizado em conjunto com um único objetivo que é o de garantir a permanência do aluno na escola e com uma educação e qualidade, voltada para a promoção desse aluno enquanto sujeito inserido na sociedade.

No âmbito familiar é preciso que haja um trabalho interventivo de orientação no sentido de sensibilizar a família para que esta se aproxime da escola, pois só assim as ações serão efetivadas. De acordo com o estatuto da criança e do adolescente, “É direito

dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. (Lei 8069. 1990).

Considerando o exposto e com firme propósito de estudar a contribuição do assistente social na educação e as relações entre Serviço Social, Escola e Família no processo de ensino aprendizagem, surgiu a pergunta orientadora do estudo: Que tipo de contributos decorrem do desempenho do Assistente Social na promoção da relação entre a escola e as famílias, orientadas para o sucesso educativo dos alunos.

Para contribuir com a resposta da pergunta orientadora foram elaboradas algumas perguntas secundárias:

1. Como se dá a participação da família na escola?
2. Qual a importância do Assistente Social no processo de aproximação entre a escola e a família?
3. Porque a família e a escola ainda se mantêm distante?
4. Quais as questões sociais que interferem na aprendizagem inclusiva dos alunos?

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Explicitar os contributos que o Assistente Social aporta na promoção da relação entre a escola e a família, orientada para o sucesso educativo dos alunos.

1.3.2. Objetivos Específicos

1. Analisar as formas e dificuldades de participação da família na escola;
2. Verificar a atuação e importância do Assistente Social na escola;
3. Compreender por que família e escola ainda se mantêm distantes;
4. Identificar as questões sociais que interferem na aprendizagem inclusiva dos alunos.

1.4. Metodos e instrumentos de coletade de dados

1.4.1.O método

O método a ser utilizado será o hipotético-dedutivo, uma vez que este “se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” Lakatos (1995, p. 106)

Também será utilizada, como método de abordagem, a perspectiva dialética “que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” Lakatos. (1995, p. 106).

1.4.2.Os instrumentos

Os instrumentos utilizados foram às entrevistas, através de questionários semi-estruturados. Eles possibilitarão a identificação da importância da prática profissional do Assistente Social na relação escola e família.

No que se refere a observação, Marconi e Lakatos (2002) afirma:

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em vê e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da antropologia.

As entrevistas caracterizadas como semiestruturadas em que a utilização de um roteiro, previamente elaborado, permitiu ao entrevistado a possibilidade de responder de forma aberta para o alcance do objetivo.

Após as entrevistas os dados foram transcritos, catalogados e analisados com base nos objetivos da pesquisa.

1.4.3.Procedimentos

Escolhidas as escolas, o seguinte passo foi a escolha dos instrumentos para a coleta de dados. Tendo em conta os quesitos básicos, tais como:

- a) O desenho da investigação;
- b) A questão da investigação; e,
- c) Variáveis conceituais.

1 – Análise Documental	PPP – Projeto Político Pedagógico das Escolas A e B
2- EntrevistasSemiestruturadas	Dirigida a Diretor de Escola; Equipes Gestora e Técnica; eAssistente Social.
3 – Questionários	Dirigido aos Alunos, Professores e Pais de alunos.

Quadro nº 01 – Instrumentos de coleta de dados

1.4.3.1. A análise documental

De acordo com Laville e Dionne (2008, p.168) os documentos são veículos vivos de informação, que possibilitam a análise, descrição e transcrição das informações necessárias a realização do presente estudo.

Os documentos consultados permitiram averiguar os planos de relacionamento com as famílias dos alunos, o incentivo a melhoria das relações entre alunos e de alunos com professores e equipes pedagógicas, minimizando dessa forma possíveis efeitos de problemas sociais externos. Em se tratando de documentos administrados pelas escolas investigadas a autorização para acessá-los possibilitou realizar a análise dos planos e projetos aprovados no âmbito de cada unidade para nortear os seus trabalhos.

1.4.3.2. A entrevista semi-estruturada

O uso de entrevista, a qual permite a coleta da informação, junto ao Diretor de escola, equipes gestoras e técnicas e Assistente Social, permitiu obter dados passíveis de comparação das relações entre as escolas e as famílias dos alunos.

De acordo com Fortin (2009, p. 375) “a entrevista é o principal método de colheita dos dados nas investigações qualitativas”. Para a realização das entrevistas foi elaborado um roteiro composto de perguntas abertas e fechadas, organizadas em blocos conforme o potencial de respostas pertinentes a cada grupo de entrevistados, conforme abaixo:

Equipes Gestoras	Perguntas	Blocos	Temas Tratados nos Blocos
09MembrosEscola A	09	02	1 -Dados Profissionais – Função exercida; Tempo na Função e Formação Acadêmica. 2 -Percepção dos aspectos sociais e relacionamento

Suzane Souza - O Assistente Social como agente da relação entre família e escola na promoção do sucesso educativo

			entre as escolas e as famílias.
02 Membros Escola B	09	02	1 –Dados Profissionais – Função exercida; Tempo na Função e Formação Acadêmica 2 - Percepção de aspectos sociais e relacionamento entre as escolas e as famílias.

Quadro nº. 02 –Estrutura da entrevista das equipes gestoras

Equipe Técnica	Perguntas	Blocos	Temas Tratados nos Blocos
03 Membros Escola A	09	02	1 –Dados Profissionais – Função exercida, Tempo na Função e Formação Acadêmica. 2 – Percepção de aspectos administrativos, Sociais e relacionamento entre a escola e as famílias.
00 Membro Escola B	00	00	

Quadro nº 03 –Estrutura da entrevista das equipes técnicas

Assistente Social	Perguntas	Blocos	Temas Tratados nos Blocos
01 Membro Escola A	10	02	1 – Dados Profissionais – Tempo de habilitação profissional e exercício na escola. 2 – Percepção de aspectos sociais; disciplinares; exercício da profissão; relacionamento alunos x alunos, alunos x professores, escola x famílias.
A Escola B não tem este Profissional	00	00	

Quadro nº 04 – Estrutura da entrevista do Assistente Social

Para a realização das entrevistas tomou-se, ainda, o cuidado de gerar interação positiva e principalmente confiança. Neste sentido, Sampieri et al., (2010, p.421) afirma:

“La entrevista debe ser um diálogo y resulta importante dejar que fluya el punto de vista único y profundo del entrevistado. El tono tiene que ser espontaneo, tentativo, cuidadoso y con cierto ayre de curiosidade por parte del entrevistador”.

Concluída a elaboração do roteiro se procedeu ao primeiro contato com os diretores das escolas, explicando-lhes o objetivo da investigação, sua importância para o estudo, o porquê da escolha de suas escolas e, finalmente, perguntando-lhes se havia ficado algum ponto sem o devido esclarecimento. Com o consentimento obtido junto aos Diretores solicitamos a informação da disponibilidade de datas e horários para a efetivação das entrevistas.

1.4.3.3. Os questionários

A opção pelo questionário teve como finalidade a coleta de informações dos alunos, dos pais dos alunos e professores das duas escolas eleitas. O uso de questionário, de acordo com Fortin (2009, p. 387) é um meio rápido e pouco dispendioso de obter dados, junto a um grande número de pessoas distribuídas por um vasto território. Para a construção do questionário, conforme Fortin (2009, p.380), observamos os três passos:

- Definição clara do objetivo do estudo;
- Conhecimento do estado da investigação sobre o fenômeno considerado;
- Ideia clara da natureza dos dados a recolher.

Na construção do roteiro do questionário não se perdeu de vista a correspondência entre o tema e os objetivos específicos da investigação. Ainda, de acordo com Sampieri et al., (2010, p.221):

Um cuestionário obedece a diferentes necesidades y a um problema de investigación, lo cual origina que em cada estudio, el tipo de preguntas sea distinto. Algunas veces se incluyen tan sólo preguntas cerradas, otras ocasiones únicamente preguntas abiertas, y em ciertos casos ambos tipos de preguntas.

A escolha das perguntas inseridas no questionário, pensadas de forma cuidadosa para que se alcance o objetivo proposto, se justifica na opinião de Hill & Hill (2009, p.95) para, "obter informação qualitativa para complementar e contextualizar a informação quantitativa". O questionário foi elaborado com número de questões distintas, assim como, organizado com número distinto de grupos temáticos de acordo com o que o público alvo.

Suzane Souza - O Assistente Social como agente da relação entre família e escola na promoção do sucesso educativo

Questionário Alunos	Perguntas	Blocos	Grupos Temáticos
Escola A – 20 Alunos	06	02	A – Dados biográficos – Idade, sexo e escolaridade; B – Percepção relacionamento – Escola x família.
Escola B – 19 Alunos	06	02	A – Dados biográficos – Idade, sexo e escolaridade; B – Percepção relacionamento – Escola x família.

Quadro nº 05–Estrutura do questionário dos alunos

Questionário Professores	Perguntas	Blocos	Grupos Temáticos
Escola A – 09 Professores	10	03	A – Dados biográficos – Idade e sexo; B- Dados profissionais –Tempo de serviço no cargo exercido, Vinculação com rede de ensino; C – Percepção de aspectos sociais, administrativos e relacionamento Escola x família.
Escola B – 07 Professores	10	03	A – Dados biográficos - Idade e sexo; B – Dados profissionais – Tempo de serviço no cargo exercido, Vinculação com rede de ensino; C – Percepção de aspectos sociais, administrativos e relacionamento Escola x família.

Quadro nº 06–Estrutura do questionário dos professores

Questionário Pais de Alunos	Perguntas	Blocos	Grupos Temáticos
Escola A – 09 Pais	08	04	A – Dados biográficos – Sexo e idade; B – Dados sociais – Número de filhos; C – Dados econômicos – Renda familiar; D – Percepção de relacionamento – Escola x família.
Escola B – 11 Pais	08	04	A – Dados biográficos - Sexo e idade; B – Dados sociais - Número de filhos; C – Dados econômicos – Renda familiar; D - Percepção de relacionamento – Escola x família.

Quadro nº 07 –Estrutura do questionário dos pais dos alunos

Com esta forma de elaboração do questionário se pretendeu obter a clareza necessária para interpretar as respostas oferecidas pelos questionados e tratar com rigor a análise dos dados fornecidos.

Previamente a aplicação dos questionários ao público pretendido foi solicitada autorização aos Diretores das escolas objeto do estudo. O contato inicial teve por objetivo agendar uma reunião presencial para explicar os objetivos pretendidos e o modelo de questionário que seria empregado. Os Diretores das duas escolas mostraram-se, de imediato, interessados em colaborar. Autorizando o início dos trabalhos em suas unidades de ensino

1.4.4. Amostra

A amostra utilizada nesta investigação foi escolhida pelo investigador e o critério utilizado foi o de escolher duas escolas, uma da rede pública (escola b), sem a ação do assistente social e, outra da rede de ensino privado (escola a), assistida por um profissional assistente social. A escolha das escolas teve o objetivo de perceber se há diferencial entre a escola que possui, em seu quadro de funcionários, o profissional assistente social e, outra que não possui um Assistente Social no seu quadro de profissionais.

A amostra da investigação levada a efeito com a Equipe Gestora da escola A é constituída por um total de 10 membros, conforme quadro 08, abaixo:

Quadro 08 – Equipe Técnica da Escola A

Função na Escola	Tempo de na Função	Formação Profissional
Coordenador A	08 meses	Gestão Empresarial
Coordenador B	10 anos	Pedagogia e Psicopedagogia
Coordenador C	01 ano	Não informou
Coordenador D	10 anos	Pedagogia
Coordenador E	02 anos	Especialista em Administrativo e Marketing Esportivo
Secretário	03 anos	Superior
Psicóloga	03 anos	Psicologia
Psicopedagogia	02 anos	Pedagogia e Psicopedagogia
Psicopedagogia	01 a o 06 meses	Serviço Social
Assistente Social	02 a os	Não informou

Quadro nº 08 – Equipe técnica A

A amostra pertinente à Equipe Gestora da escola B é composta por 02 membros, conforme quadro 09, abaixo:

Função na Escola	Tempo de Exercício na Função	Formação Profissional
Diretor	02 meses	Mestre em Ecologia
Oficial Ajud. Administrativo	06 anos	Administração de Empresas

Quadro nº 09 – Equipe técnica B

2. CARACTERIZAÇÃO DOS CONTEXTOS DE INVESTIGAÇÃO

2.1. Caracterização do Campo da Pesquisa

Esta pesquisa se realizou na cidade de Aracaju um município e capital do estado de Sergipe, no Brasil. Localiza-se no litoral, sendo cortada por rios como o Sergipe e o Poxim. De acordo com a estimativa de 2015, sua população é de 632.744 habitantes.

A história da cidade de Aracaju está relacionada à da cidade de São Cristóvão, a antiga capital da Capitania de Sergipe (atual estado de Sergipe). Foi a partir da decisão de mudanças da cidade que abrigaria a capital provincial que Aracaju nasceu. Fundada em 1855, foi a segunda capital planejada de um estado brasileiro (a primeira foi Teresina, em 1852). Seu formato remete a um tabuleiro de xadrez. Todas as suas ruas foram projetadas geometricamente para desembocarem no rio Sergipe. Até então, as cidades adaptavam-se às respectivas condições topográficas naturais, estabelecendo uma irregularidade no panorama urbano, exceto as cidades reais fundadas no século XVI por exemplo (geralmente vilas sede de protetorados privados a exemplo de Olinda), que eram planejadas de modo linear tendo como base uma cruz de acordo com mapas da época.

No início da ocupação portuguesa da região onde hoje se encontram Aracaju e cidades vizinhas, ela estava sob jurisdição da Capitania da Baía de Todos os Santos, que hoje é o estado da Bahia. Em princípio, essa região, era território do líder indígena Serigi, que dominava desde as margens do Rio Sergipe até à do Rio Vaza-Barris.

Em 1590, o militar Português Cristóvão de Barros atacou as tribos do cacique Serigy, matando-os e derrotando-os. Assim, no dia 1 de janeiro de 1590, Cristóvão de Barros fundou a cidade de São Cristóvão junto à foz do Rio Sergipe e definiu a Capitania de Sergipe, ainda subordinada à Capitania da Baía de Todos os Santos. Mais tarde, a cidade foi transferida para as margens do Rio Poxim e, enfim, para o Rio Paramopama, afluente do Vaza-Barris.

Assim, São Cristóvão tornou-se a capital da província. Diferente do que aconteceu em outros estados da Região Nordeste, a capital de Sergipe ficava a mais de vinte quilômetros de distância do mar (caso similar ao de João Pessoa, mas esta não perdeu o status de sede com o pretexto da transferência do porto para um município vizinho, apenas houve um decaimento no bairro do porto fluvial; vale lembrar que tanto Filipéia quanto São Cristóvão, eram as duas maiores e mais antigas cidades reais, de uma área costeira, a norte da então capital Salvador). Desta forma, seus portos, por onde passavam navios, ficavam nos rios.

2.2. Estudo de caso 1

2.2.1. Caracterização da escola A



Quadro 10 – Logotipo do Colégio Arquidiocesano de Aracaju

A longa trajetória de vida do Colégio Arquidiocesano teve início em 1957, quando o bispo Dom Fernando Gomes nomeou o padre José Carvalho de Sousa reitor do Seminário Diocesano “Sagrado Coração de Jesus”, encarregando-o da parte espiritual e pedagógica do seminário.

Com a transferência de Dom Fernando Gomes para Goiânia, o seminário começou a enfrentar sérios problemas financeiros e o reitor teve a feliz idéia de fundar

um educandário, projeto imediatamente aprovado pelo então bispo Dom José Vicente Távora. Nascia, assim, com apenas 7 alunos, o Educandário Diocesano S. Coração de Jesus, num pequeno prédio do seminário, situado na Praça Camerino, 181, passando a ginásio em 1960 e colégio em 1963.

Com a transferência do colégio para o prédio do seminário, na rua D. José Tomaz, 194, o número de alunos foi aumentando consideravelmente, favorecendo, com isso, o ingresso do sexo feminino. Enquanto o colégio crescia e se modernizava, ia aumentando a credibilidade da comunidade com relação à qualidade de ensino, graças ao bom êxito dos alunos no vestibular.

Dotado de um espaço físico invejável, o Colégio Arquidiocesano “S. Coração de Jesus” mostra, a cada dia, porque é um dos mais bem conceituados do estado de Sergipe.

Tendo como entidade mantenedora a Arquidiocese de Aracaju e como diretor geral o arcebispo metropolitano Dom José Palmeira Lessa, o Arquidiocesano exerce suas atividades através de uma diretoria administrativa e uma diretoria pedagógica, ocupadas, respectivamente, por Ilenildo Cordeiro e o padre Anderlan Fernandes.

É assim que o Arquidiocesano chega aos 54 anos, comemorando ser aquilo que ensina: estar em sintonia com o seu tempo, participando, transformando, fazendo história, construindo o futuro, trilhando o caminho da construção coletiva, contínua e permanente, objetivando a formação do indivíduo. Nessa trajetória, o Arqui tem reafirmado o seu papel de esteio de uma sociedade civilizada, mantendo-se fiel aos seus objetivos iniciais: oferecer todas as condições para que seus alunos sejam pessoas felizes, capazes, dignas e fiéis seguidoras de Jesus Cristo.

Missão e Valores

Missão

Proporcionar uma educação de qualidade, formando cidadãos dignos, capazes e fiéis, seguidores do Evangelho de Jesus Cristo.

Valores

- Religião e fé;
- Respeito à vida;
- Valorização da pessoa humana;
- Compromisso e dedicação;
- Ética e Honestidade;

- Transparência nas suas ações;
- Tradição e inovação.

Proposta Pedagógica e Metodológica

A Proposta Pedagógica do Colégio Arquidiocesano busca oferecer aos alunos e educadores a oportunidade de viver situações em que se precisem exercitar com equilíbrio os estados de razão e emoção. Sendo estas últimas manifestadas em atitudes afetivas e construtivas de aprendizado.

Família e escola dividem funções importantíssimas, no que se refere a instruir e educar as crianças e jovens, compartilhando conhecimentos e, principalmente, valores. E, na escola a arte de educar não é um exercício apenas de professores, coordenadores e diretores, mas de todos que se habilitam a realizar, dentro do espaço escolar, alguma atividade profissional.

Educar é antes de tudo promover a transformação do ser humano e não educamos apenas com palavras, mas acima de tudo com o exemplo que damos através das nossas atitudes, posturas e vocabulário.

Hoje o que vemos e vivenciamos é uma verdadeira desordem social, portanto, é nossa obrigação construir novos caminhos através da educação. Devemos criar condições para desenvolver nos alunos os valores de justiça, amor, tolerância, respeito e valorização da vida.

Fazer das aulas momentos prazerosos, privilegiando o encontro de todas as possibilidades espontâneas e criativas dos alunos. Um espaço que oferece condições que possibilitem nossos alunos um autoconhecimento, a considerar as diferenças e usufruir da cultura que caracteriza a sociedade a que pertence.

Características do Projeto Vida desenvolvido na Escola A

Considerando de suma importância sua função como Assistente Social do Colégio Arquidiocesano, a Assistente Social elaborou o PROJETO VIDA (Uma gota de esperança) que é desenvolvido através de ações que proporcionam melhoria da qualidade de vida aos seus alunos e exercício de cidadania na sociedade.

Justificativa do Projeto

O Projeto surgiu, da idéia dos alunos do 9º ano D (2013) que demonstraram interesse em levar as Organizações Não Governamentais (ONG) o seu amor, alegria e afeto para pessoas em situação de vulnerabilidade social, fossem elas crianças, adolescentes, adultos ou idosos.

O interesse dos alunos foi crescendo e assim resolveram solicitar o apoio do Colégio, a fim de sistematizar e instrumentalizar um Projeto único, denominado pelo grupo inicial como PROJETO VIDA (Vivendo para Instituições com Dedicção e Amor). Motivação solidaria, desejo de ajudar, satisfação de se sentir útil, de aprender coisas novas, de viver situações diferentes com outras pessoas, da troca de energia, tempo e o mais importante: da doação do Amor; foram os grandes responsáveis pelo surgimento do Projeto.

Assim, consideramos de fundamental importância o PROJETO VIDA que contribuirá para o exercício da cidadania, na medida que envolverão pessoas para além do seu campo de vivencia, permitindo a transposição de barreiras e preconceitos em benefício do outro. Serão ações voluntarias e coletivas que proporcionarão melhoria na qualidade de vida das pessoas e despertarão sentimentos de solidariedade e do papel que desempenhamos na sociedade.

Objetivos

- Auxiliar a Escola a cumprir com sua função - formação integral do aluno - tornando-os mais conscientes para o desenvolvimento de suas habilidades e competências essenciais para sua formação;
- Estimular a cultura da Paz reforçando a solidariedade social, e assim contribuir para uma sociedade mais justa e humana;
- Permitir que os alunos conheçam diferentes realidades, costumes, valores, além da percepção do outro desfazendo-se dos preconceitos e valorizando a vida que tem;
- Enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, complementando o trabalho em sala de aula e proporcionando uma compreensão mais aprofundada dos conteúdos abordados;
- Criar e fortalecer os vínculos entre alunos, professores, pais e todos que fazem parte do Colégio, bem como do público envolvido nas ações.

- Público Alvo: Serão realizadas quatro ações anuais condizentes com a faixa etária trabalhada, focalizadas para crianças, adolescentes, adultos ou idosos atendidos em ORG de Aracaju, sendo duas ações a cada semestre.

Plano de Ação

Desenvolveremos quatro projetos anuais, sendo dois por semestre, levando em consideração o desejo dos alunos e do Colégio.

A metodologia específica de cada projeto será definida pelos planos com a participação da Assistente Social, Pastoral, Direção e Professores envolvidos naquela ação.

Quanto aos alunos participantes será definido no quantitativo de 30, de forma voluntária, podendo chegar a 35, de acordo com o projeto a ser executado. Caso haja mais interessados será feito sorteio. As inscrições serão realizadas na Pastoral do Colégio.

Os meios de divulgação das ações ocorrerão através da Pastoral, serviço Social, murais, rádio e setor de comunicação do Colégio, além de visitas autorizadas às salas de aula.

Todos os alunos inscritos nas ações levarão comunicado antecipadamente para os pais, informando a atividade que será realizada e solicitando assinatura do responsável, liberando a participação do (a) seu (a) filho(a).

As atividades programadas para o Projeto Vida serão:

- Doação de roupas, alimentos, livros paradidáticos, materiais de higiene, limpeza, etc.
- Atividades recreativas como: teatro, brincadeiras, danças, shows musicais, palestras educativas, dentre outras, que venham a serem propostas de acordo com o público trabalhado.
- Distribuição de lanche adequado à faixa etária envolvida na ação.
- Distribuição de amor, carinho, afeto através do beijo, abraço, conversa, olhar e aconchego.

Cronograma

As ações acontecerão nos meses de marco, maio, agosto e outubro, no turno vespertino, com datas antecipadamente estabelecidas, bem como o horário, as atividades a serem desenvolvidas e a divisão das tarefas com os alunos inscritos. Vale ressaltar que serão consideradas a escolha de datas que não comprometem o período de avaliação ou atividades similares.

Recursos

- Humanos:

Alunos, componentes da Pastoral, assistente social, professores envolvidos na ação, demais funcionários e pais interessados e também inscritos.

- Materiais:

Serão citados de acordo com cada ação e cedidos pelos envolvidos e Colégio, além da doação de terceiros, quando se fizer necessário.

Avaliação:

O acompanhamento e avaliação serão--realizados ao longo de cada Projeto para correção da metodologia, sempre que necessário, bem como ao final com participação dos envolvidos, evitando que se repitam os mesmos erros.

Escola A - Estrutura física

- 3 unidades de ensino;
- Salas de aula amplas e arejadas;
- 8 salas com recursos multimídia;
- Parque poliesportivo com quatro quadras, dois ginásios e 5 piscinas para a prática de 12 modalidades esportivas;

Laboratório de Educação Ambiental (mini fazenda), com 6000m², onde é desenvolvido o Projeto 'Cheirinho de Mato';

- Capelas;
- Livraria;

- Biblioteca;
- Academia de ginástica;
- Salas especiais para dança, artes, música, xadrez;
- Sala de Pronto-Atendimento;
- Auditório onde também funcionam o “Cine Arquí” e a “Estação 194”, a rádio interna do colégio;
- Estúdio de gravação
- Elevador para pessoas com necessidades especiais;
- Brinquedoteca Temática para aulas interdisciplinares;
- Laboratórios Experimentais para o estudo de Ciências, Ed. Ambiental, Línguas Estrangeiras;
- 03 Laboratórios de Educação Tecnológica e 01 Sala de Robótica em parceria com: LEGO Educacional e ZOOM Education for Life.
- Praças de alimentação com cantinas

Educação infantil

Na Educação Infantil, buscamos a integração da criança através do desenvolvimento dos aspectos biológicos, intelectuais e socioculturais, preparando-os para continuidade do processo, no Ensino Fundamental.

Considerando que as crianças desenvolvem suas capacidades de maneira heterogênea, a proposta pedagógica da Educação Infantil cria condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, possibilitando a aprendizagem em suas diferentes faixas etárias. Assim, proporcionamos o desenvolvimento da criança como um todo, em seus diferentes aspectos.

O Arquidiocesano abre este ano de 2014 com o Programa ESCOLA INOVADORA. Este tem como principal objetivo a formação do aluno protagonista, capaz de se reconhecer, de articular os saberes na vida real, de utilizar a tecnologia de forma colaborativa, de superar os futuros desafios do universo profissional, leitor de mundo e de múltiplas linguagens. Um aluno consciente e atuante como cidadão. O Programa visa à formação escolar e pessoal dos alunos, tendo como eixos norteadores a literatura, as competências essenciais ao cidadão do século 21 e a tecnologia. Com abordagens inovadoras de temas contemporâneos, articula recursos didáticos – impressos e de tecnologia educacional e ações pedagógicas.

Além do trabalho em sala de aula com as professoras, os alunos contam com atividades interdisciplinares e acompanhamento especializado nas áreas de

psicopedagogia, fonoaudiologia e psicologia. Essas e outras iniciativas vão produzir ganhos muito significativos na aprendizagem e na vida de nossos alunos

Com uma excelente estrutura, a Educação Infantil do Colégio Arquidiocesano possui salas especialmente projetadas para as crianças com banheiros conjugados, além de refeitório, cozinha experimental, sala de dança, sala de leitura, brinquedoteca e um amplo espaço para a prática de Educação Ambiental. Nas salas, as crianças contam com os serviços de uma professora, uma auxiliar e uma cuidadora.

Ensino Fundamental - I

Nesse ciclo de ensino, o Arquidiocesano adota uma proposta pedagógica baseada no desenvolvimento da criança como um todo, em que a ação, a construção do conhecimento e a formalização se complementam. Neste contexto, a interação aluno-professor-família-grupo tem papel fundamental, pois é através dela que a criança construirá sua identidade e autonomia.

Trabalha-se com propostas temáticas, interdisciplinares, nas quais a criança é estimulada e motivada nas diversas áreas do conhecimento (linguagem, matemática, educação ambiental, dança, artes, descobertas sócio-científicas, movimento, música), através de experiências concretas, num ambiente prazeroso, lúdico e adequado às necessidades de cada faixa etária, atingindo, desta forma, seus vários canais de aprendizagem, tornando este processo muito mais significativo.

O nosso objetivo é dar continuidade à formação adquirida na Educação Infantil, seguindo todo o processo educativo para que a alfabetização aconteça de forma gradativa, sólida e adquira resultados satisfatórios nos anos posteriores. Com base nessas perspectivas, trabalhamos para o desenvolvimento integral da criança na faixa de 6 a 10 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo.

Unidade I - Ensino Médio

Desde a primeira série do Ensino Médio, o Arquidiocesano prepara o aluno para uma das etapas mais delicadas da vida escolar: o Vestibular/Enem. De acordo com as tendências exigidas nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nos vestibulares das principais universidades do Brasil, o Arqui contextualiza o ensino, privilegiando a aprendizagem significativa.

Nos dois primeiros anos do Ensino Médio, o aluno do Arquidiocesano estuda todo o conteúdo exigido no Enem/vestibular. Assim, no ano do processo seletivo, ele terá

mais confiança e tranquilidade, revendo o que já aprendeu. É um ensino que, além de preparar o desafio do Enem/vestibular, assegura ao aluno uma filosofia que consolida sua consciência ética e moral. Para fortalecer sua proposta de ensino, garantindo resultados ainda mais expressivos, o Arqui, mantém parceria com o Sistema Ético, da Editora Saraiva.

2.2.2.Perfil dos alunos – Escola A

A idade dos alunos é de 09 e 10 anos, todos cursam a 5ª série, o perfil é feminino, tem dificuldades nas disciplinas de português, inglês e matemática.

Têm excelente relacionamento com os colegas e professores. Reclamam não ter ar condicionado nas salas de aula e armários próprios. Todos tem excelente relacionamento com a família e contam com a participação ativa dos pais em suas vidas escolares.

2.2.3.Perfil dos professores – Escola A

Os educadores situam-se num escalão etário compreendido entre 41 anos a 50 anos de idade, contam com até 10 anos de experiência na profissão, tem vínculo com a rede privada de ensino e possuem formação acadêmica em pedagogia.

Para solucionar problemas de violência e aprendizagem recorrem aos pais, à coordenação, psicopedagogos e aos especialistas. Tem bom relacionamento com os alunos e seus pais e, trabalham com o apoio de Assistente Social.

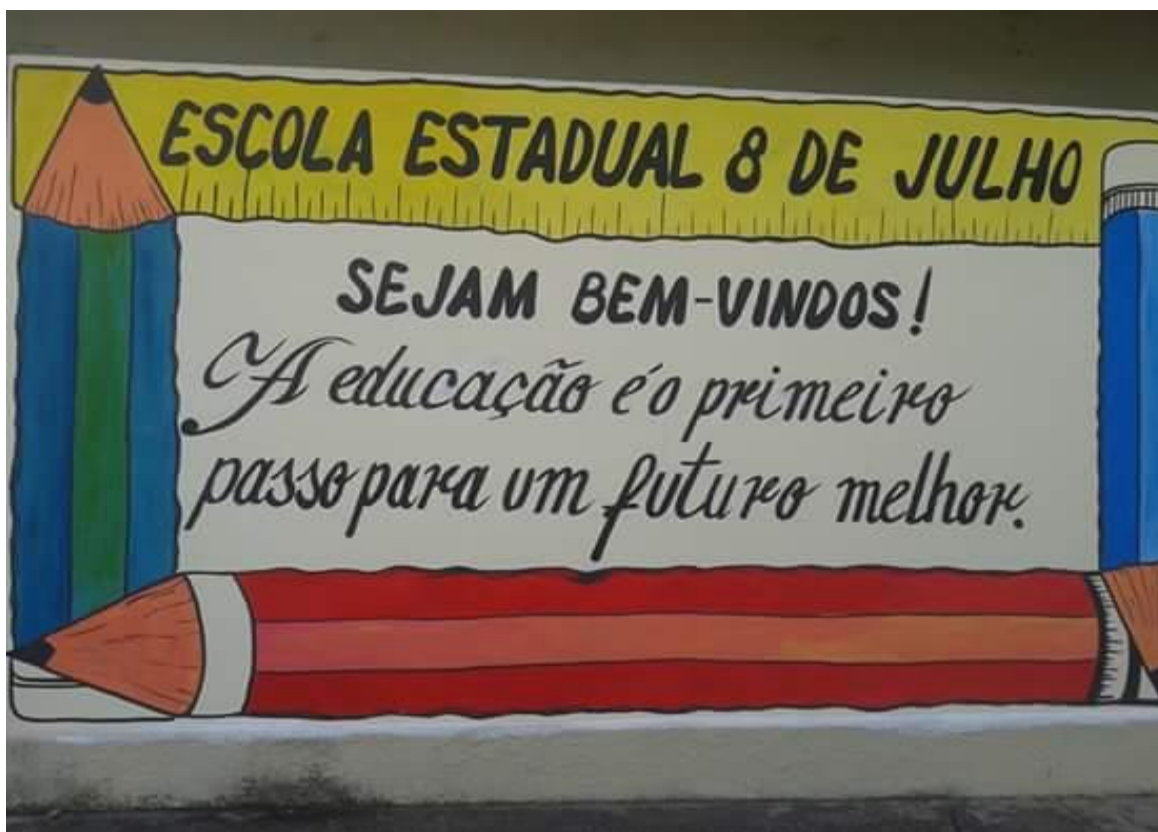
2.2.4.Perfil dos pais dos alunos da escola A

O responsável pelo aluno que freqüentemente o acompanha à escola é do sexo feminino.

Elas têm até 45 anos de idade, com 01 filho cada família, no máximo 02 filhos, renda familiar entre 02 e 04 salários mínimos, tem excelente relacionamento com os professores. Não participam das decisões da escola, porém participam das atividades escolares dos filhos e têm excelente relacionamento com a família e bom relacionamento com a Coordenação e Diretoria da Escola.

2.3. Estudo de caso 2

2.3.1. Caracterização da Escola B



Quadro 11 – Logotipo da Escola Estadual 8 de julho

A Escola Estadual 8 de Julho, localizada na Rua coronel Américo Batalha S/N no bairro Ponto Novo na cidade de Aracaju - Se, mantida pelo Governo Estadual, foi criada pelo decreto nº 06 de 16 de abril de 1969, com o nome de Grupo Escolar Marechal Castelo Branco (com ensino de 1 a 4 série) passou para Escola de 1 Grau Marechal Castelo Branco, com o Decreto de nº 2527 de 17 de abril de 1973. Em seguida passou Para Escola de 1 Grau 8 de Julho com Decreto de nº 3578 em 29 de novembro de 1966. Funcionalmente autorizada pela Resolução de nº 54/77 de 14 de setembro de 1977. Ato de Reconhecimento do Ensino de 1 Grau Resolução nº 289/91. Com a Resolução de nº 026/98/CEE Art.29 passa a denominar Escola Estadual 8 de Julho. (Ver Fotos 04, 05 e 06).

A Instituição funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Oferecendo o Ensino Fundamental Maior do (6º ao 9º ano) e o EJAEF (1ª, 2ª, 3ª, e 4ª Etapa).

Com o firme propósito de melhorar a situação da escola, a qual ainda deixa a desejar no que concerne aos elevados índices de reprovação principalmente nas disciplinas de Matemática, História e Português, proporcionando assim, baixa estima nos educando como também o desestímulo dos educadores, a Escola implementou o seu Projeto Político Pedagógico.

Foi detectado outro fato que contribui para tal situação e que ocorre em grande escala a falta de formação escolar dos pais, a desagregação das famílias e a falta de tempo disponível dos pais para acompanhar a vida escolar dos seus filhos que nos levou a implantar o Projeto Família na Escola objetivando um melhor acompanhamento dos pais na vida escolar de seus filhos.

Partindo desse pressuposto e objetivando a melhoria da qualidade de ensino respaldada nos resultados da aprendizagem dos alunos permanecemos nesse processo contínuo de implementação e aperfeiçoamento do PPP, o qual perpassa por acompanhamento e avaliação constante e, conseqüentemente pela elaboração de novas metas e planos de ação. Sendo assim, nossa proposta é oferecer uma aprendizagem significativa, onde os novos educandos deverão ser capazes de transpor os conhecimentos adquiridos em situações concretas de suas vidas, possibilitando uma Escola autônoma e democrática, formadora de cidadãos críticos e capazes, combatendo assim, os problemas mais críticos da escola como a reprovação, a evasão e a baixa estima dos alunos, os quais comprometem o sucesso escolar.

A Equipe Pedagógica da Escola Estadual 8 de Julho procurou amparo (subsídio) na Constituição Federal do Brasil (CFB), capítulo III, referente a Educação na Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 2 de setembro de 2001. Para fundamentar sua prática pedagógica, assegurando um ensino de qualidade voltado para as necessidades de seus educandos.

Como está prevista na LDB - Art. 32 A educação é um processo contínuo e gradativo que deverá partir das experiências e das vivências dos discentes proporcionando o desenvolvimento da capacidade de aprender tendo como princípios básicos, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

No passado, cabia a escola a função de mero transmissor do conhecimento e a família a função de educar e formar. Hoje na sociedade atual se faz necessário que a escola, além da função de ensinar, proporcione a formação e educação de seu educando.

A Instituição de Ensino é um espaço constituído por diversas dimensões, todos entrelaçados para desempenhar o desenvolvimento Pedagógico, Cultural, Social e Político dos educandos.

Sabendo-se que o professor é o facilitador da aprendizagem, e que a função da Escola é proporcionar a verdadeira aprendizagem trilhando novos caminhos que leve nossos alunos a aprenderem mais e de forma prazerosa, tornando-se cidadãos críticos e capazes.

Estrutura física

Dependências:

- 06 Salas de Aulas;
- 01 Sala de Leitura;
- 01 Sala de Professores;
- 01 Secretaria;
- 01 Diretoria;
- 01 Depósito de merenda;
- 01 Cozinha;
- 01 Pátio;
- 01 Banheiro masculino com 5 unidades;
- 01 Banheiro feminino com 5 unidades;
- 01 Sala para vigilante;
- 01 Refeitório;

Anualmente a escola recebe recursos de dois programas PROFIN - Programa de Transferência de Recursos Financeiros diretamente às Escolas Públicas e PDDE - Programa de Dinheiro Direto na Escola

2.3.2. Perfil dos alunos – Escola B

A idade dos alunos está entre 12 e 16 anos, cursam a 7ª, 8ª e 9ª séries, o perfil é masculino, reclamam a falta de explicações suficientes dos professores, tem dificuldades nas disciplinas de História e Geografia.

Tem bom relacionamento com os colegas e professores. Reclamam não ter um ambiente adequado para estudar e a falta de merenda escolar de qualidade. Os

alunos tem bom relacionamento com a família e contam com a participação dos pais em suas vidas escolares.

2.3.3. Perfil dos professores – Escola B

Os professores situam-se num escalão etário compreendido entre 41 anos a 50 anos de idade, contam com até 30 anos de experiência na profissão.

Possuem vínculo com a rede pública de ensino e, têm formação académica a nível de especialização. Para a solução de problemas com a violência e a aprendizagem, recorrem às reuniões com os pais, alunos, especialistas, diretoria e conselhos escolares.

Têm bom relacionamento com os pais e alunos. Não contam com apoio de Assistente Social.

2.3.4. Perfil dos pais dos alunos da escola B

O responsável pelo aluno que freqüentemente o acompanha à escola é do sexo feminino, tem até 45 anos de idade, com 02 filhos e, até 04 filhos cada família, tem renda familiar de 01 salário mínimo e bom relacionamento com os professores.

Participam de todas as atividades escolares dos filhos e das decisões da escola e tem bom relacionamento com a família, com a Coordenação e Diretoria da Escola.

PARTE III

ANÁLISE DOS RESULTADOS

1. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

1.1. Intróito

Para a reflexão desta pesquisa e das questões ligadas ao trabalho do Assistente Social e sua colaboração no processo de ensino aprendizagem do aluno, foi feita referência à experiência de um Assistente Social que atua na área da educação privada, participando da equipe interdisciplinar de Educação e dos projetos desenvolvidos na instituição escolar onde atua envolvendo toda a comunidade escolar (alunos, professores, psicopedagogos, equipe diretiva, pais). Os projetos elaborados pelo Serviço Social, em conjunto com outros profissionais, definem as atividades que abarcam de forma global um atendimento à comunidade escolar e seu entorno, objetivando, principalmente, a socialização de informações e a garantia dos direitos sociais, civis, políticos e fazer a integração escola x comunidade para a conquista da autonomia por parte dos indivíduos.

Os questionários aplicados abordam temas relacionados com a formação do indivíduo, tais como, a relação familiar, a violência escolar, a interdisciplinaridade, a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, a relação família x escola, aspectos sociais que interferem na aprendizagem dos alunos, e a atuação de um assistente social no processo de ensino aprendizagem.

1.2. Questionário dos alunos

Prosseguindo os trabalhos investigativos foi atribuído questionário a um total de 39 alunos, dos quais, 20 alunos matriculados no Colégio Arquidiocesano, que para efeito estatístico será denominada escola A e, para 19 alunos, matriculados na Escola Estadual 08 de Julho, denominada escola B.



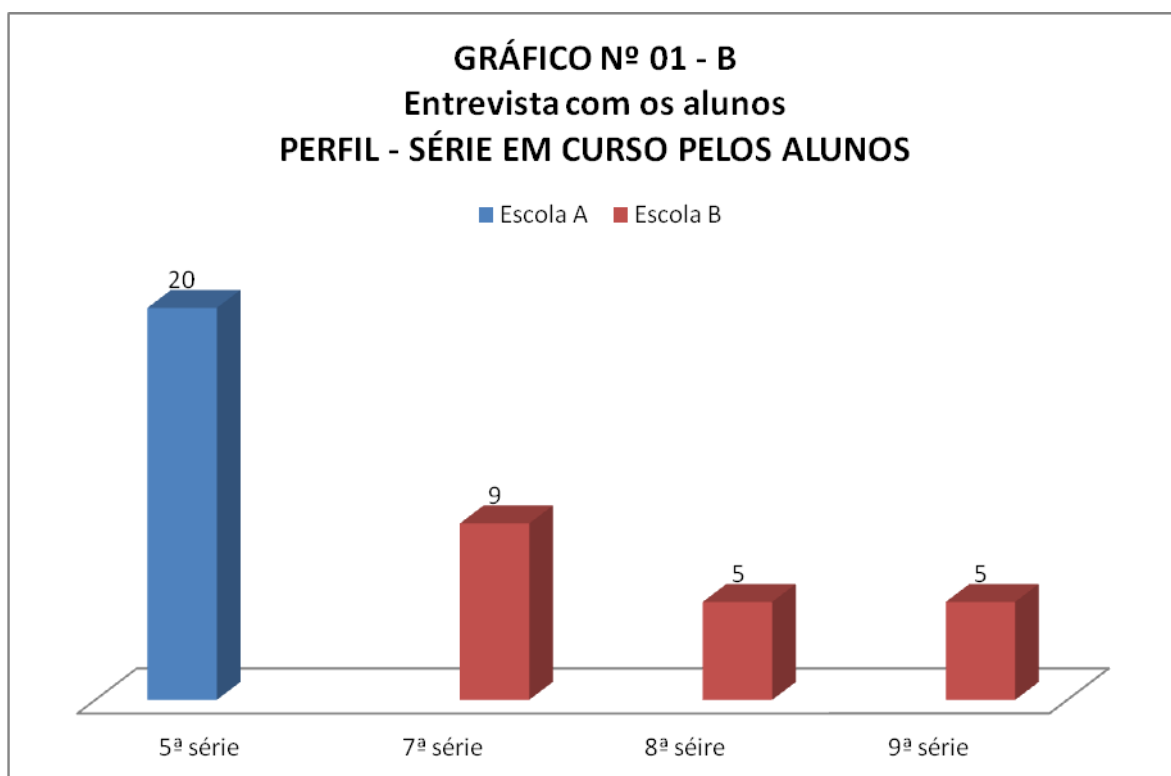
Comentário 01–A. – Tomando como base, as respostas oferecidas pelos alunos das escolas A e B, à primeira vista, pode-se inferir que:

Os alunos da escola A pertencem à faixa etária de até 10 anos, sendo:

- 01 aluno conta com 09 anos de idade;
- 19 alunos contam com 10 anos de idade.

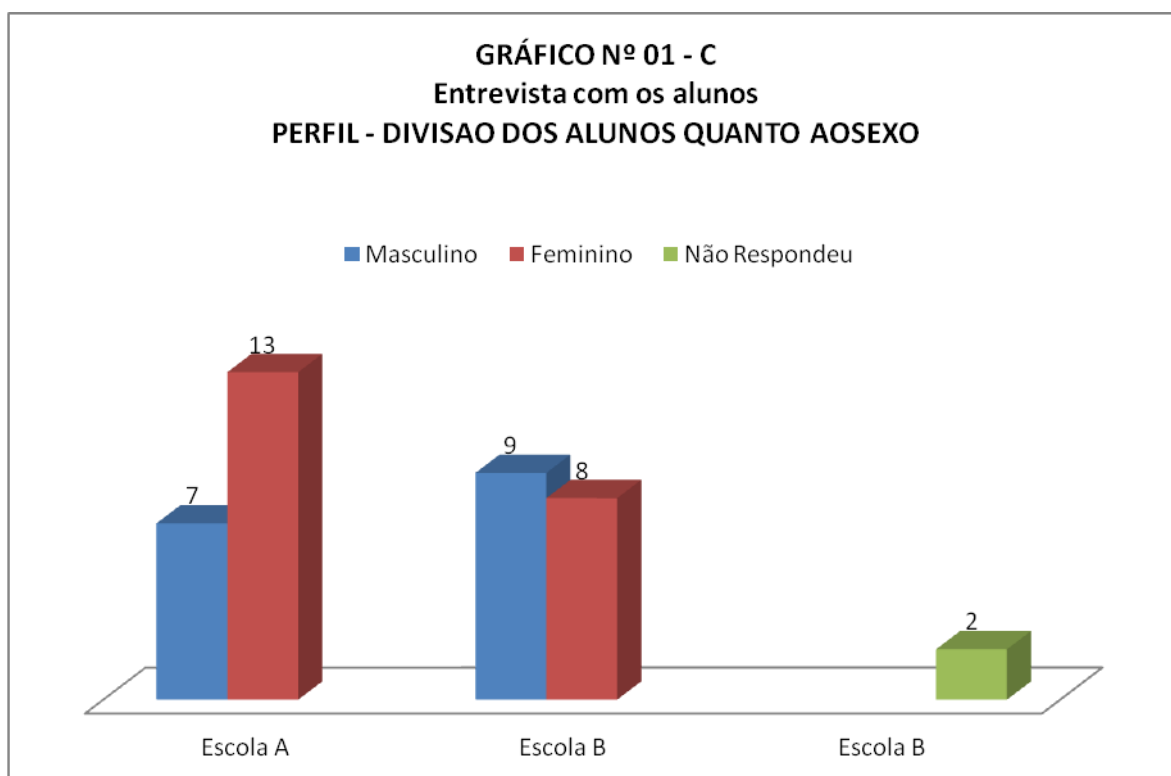
Os alunos da escola B se enquadram na faixa etária entre 12 e 16 anos de idade, sendo:

- 03 alunos contam com 12 anos de idade;
- 04 alunos contam com 13 anos de idade;
- 03 alunos contam com 14 anos de idade;
- 06 alunos contam com 15 anos de idade;
- 01 aluno conta com 16 anos de idade; e,
- 01 aluno não respondeu a pergunta.



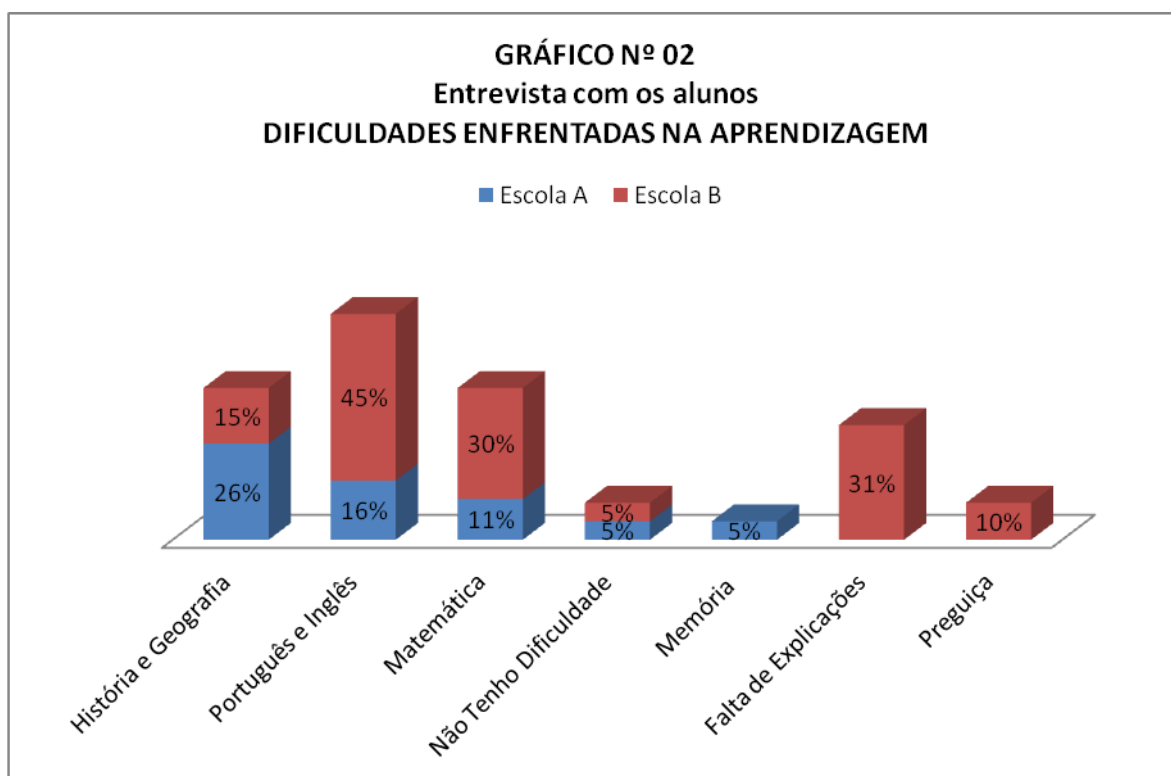
Comentário 01–B.–Em continuidade à análise dos dados do Gráfico nº 11-B para o estabelecimento do perfil dos estudantes das escolas em estudo ficou caracterizado que:

- I. Os alunos da escola A, com perfil de idade inferior aos dos alunos da escola B, todos, sem exceção, são estudantes da 5ª Série;
- II. Os alunos da escola B, assim como, agrupados por idades diferenciadas, também cursam séries distintas:
 - 09 alunos são estudantes da 7ª Série;
 - 05 alunos são estudantes da 8ª Série; e
 - 05 alunos são estudantes da 9ª Série.



Comentário 01–C. – A análise dos dados retratados no Gráfico nº 11-c evidencia que:

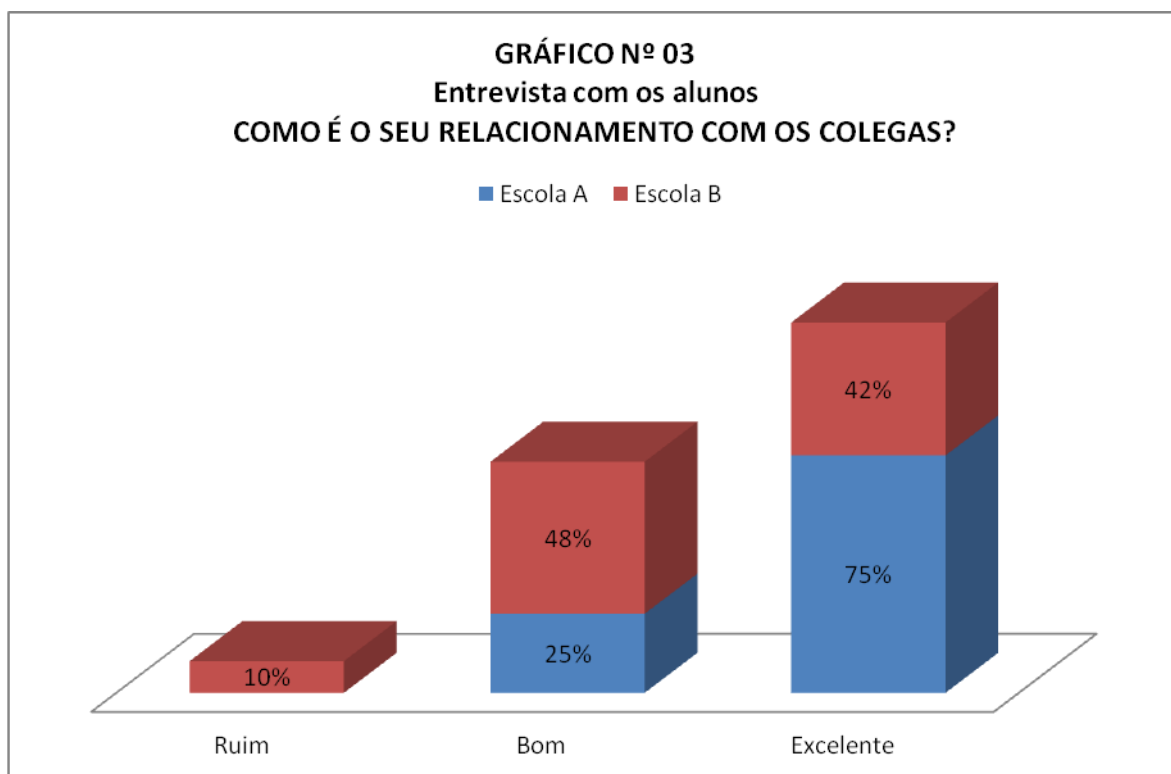
- O perfil dos alunos, que responderam o questionário e estudam na escola A, é feminino, 13 estudantes de um total de 20 são do sexo feminino, ficando o sexo masculino representado por 07 alunos;
- O perfil dos alunos, que responderam o questionário e estão matriculados na escola B, é masculino, 09 estudantes são do sexo masculino, 08 feminino e 02 alunos não informaram o sexo, omissão esta que poderia confirmar ou não a predominância do sexo masculino entre os alunos.



Comentário 02. – A análise do retratado este Gráfico esclarece as principais dificuldades enfrentadas no processo de aprendizagem pelos alunos entrevistados, conforme suas respostas abaixo:

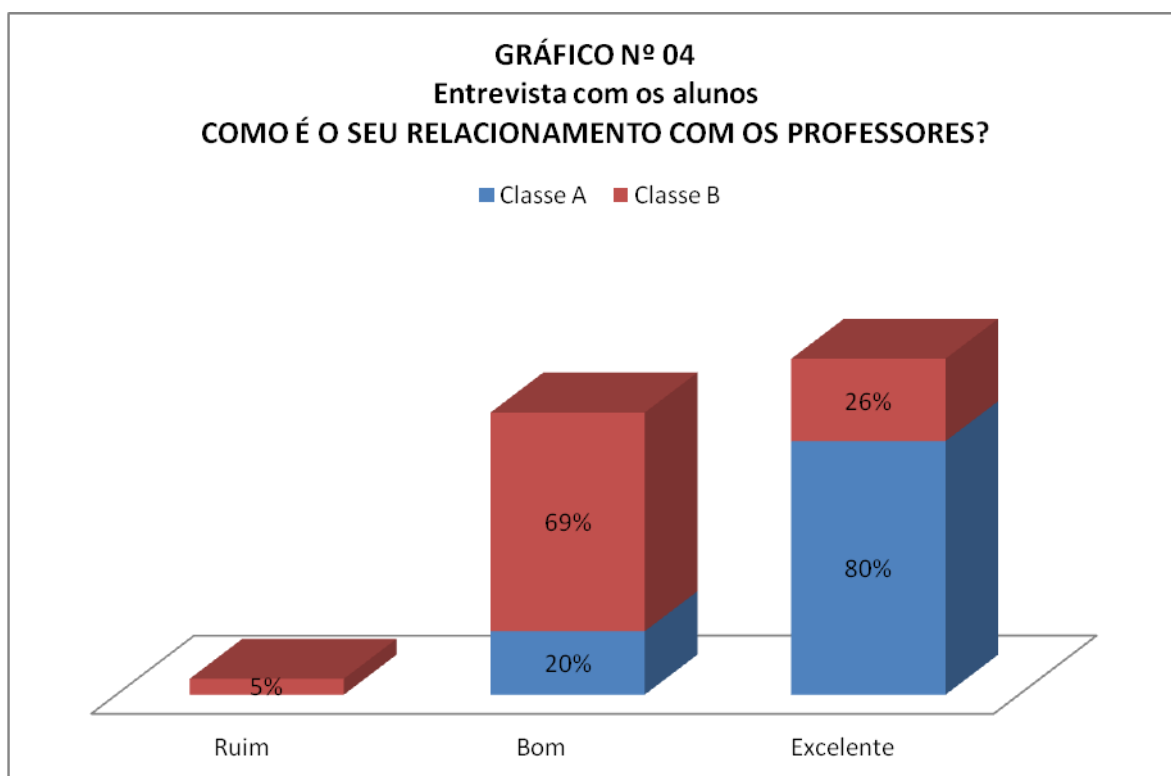
- As disciplinas História e Geografia representam a principal dificuldade de aprendizagem para 15% dos estudantes da escola A, assim como, para 27% dos alunos da escola B;
- Para 45% dos estudantes da escola A sua mais séria dificuldade reside nas disciplinas das Línguas Portuguesa e Inglesa. Esta dificuldade também é sentida por 16% dos alunos da escola B;
- Outra importante disciplina, a Matemática, representa dificuldade para 30% dos estudantes da escola A e, também é dificuldade para 11% dos estudantes da escola B;
- Um grupo, representando 5% dos alunos da escola A, relataram que sua memória é a responsável pela dificuldade enfrentada com a aprendizagem;
- Outro grupo, representado por 5% dos alunos das duas escolas, responderam que não tem problemas com a aprendizagem;
- Para 31% dos estudantes da escola B existem fatores como: deficiência nas explicações, a falta de livros e diretores que influenciam na baixa aprendizagem; e,

- 10% dos estudantes da escola B assumem que a preguiça é a principal responsável pela dificuldade em aprender.



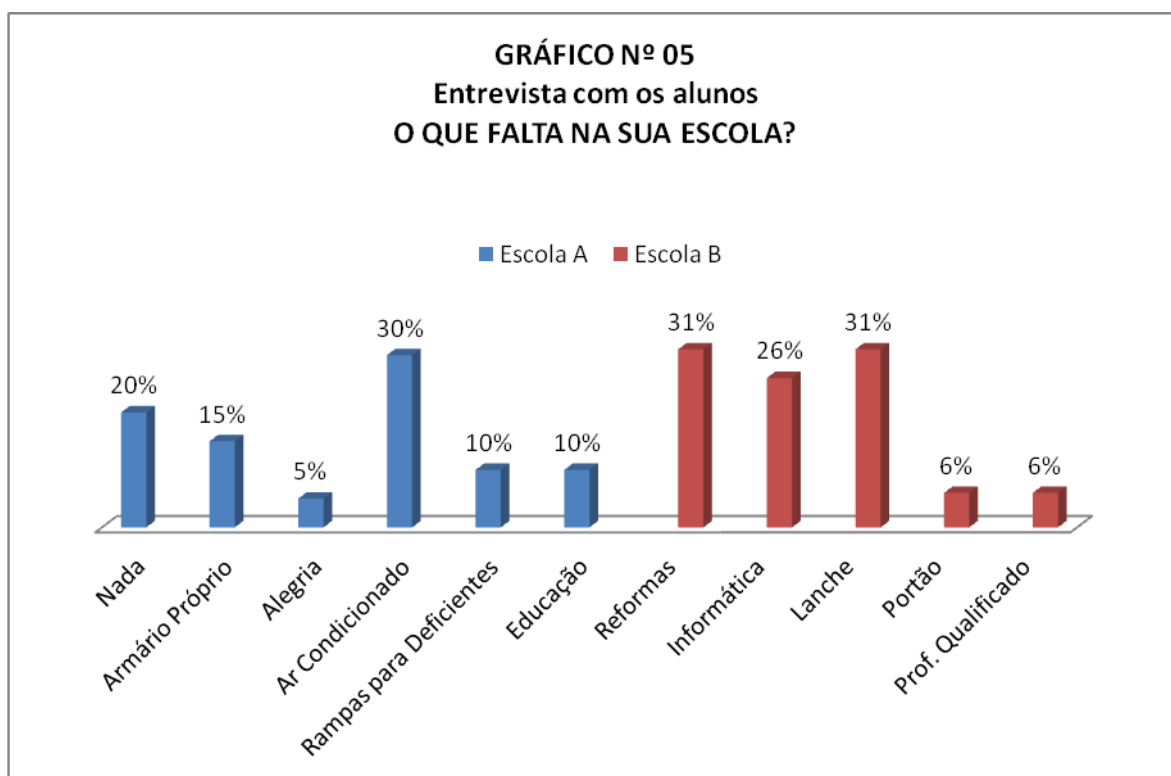
Comentário 03.– O relacionamento, entre os estudantes, dentro e fora das instituições de ensino tem se constituído em preocupação frequente para pais, professores, equipes técnicas e gestoras das instituições de ensino. A análise do Gráfico, construído com as respostas dos alunos das escolas A e B, demonstra que:

- O relacionamento entre 75% dos alunos da escola A é, por eles, considerado excelente, assim também o é por 42% dos alunos da escola B;
- Os outros 25% dos alunos da escola A, relatam que tem bom relacionamento com seus colegas de escola e, 48% dos estudantes da escola B afirmam que mantém bom relacionamento com seus colegas;
- Entretanto 10% dos estudantes, da escola B, reconhecem que seu relacionamento com os demais colegas é ruim.



Comentário 04. – A questão do relacionamento, entre os estudantes e professores, dentro das instituições de ensino, assim como a anterior, tem se constituído em preocupação frequente para pais, professores, equipes técnicas e gestoras das instituições. A análise do Gráfico, construído com as respostas dos alunos das escolas A e B, demonstra que:

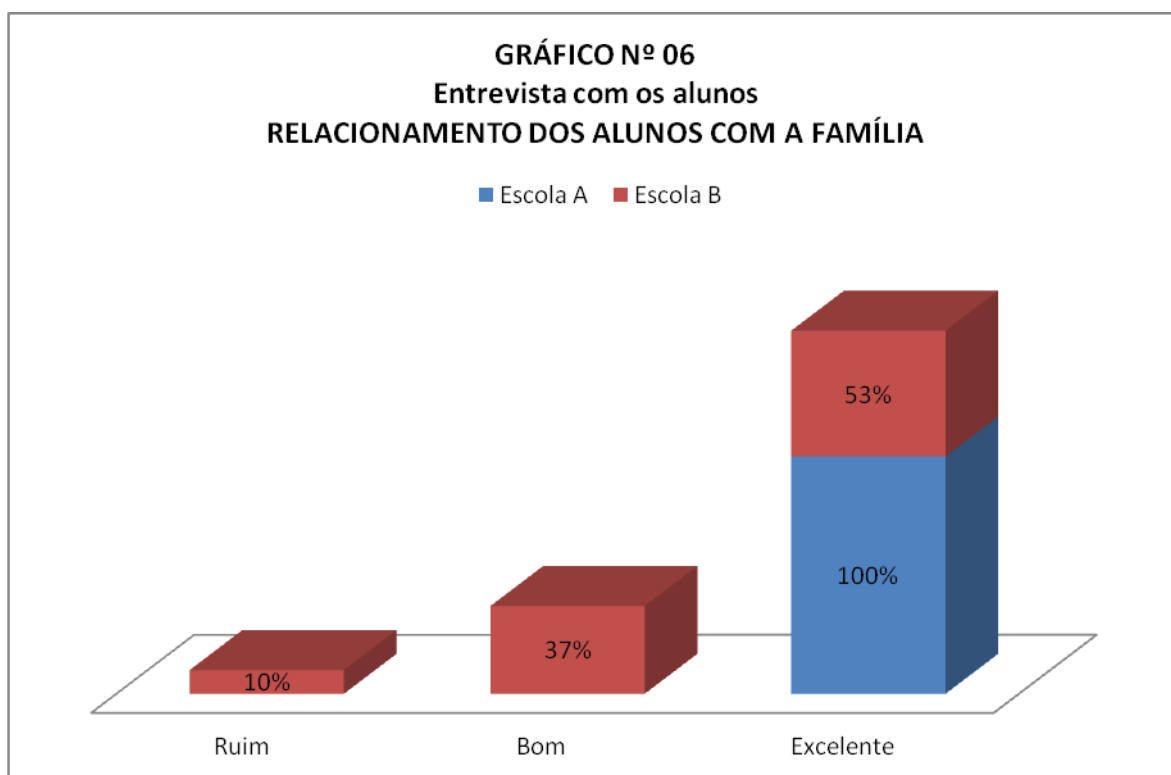
- A maioria dos alunos da escola A, um contingente de 80% dos entrevistados, afirmaram que tem excelente relacionamento com os seus professores e, 26% dos estudantes da escola B também fazem a mesma afirmação;
- Os 20% restantes, de alunos da escola A, responderam que tem bom relacionamento com os professores. Para 69%, a maioria dos estudantes, da escola B, o seu relacionamento com os professores também é bom;
- O grupo remanescente de 5%, dos estudantes da escola B, considera ruim seu relacionamento com os professores.



Comentário 05. – As respostas dadas a esta questão, traduzem a forma como os alunos veem suas escolas, do ponto de vista físico e administrativo.

- Para 20%, dos alunos da escola A, não há falta de nada na instituição;
- Um grupo de 25%, de alunos da escola A, aponta para a falta de armários de uso individual;
- Falta alegria, na escola A, de acordo com as respostas de 05% dos alunos;
- 30%, dos alunos da escola A, reclamam da falta de ar condicionado;
- Para 10%, dos alunos da escola A, faltam rampas de acesso e local de lazer para alunos portadores de incapacidades físicas;
- A falta de educação, no trato com as pessoas, é relatada por 10% dos alunos da escola A;
- 31%, dos estudantes da escola B, apontam a necessidade de reformas no edifício da escola;
- Falta laboratório de informática na escola B, dizem 26% dos estudantes;
- 31%, dos estudantes da escola B, reclamam a falta de Lanche. (A merenda escolar, para muitos dos estudantes, se constitui na principal refeição do dia);
- Para 06%, dos estudantes da escola B, falta portão na entrada na escola; e,

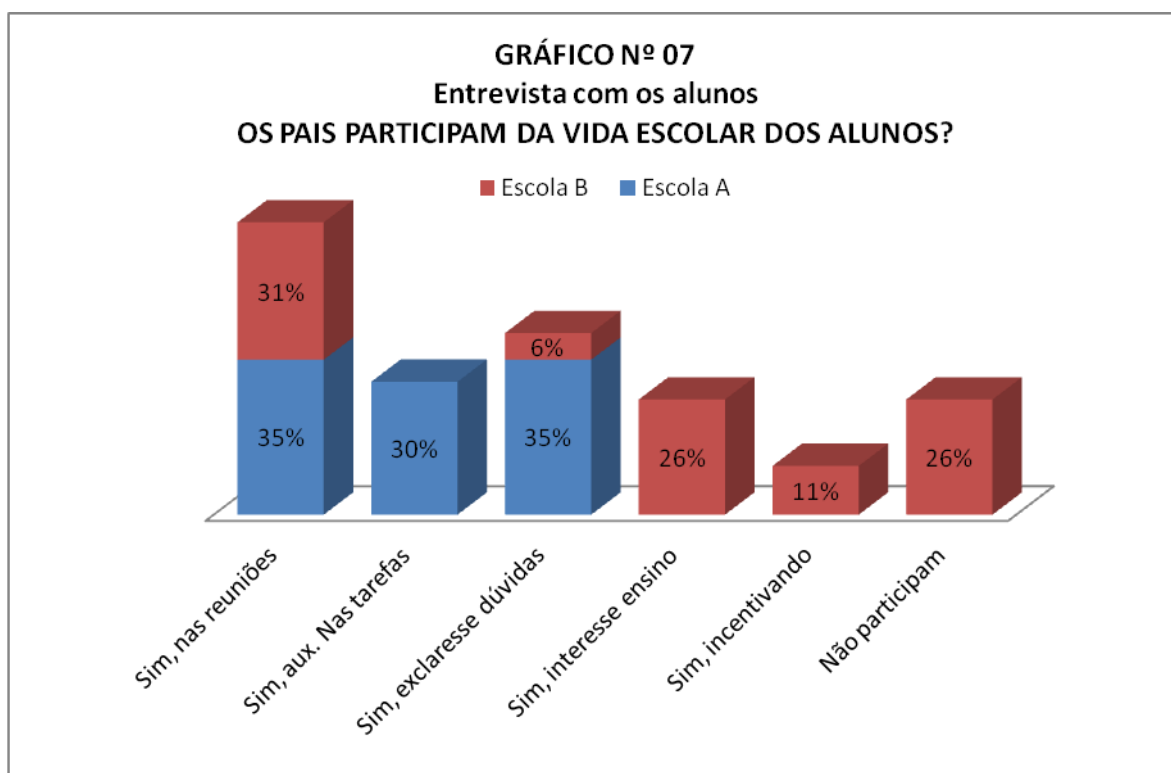
- 06%, dos estudantes da escola B, alegam a falta de professor qualificado (???). Entretanto não especificaram, em qual área do saber, há esta carência de profissional da educação.



Comentário 06. – Este Gráfico traduz do ponto de vista dos estudantes entrevistados, como se apresenta, no momento atual, o estado do relacionamento com a família, fator social extremamente delicado que influencia de forma positiva ou negativa sobre o comportamento social e escolar dos filhos.

Os dados registrados demonstram que:

- A totalidade, 100% dos alunos da escola A, afirma que seu relacionamento com as suas famílias é excelente;
- 53%, dos estudantes da escola B, também afirmam que mantém excelente relacionamento com suas famílias;
- Para 37%, dos estudantes da escola B, o relacionamento, com seus familiares, são considerados bom; e,
- 10%, dos estudantes da escola B, dizem que seu relacionamento com as suas famílias é ruim.

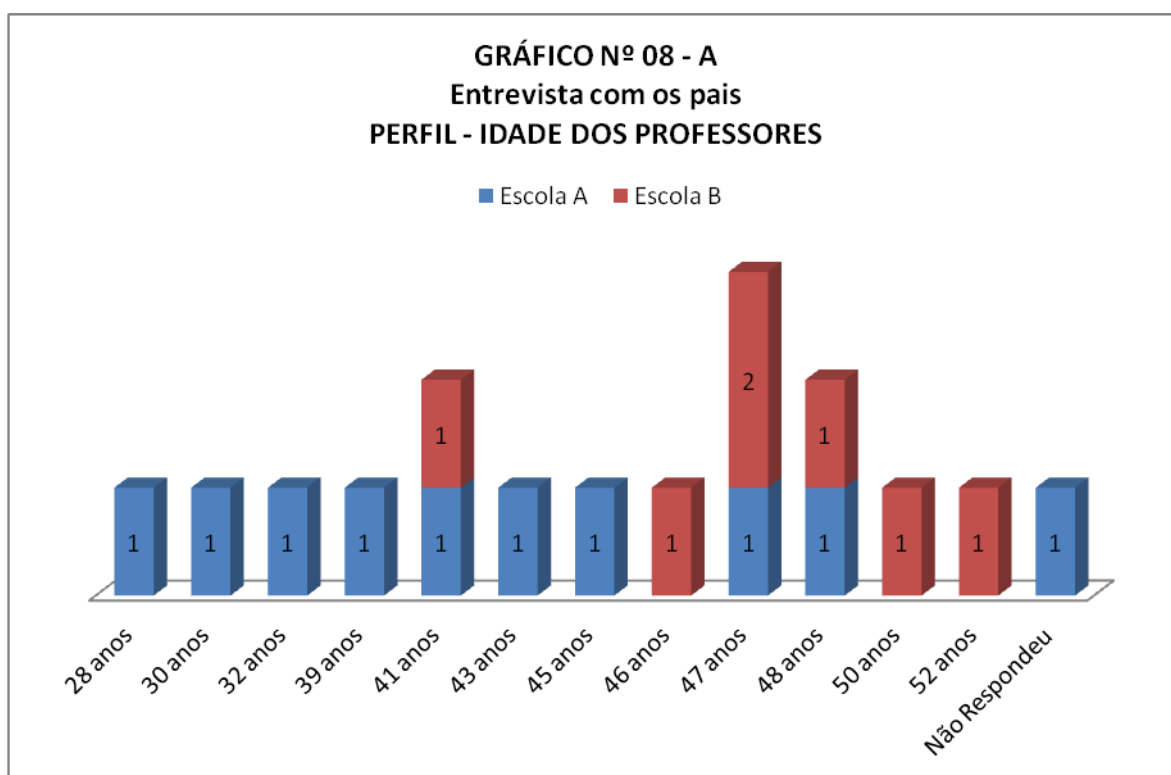


Comentário 07 –O Gráfico mostra o acompanhamento, participação e incentivo que os pais tem dado a seus filhos durante a jornada escolar e a forma como se fazem presentes na vida escolar dos alunos entrevistados.

- As respostas dadas por 35%, dos alunos da escola A, revelam que seus pais estão presentes em suas vidas escolares, participando das reuniões da escola.
- Da mesma forma responderam 31%, dos alunos da escola B;
- 30%, dos alunos da escola A, afirmam que seus pais os auxiliam durante a realização das tarefas de casa;
- 35%, dos alunos da escola A, revelam que seus pais sempre esclarecem suas dúvidas, assim como, 06%, dos alunos da escola B, alegam que seus pais também o fazem;
- 26%, dos estudantes da escola B, alegam que seus pais tem grandes interesses pela forma como o ensino lhes é transmitida;
- Para 11%, dos estudantes da escola B, seus pais participam de suas vidas escolares, incentivando-os a estudar; e,
- 26%, dos estudantes da escola B, dizem que seus pais não participam de suas vidas escolares.

1.3. Questionário dos professores

Aos 17 professores que, espontaneamente aceitaram participar da investigação, repassamos os questionários para que fossem, de acordo com o conhecimento de cada um, respondidos. Foram 10 professores da escola A e, 07 professores da escola B.



Comentário 08-A. – O Gráfico, de acordo com as respostas dos professores, aponta o perfil etário dos educadores, nas escolas em que atuam.

Escola A:

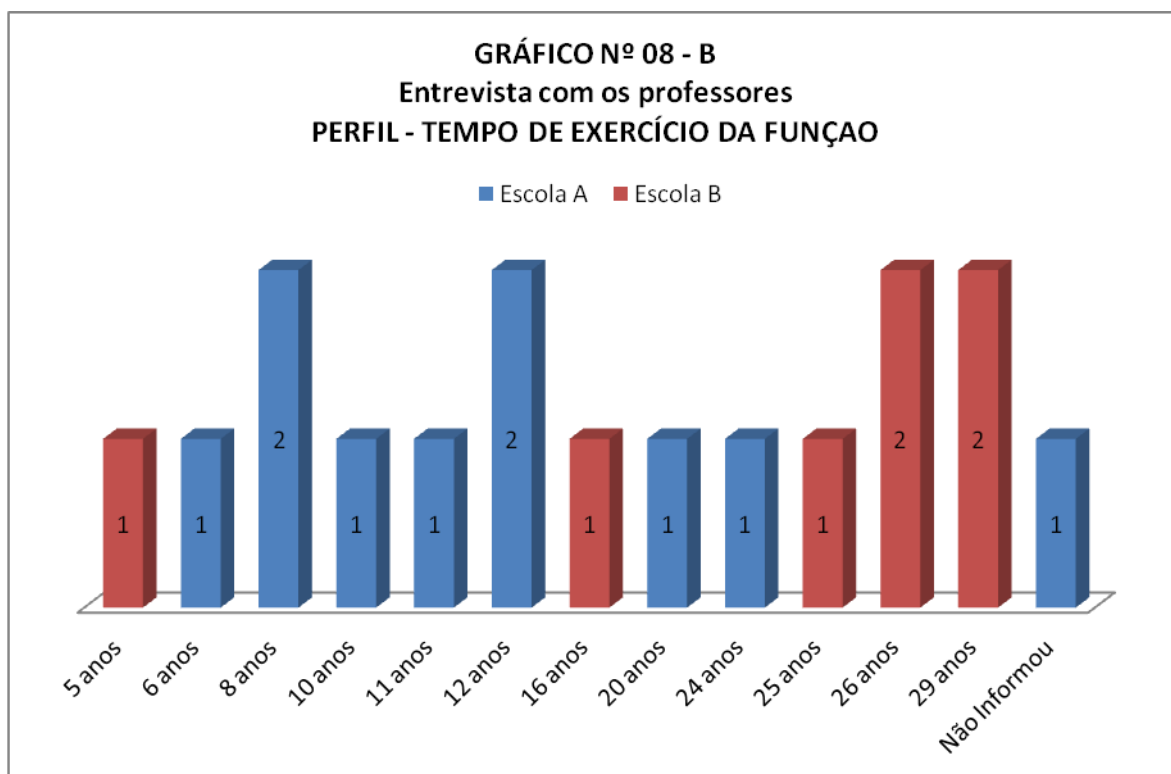
- No intervalo de 25 anos a 40 anos contam com 04 educadores;
- No intervalo de 41 anos a 50 anos, conta com 05 educadores;
- Não informou a idade = 01 educador.

Escola B:

- No intervalo de 41 anos a 50 anos, conta com 06 educadores;
- No intervalo de 51 anos a 60 anos, conta com 01 educador.

O educador mais jovem que atua na escola A conta com 28 anos de idade, ao passo que o mais jovem atuante na escola B conta com 41 anos de idade.

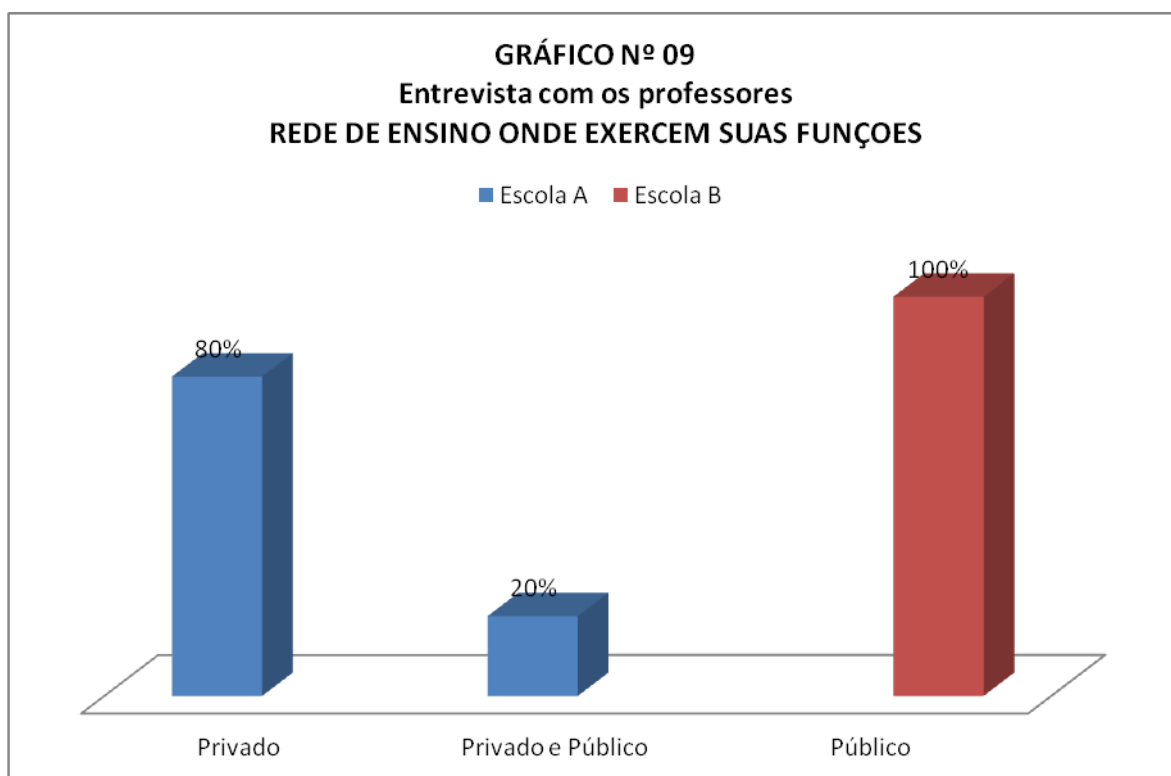
Por outro lado, o educador mais idoso em atividade nas duas escolas conta com 48 anos e 52 anos de idade respectivamente.



Comentário 08-B. – A análise dos registros efetuados este Gráfico tem como importância maior estabelecer o perfil de experiência do profissional na sua função de educador. Para melhor compreensão dos registros se impõe a divisão do tempo na função e número encontrado de educadores em períodos de 05 anos. Assim, temos:

- Até 05 anos, a escola B, conta com 01 educador;
- de 06 anos até 10 anos, a escola A, conta com 04 educadores;
- de 11 anos até 15 anos, a escola A, conta com 03 educadores;
- de 16 anos até 20 anos, as duas escolas contam com 01 educador cada uma;
- de 21 anos até 25 anos, as duas escolas contam com 01 educador cada uma;
- de 26 anos até 30 anos, a escola B, conta com 04 educadores;
- 01 educador, da escola A, não informou o tempo que exerce a função.

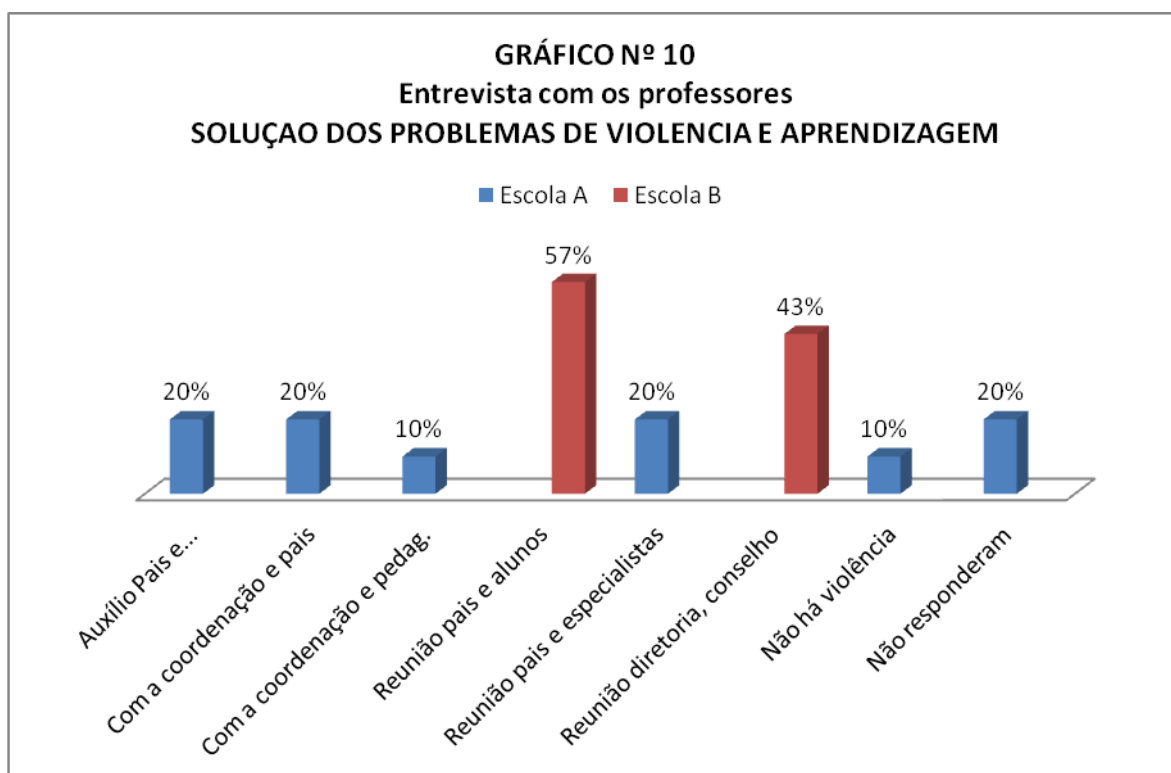
Apesar de, a escola A, não contar em seus quadros profissionais com o educador com menor tempo na função é a escola com o perfil de professores com menos tempo de exercício como educador.



Comentário 09. – As respostas dadas pelos professores participantes desta investigação permitem identificar o vínculo dos educadores com as redes de ensino privado ou público.

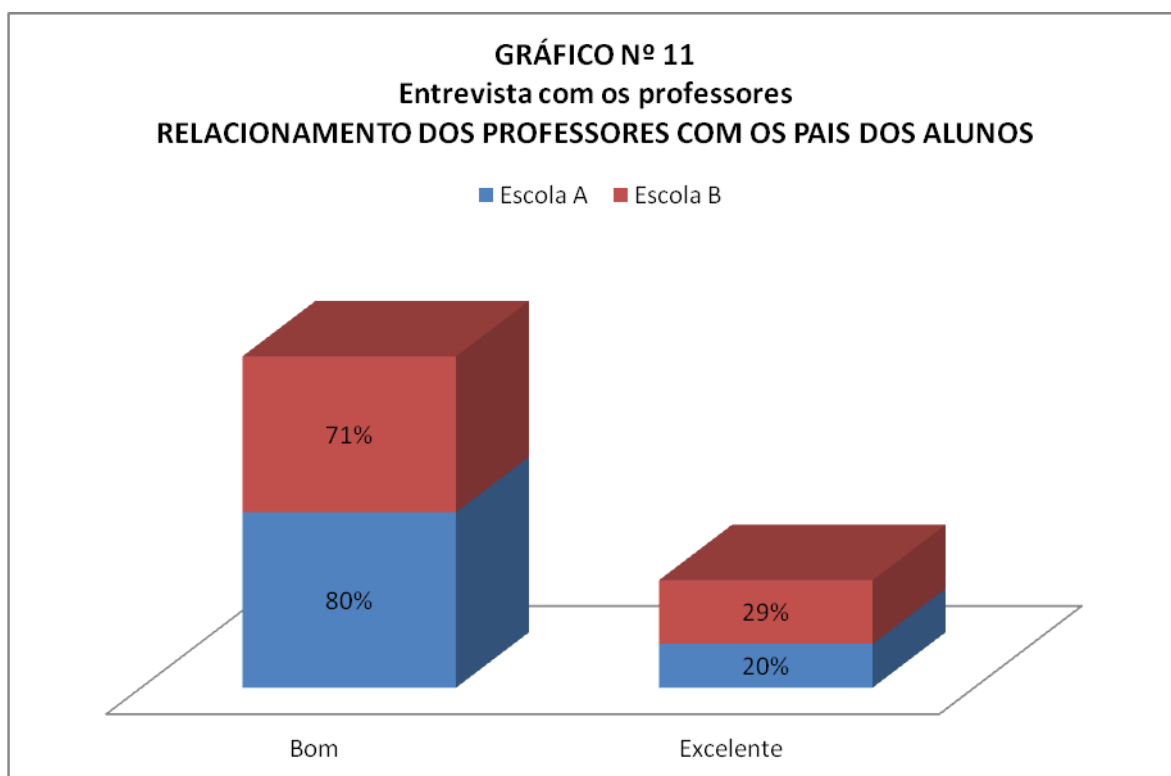
Da análise do Gráfico, pode-se inferir que:

- 80%, dos professores da escola A, tem vínculo profissional exclusivo com a rede privada de ensino;
- 20%, dos professores da escola A, tem duplo vínculo, trabalham na rede privada e na rede pública;
- 100%, dos professores da escola B, tem vínculo profissional exclusivo com a rede pública de ensino.



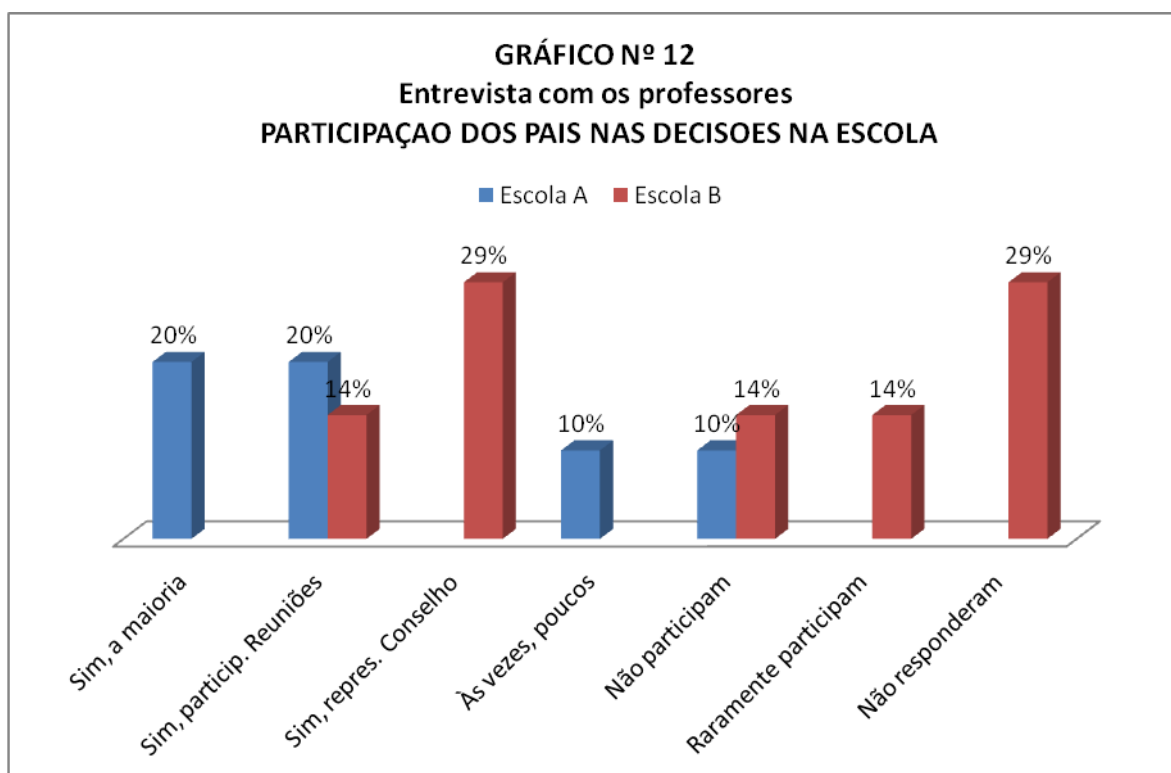
Comentário 10—O estudo do gráfico elucida como as duas escolas procedem quando ocorrem problemas de violência, em geral, e de aprendizagem dentro das escolas.

- 20%, dos professores da escola A, responderam que estes problemas, quando ocorrem, são solucionados com o auxílio dos pais dos alunos e pelo psicopedagogo da escola;
- Outros 20% dos professores da escola A afirmaram que estes problemas são resolvidos pela coordenação com comunicação aos pais dos alunos envolvidos;
- 10% dos professores da escola A disseram que os casos desta espécie são resolvidos em conjunto pela coordenação e equipe pedagógica da escola;
- 57% dos professores da escola B responderam que estas ocorrências são solucionadas através de reuniões na escola com os pais e alunos;
- 20% dos professores da escola A afirmaram que a escola reúne os pais dos alunos envolvidos com especialistas para encontrar soluções;
- 43% dos professores da escola B disseram que estes problemas são solucionados em reunião da diretoria, conselho da escola ou conselho tutelar;
- 10% dos professores da escola A afirmaram que não há violência na escola;
- 20% dos professores da escola A não responderam esta pergunta.



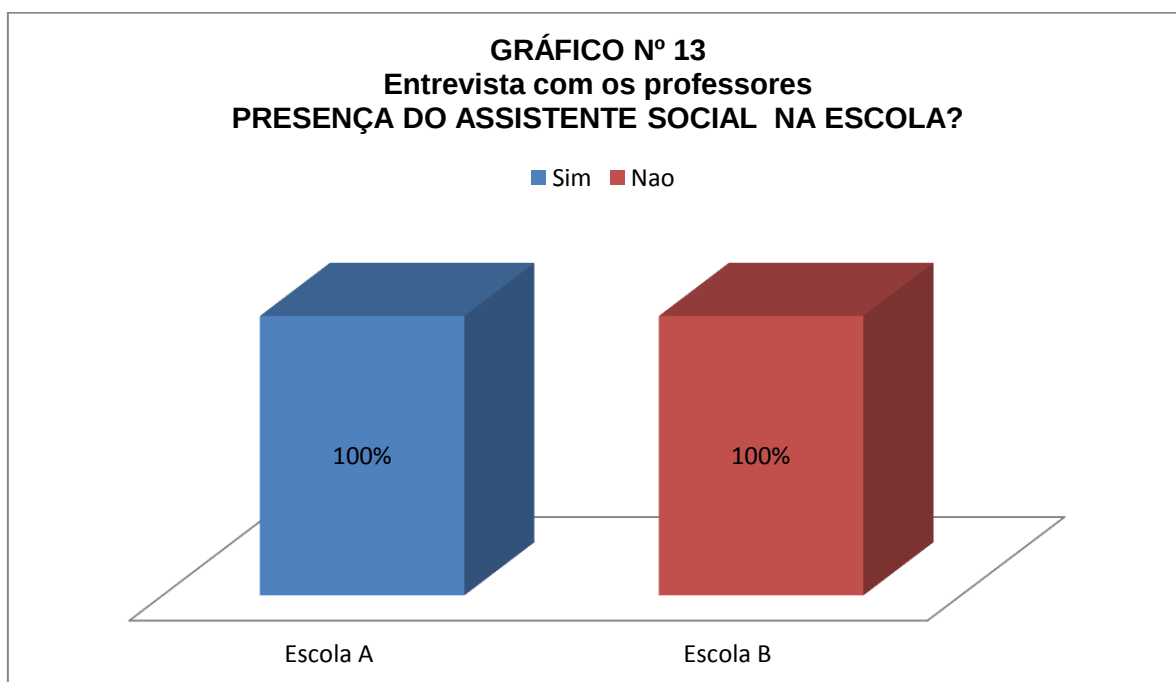
Comentário 11 – O Gráfico retrata as respostas dos professores participantes desta investigação quando lhes foi perguntado como era o relacionamento com os pais dos alunos.

- Para 80%, dos professores da escola A, o relacionamento com os pais dos alunos é bom;
- Para 71%, dos professores da escola B, o relacionamento com os pais dos alunos, também é considerado por eles, como sendo bom;
- Para 20%, dos professores da escola A, o relacionamento com os pais dos alunos é excelente; e,
- Para 29%, dos professores da escola B, o relacionamento com os pais dos alunos, também é considerado por eles, como sendo excelente.



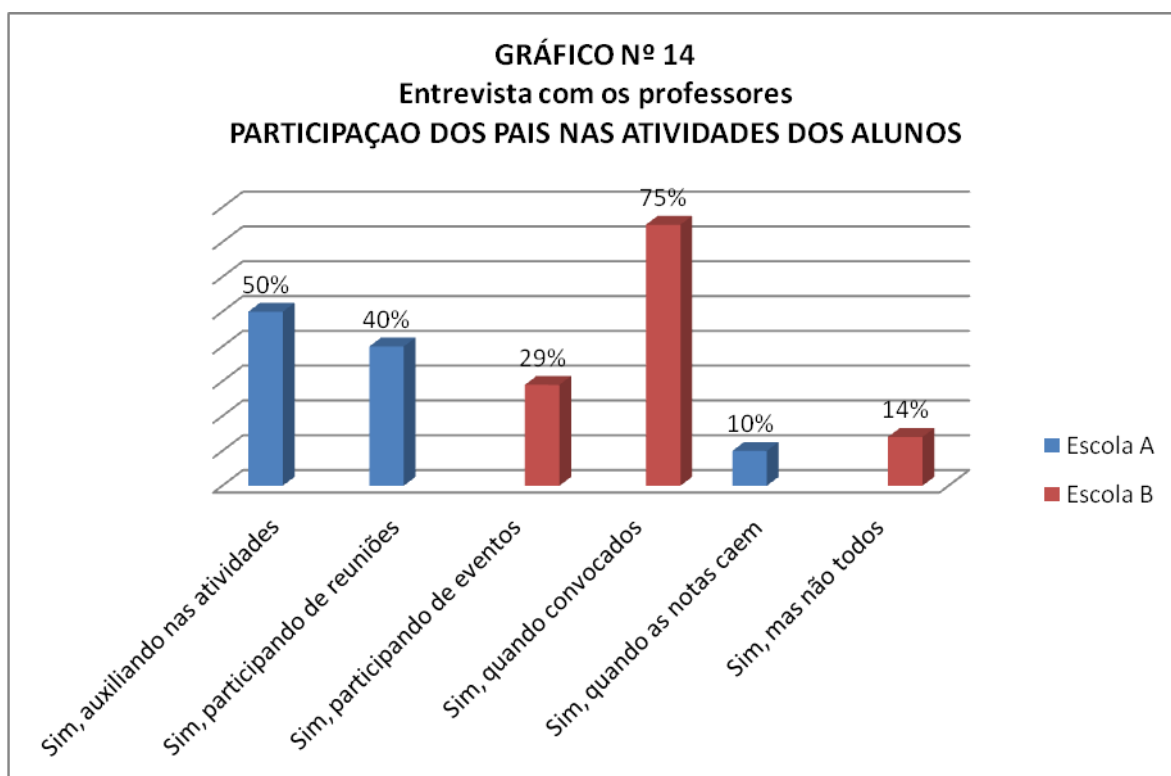
Comentário 12. – Os dados registrados neste Gráfico definem como os professores vêm a participação dos pais nas decisões da escola.

- Para 20%, dos professores da escola A, a maioria dos pais participam das decisões da escola e fazem o acompanhamento de atividades;
- 60%, dos professores da escola A, afirmaram que os pais participam das decisões da escola, se fazem presente nas reuniões;
- 14%, dos professores da escola B, disseram que os pais participam das decisões da escola, se fazem presente e deliberam nas reuniões;
- Para 29%, dos professores da escola B, afirmaram que os pais participam das decisões da escola com representação no conselho da escola;
- 10%, dos professores da escola A, relataram que nem sempre os pais participam das decisões da escola, que poucos pais têm esse interesse;
- Outros 10%, dos professores da escola A, afirmaram que os pais não participam das decisões da escola;
- 14%, dos professores da escola B, comentaram que os pais não participam das decisões da escola;
- Para outros 14%, dos professores da escola B, raramente os pais participam das decisões da escola;
- 29%, dos professores da escola B, não responderam a pergunta.



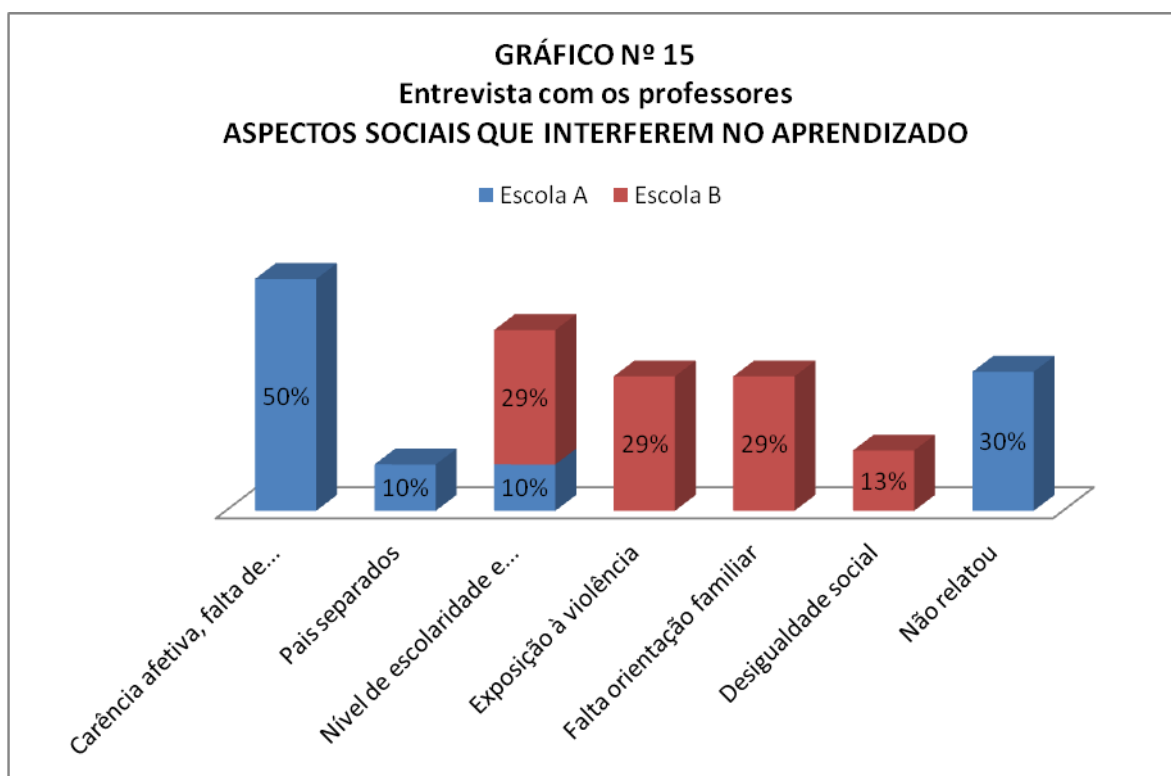
Comentário 13. – Os professores foram questionados se a escola onde trabalham tem Assistente Social. As respostas oferecidas pelos educadores demonstram que:

- Os professores, da escola A, que responderam o questionário, confirmam a presença de Assistente Social na escola; e,
- Os professores, da escola B, que responderam o questionário, relatam a inexistência de Assistente Social na escola.



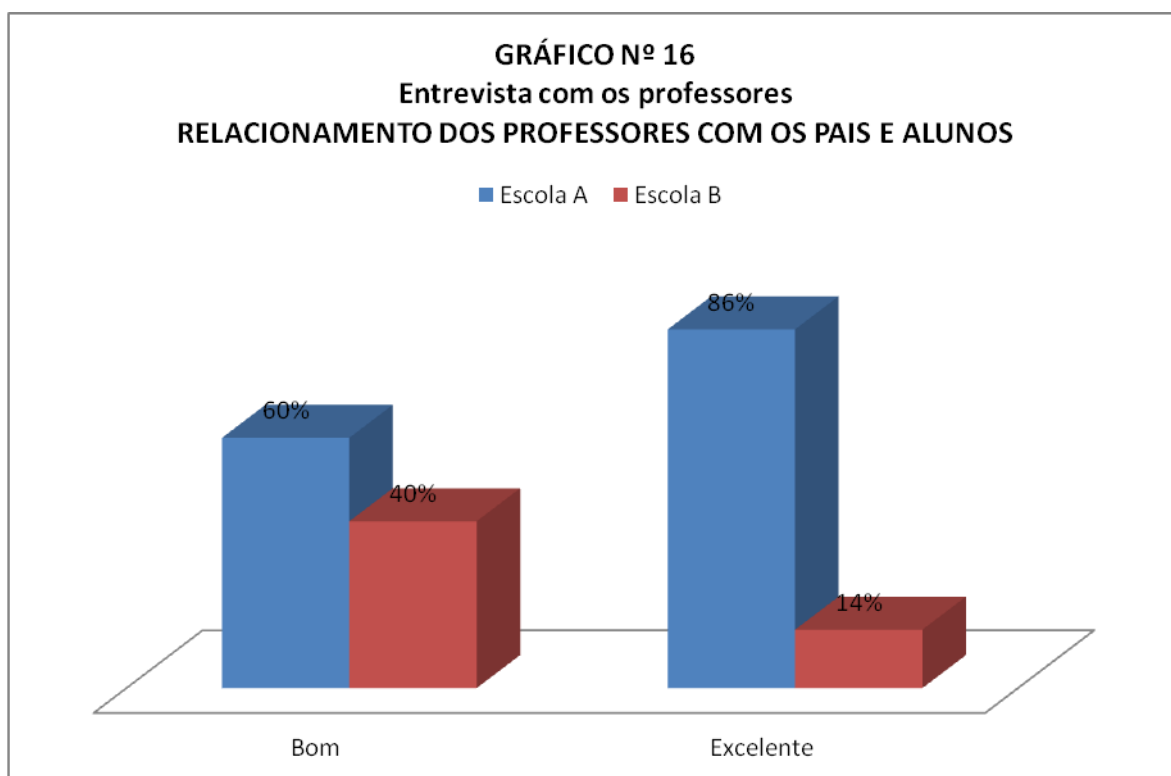
Comentário 14. – Os dados registrados no Gráfico demonstram como os professores percebem a participação dos pais nas atividades dos alunos das duas escolas.

- Para 50%, dos professores da escola A, os pais participam e auxiliam os alunos na realização das atividades;
- 40%, dos professores da escola A, participam e comparecem às reuniões da escola;
- Para 29%, dos professores da escola B, os pais participam das atividades dos alunos e participam dos eventos da escola;
- 57%, dos professores da escola B, participam das atividades dos alunos, principalmente quando convocados pela direção da escola;
- 10%, dos professores da escola A, participam das atividades dos alunos quando as notas caem; e,
- Para 14%, dos professores da escola B, os pais, porém não todos, se fazem presente às atividades dos alunos.



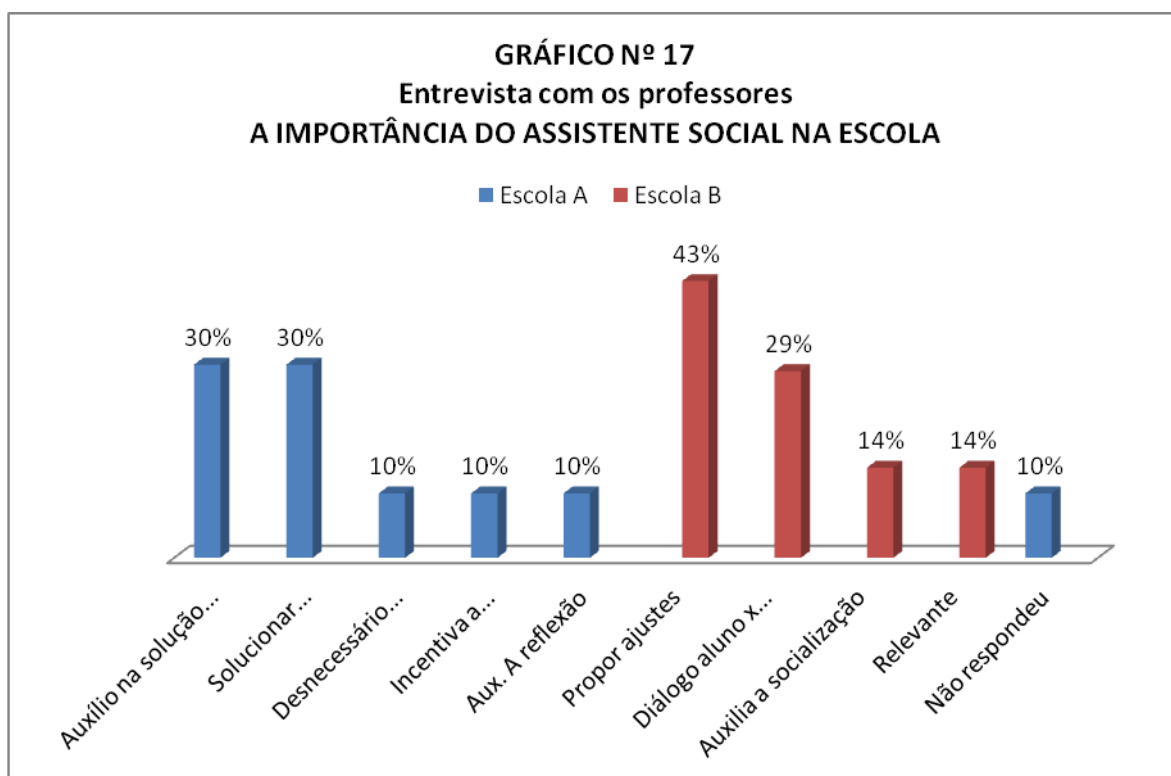
Comentário 15. – A análise do Gráfico possibilita conhecer o modo como os professores das escolas A e B vêem a interferência de aspectos sociais no processo de ensino-aprendizagem.

- Para 50%, dos professores da escola A, a carência afetiva e a falta de recursos financeiros são os aspectos sociais que mais afetam negativamente o processo de aprendizagem;
- 10%, dos professores da escola A, opinaram que a separação conjugal dos pais provoca muita interferência a aprendizagem dos alunos;
- Para outros 10%, de professores da escola A, e 29%, de professores da escola B, o nível de escolaridade, renda familiar e profissão dos pais são aspectos sociais que tem grande influência no processo de aprendizagem dos alunos;
- 29%, dos professores da escola B, relataram que os alunos expostos à violência familiar têm dificuldades em desenvolver a aprendizagem;
- Para 29%, dos professores da escola B, os alunos que não recebem orientação familiar adequada têm problemas com a aprendizagem;
- 13%, dos professores da escola B, apontam a desigualdade social como um empecilho para uma adequada aprendizagem; e,
- 30%, dos professores da escola A, não opinaram sobre esta questão.



Comentário 16. – O estudo dos dados registrados neste Gráfico leva à reflexão sobre um dos fatores de maior relevância para o êxito em duas áreas consideradas nevrálgicas para o sistema educativo: o processo de ensino-aprendizagem e a retenção do aluno na escola durante o ano letivo. O relacionamento do professor com os alunos e com as famílias.

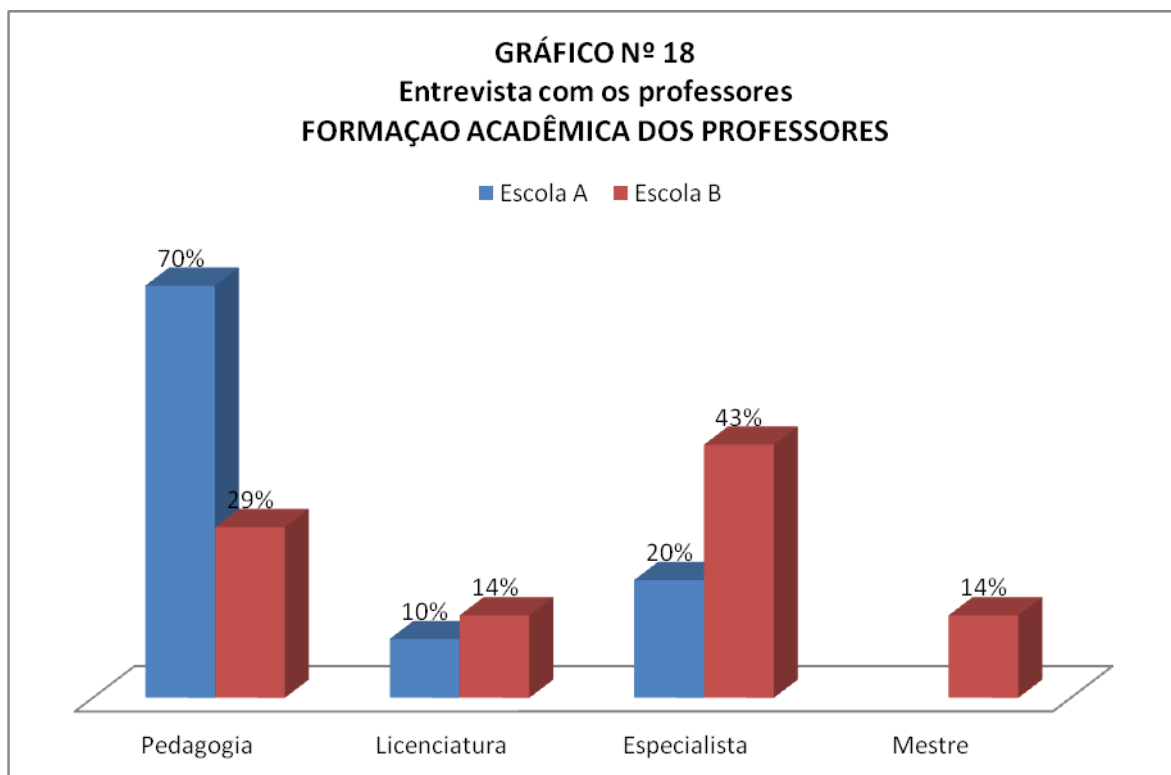
- Para 60%, dos professores da escola A, e 86%, dos professores da escola B, o relacionamento mantido com os alunos e com as famílias é considerado bom;
- Os demais, 40% dos professores da escola A, consideram que tem um relacionamento excelente com os alunos e seus familiares; e,
- Da mesma forma, os demais, 14% dos professores da escola B, também consideram possuir excelente relacionamento com os alunos e seus familiares.



Comentário 17. – Da análise deste Gráfico se pode inferir que:

- 30%, dos professores da escola A, apontam a necessidade do Assistente Social para auxiliar a escola e as famílias na solução de problemas com os alunos;
- 30%, dos professores da escola A, afirmaram que o Assistente Social é importante para solucionar problemas de aprendizagem;
- Para 10%, dos professores da escola A, a presença do Assistente Social é desnecessária em escolas da rede privada de ensino;
- Outros 10%, dos professores da escola A, opinaram que a presença do Assistente Social é importante para incentivar o aprendizado;
- Ainda, 10%, dos professores da escola A, opinaram que o Assistente Social é indispensável para levar o aluno a refletir sobre o seu papel na sociedade;
- 43%, dos professores da escola B, entendem que é necessária a presença do Assistente Social para mediar conflitos e propor ajustes de comportamentos dos alunos;
- 29%, dos professores da escola B, afirmaram que o Assistente Social é indispensável para auxiliar no diálogo entre os alunos e suas famílias, assim como, no processo educativo;

- 14%, dos professores da escola B, opinaram que o profissional é importante para o processo de socialização dos alunos;
- 14%, dos professores da escola B, entendem que é relevante sua presença;
- 10%, dos professores da escola A, não responderam a pergunta.

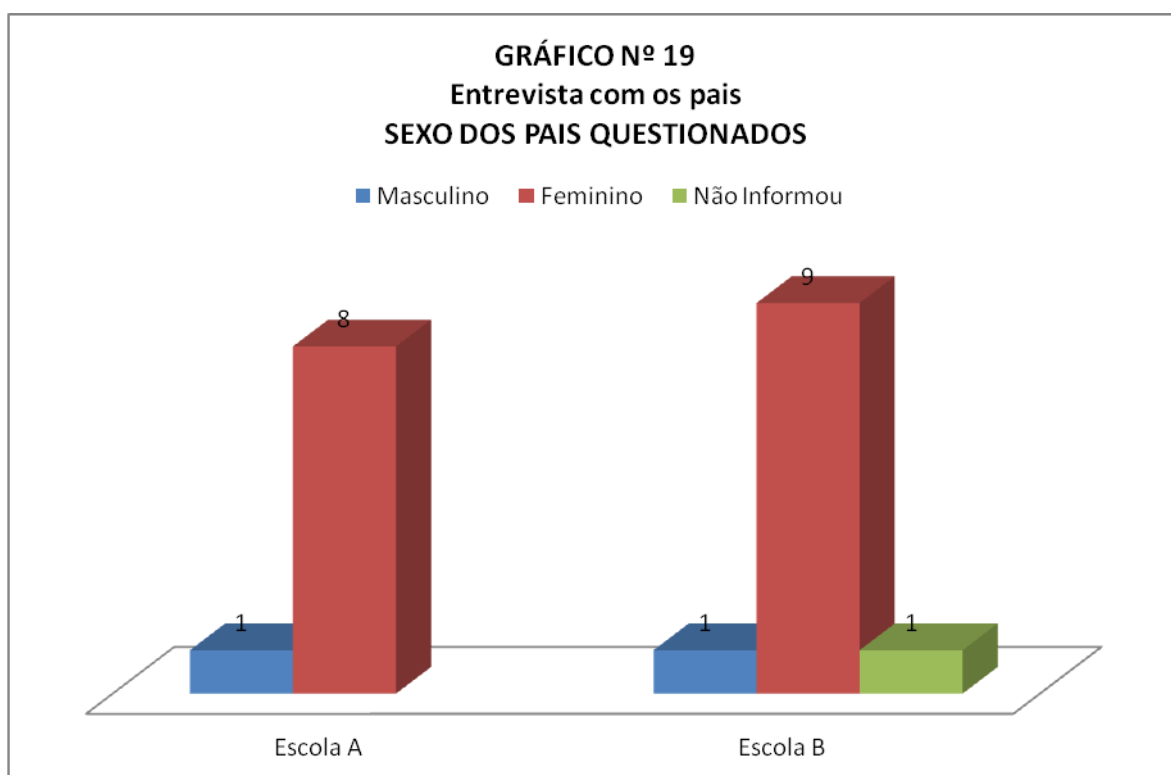


Comentário 18. – O Gráfico revela a formação acadêmica dos professores das escolas escolhidas para esta investigação.

- 70%, dos professores da escola A, e 29%, dos professores da escola B, tem formação acadêmica em pedagogia;
- 10%, dos professores da escola A, e 14%, dos professores da escola B, são portadores do curso de licenciatura;
- 20%, dos professores da escola A, e 43%, dos professores da escola B, são professores com especialização; e
- 14%, dos professores da escola B, são detentores de mestrado.

1.4. Questionário dos pais dos alunos

Como parte dos trabalhos investigativos foi atribuída questionário a 20 pais de alunos, sendo 09 pais de alunos matriculados na Escola A" e, 11 pais de alunos matriculados na Escola B".

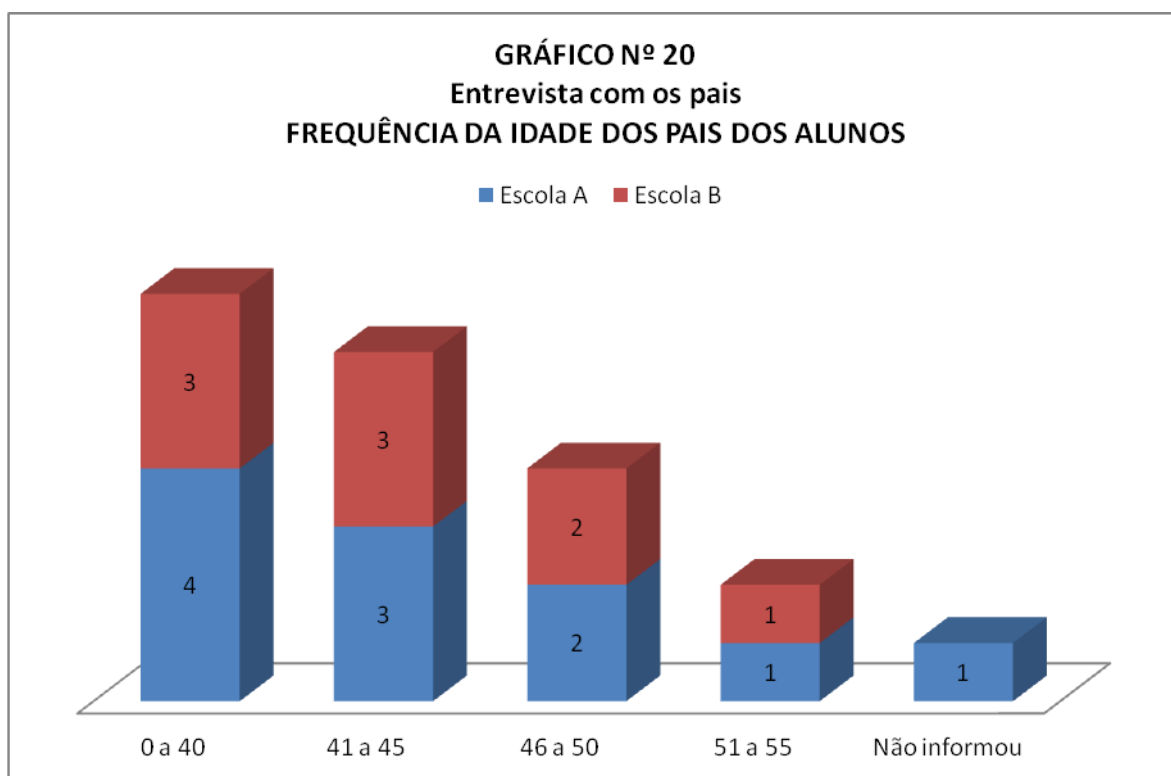


Comentário 19. -Os questionários distribuídos para conhecer o perfil sócio econômico dos pais dos alunos, matriculados nas duas escolas, e seu relacionamento com as entidades escolares, permitiram inferir que:

Tanto na escola A como na B, independente de ser privada ou pública, a maioria absoluta dos responsáveis pelos alunos que responderam às questões formuladas, são do sexo feminino, ou seja, as mães é que se fazem presentes no quotidiano escolar dos filhos.

Apenas 01 questionário, em cada uma das escolas, foi respondido pelos pais.

Nos questionários referentes à escola B, um dos responsáveis, não respondeu a qual sexo pertence.



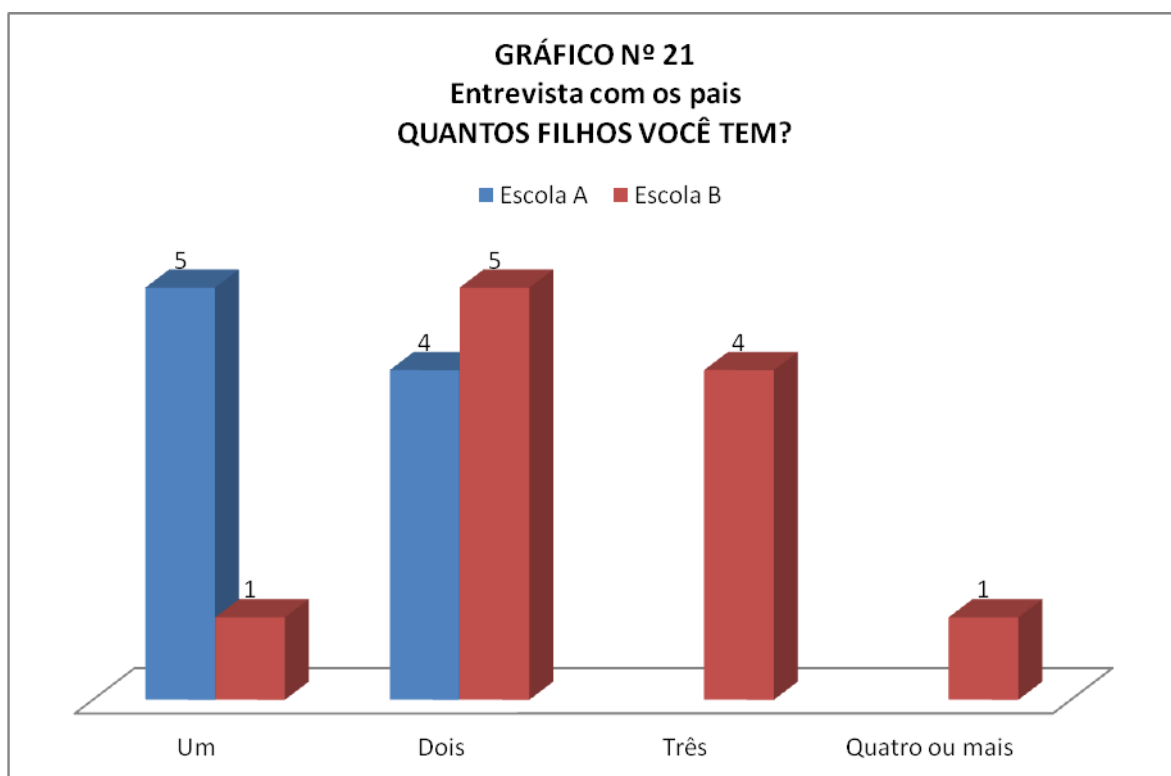
Comentário 20.— A análise do Gráfico Nº 02 revela que os pais dos alunos matriculados nas escolas A e B foram distribuídos em faixas etárias, inicialmente até 40 anos e, a partir desta faixa em outras 03, com a frequência de 05 anos entre elas.

As duas primeiras faixas etárias, até 45 anos, englobam 07 pais de alunos da escola A, representando o percentual de 67% do grupo e, 06 pais de alunos da escola B, número que representa 64% deste grupo.

Na terceira faixa, de 46 a 50 anos de idade, estão presentes 02 pais, sendo 01 de cada escola, representando 22% dos pais de alunos da escola A e 18% dos pais de alunos da escola B.

Entre 51 e 55 anos de idade, tanto para a escola A como para a B, é notada a presença de apenas 01 pai de alunos.

Revela, ainda, que um dos pais dos alunos, matriculados na escola B, não quis informar sua idade.

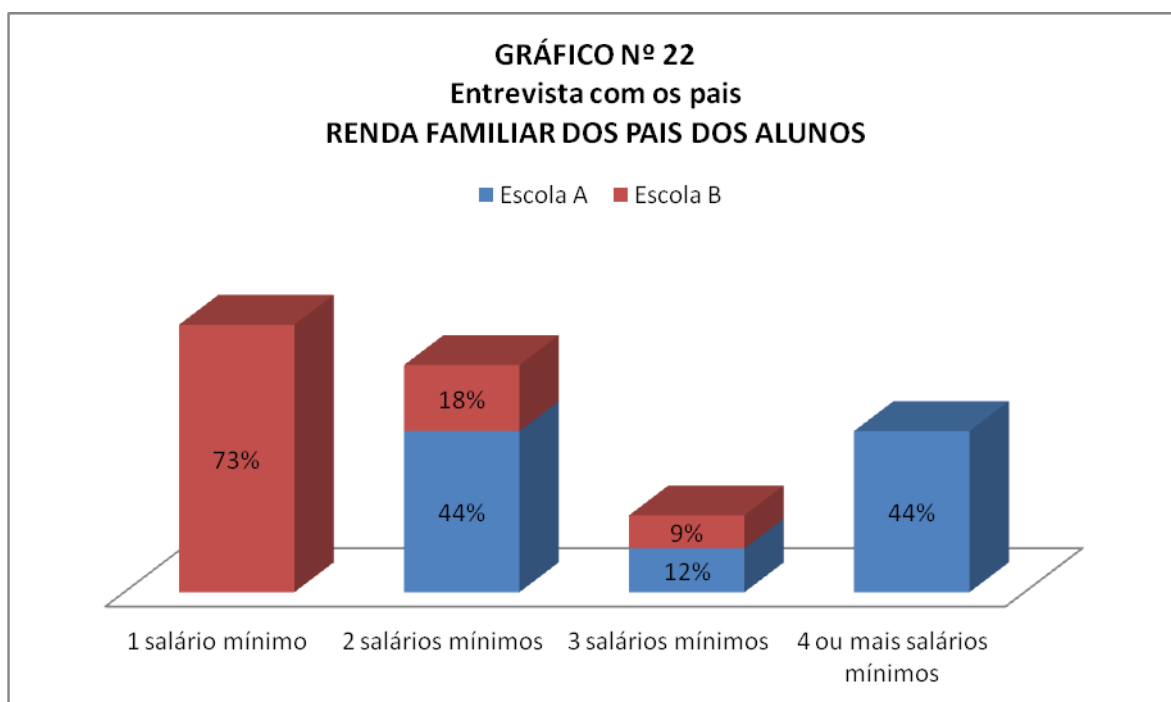


Comentário 21.– Esta questão possibilitou conhecer um dado social da maior relevância que é o número de filhos que compõem as famílias participantes desta investigação.

Os dados fornecidos pelos pais dos alunos e registrados no Gráfico Nº 03 apontam:

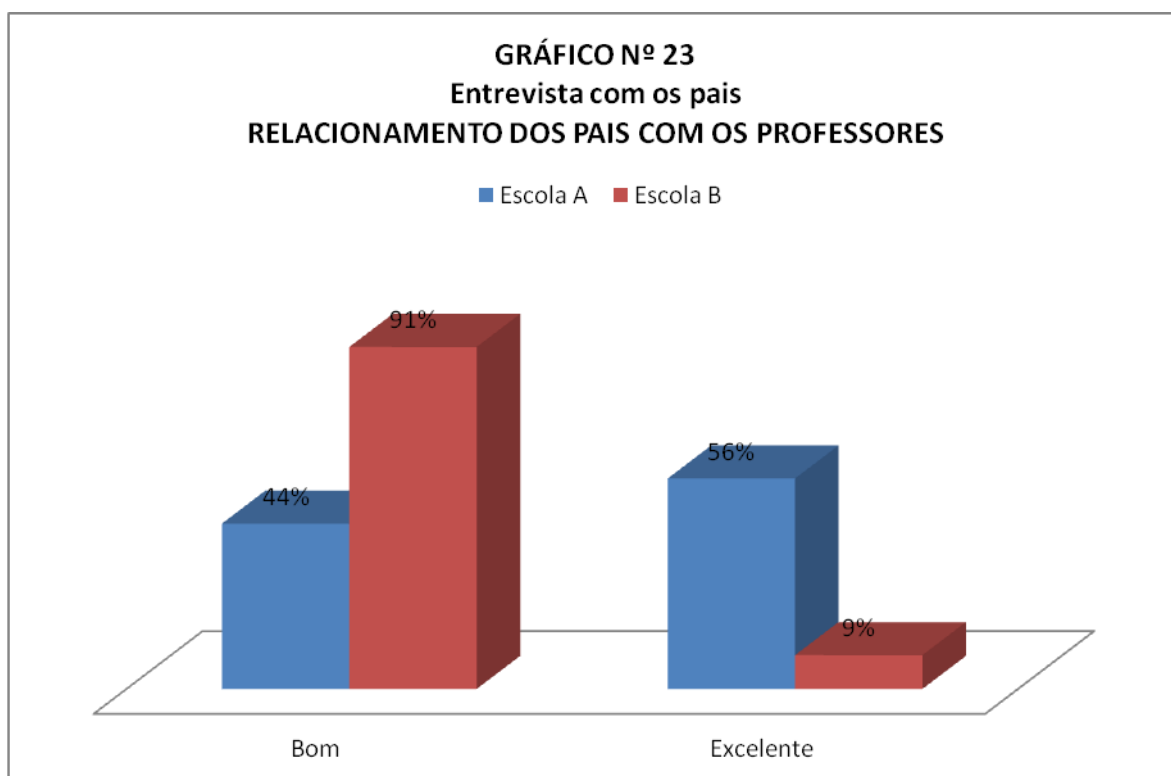
- As famílias que possuem filhos na escola A tem a composição de até 02 filhos, sendo: 05 famílias com apenas um filho e, as outras 04 famílias com dois filhos cada;
- O planejamento familiar das famílias com filhos na escola B é distinto: Apenas uma família tem um filho; 05 famílias possuem dois filhos; 03 famílias contam com três filhos e, 01 família tem quatro ou mais filhos.

As implicações decorrentes deste fator, número de filhos, quando combinado com outros componentes como renda familiar, condições de moradia, cultura, etc. auxiliam a compreensão de causas que interferem, entre outras, na aprendizagem dos alunos.



Comentário 22.– A renda familiar é fator preponderante na análise do perfil sócio econômico das famílias entrevistadas. Visualizando os dados apontados pelo Gráfico Nº 04, temos:

- 44% das famílias que tem filhos estudando na escola A tem renda de 04 salários mínimos ou mais. Nenhuma família com filhos na escola B alcança este nível de renda;
- 12% das famílias com filhos na escola A recebem 03 salários mínimos ao passo que apenas 09% das famílias com filhos na escola B tem acesso a esta renda;
- 44% das famílias, de menor renda do grupo com filhos na escola A, auferem 02 salários mínimos e, vemos também, que uma parcela de 18% dos pais, com filhos na escola B, consegue obter esta mesma renda; e
- O contingente de 73% dos pais, com filhos na escola B, necessita suprir as necessidades familiares com apenas 01 salário mínimo.



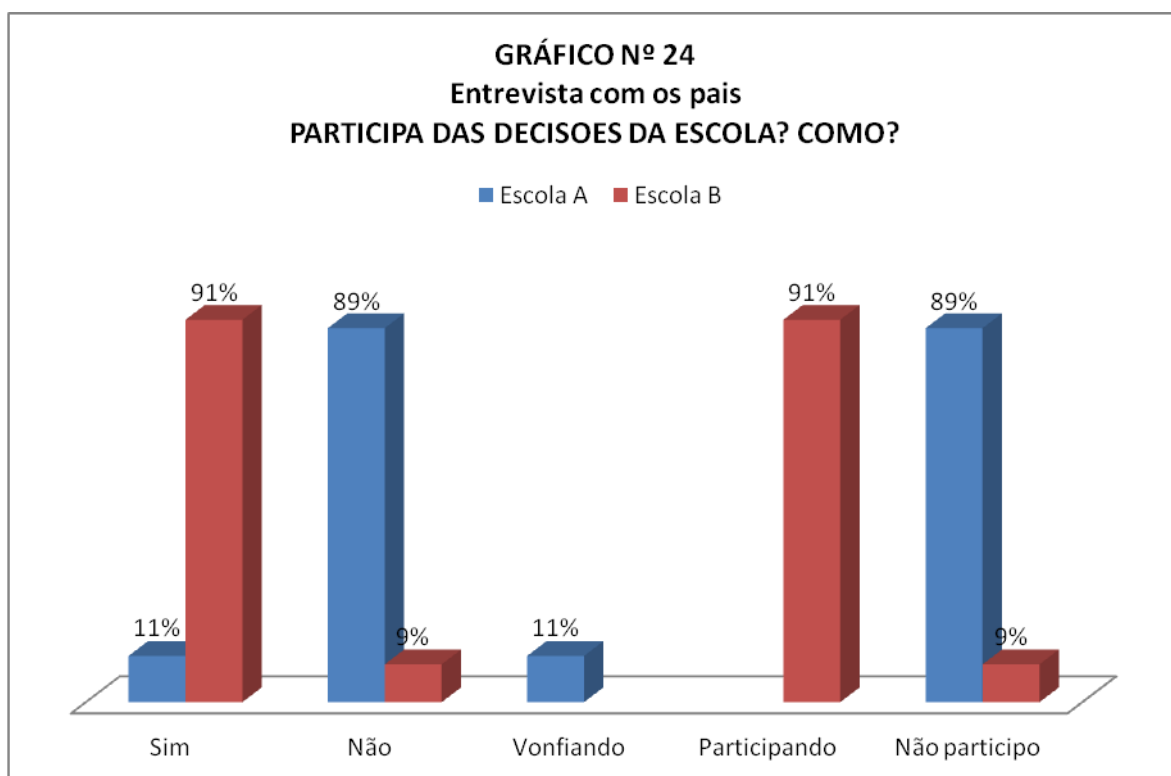
Comentário 23.–Foi feita a mesma pergunta aos pais dos alunos matriculados nas duas escolas, sobre como eles classificam o relacionamento mantido com os professores de seus filhos.

As respostas à pergunta estão registradas no gráfico Nº 05, como:

Para 44% dos pais, com filhos na escola A, o relacionamento com os professores dos seus filhos é considerado Bom.

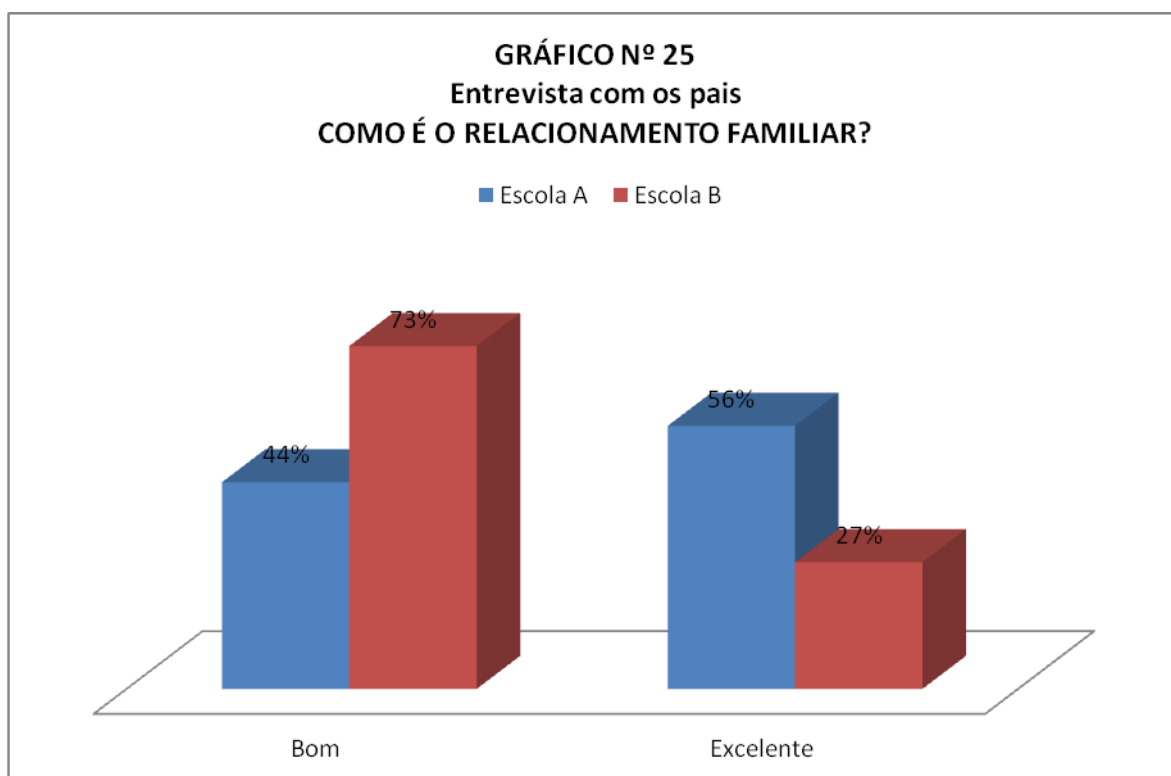
91% dos pais, com filhos na escola B, tem igual conceito do seu relacionamento com os professores.

Enquanto, 56% dos pais, com filhos estudando na escola A, classificam como excelente o relacionamento com os professores, somente 09% dos pais, com filhos matriculados na escola B, o consideram Excelente.



Comentário 24.– Esta questão representada pelo Gráfico Nº 06 procura trazer luz sobre o nível de interação existente entre os pais dos alunos e as escolas a quem confiaram a educação intelectual dos seus filhos.

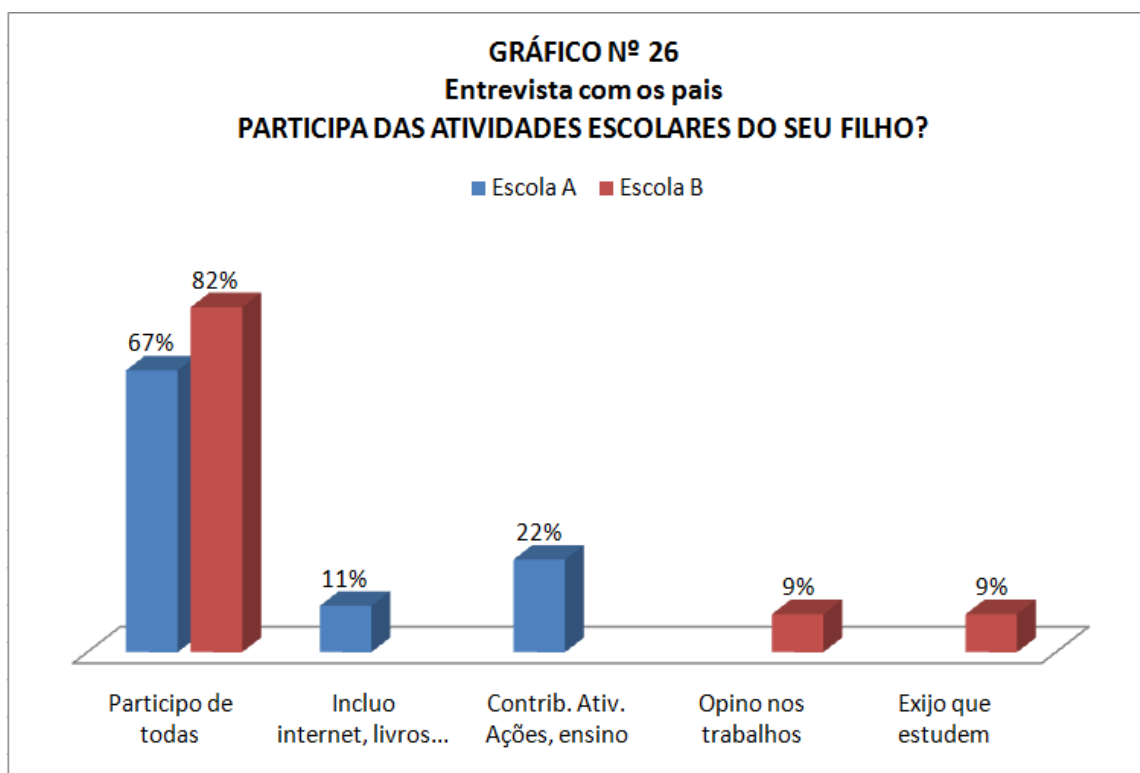
- 89%, esta é a parcela expressiva dos pais dos alunos da escola A que afirmaram, em suas respostas, não participarem das tomadas de decisões da escola responsável pelo processo de ensino dos seus filhos;
- Um pequeno número de pais de alunos da escola A, -11% -, alegaram que tem pouca participação nas decisões da escola e, que confiam nas decisões tomadas pelos professores;
- O Gráfico também registra que 91% dos pais dos alunos da escola B, responderam sim, que participam das tomadas de decisões da escola, participando das reuniões destinadas a esse propósito.
- Inversamente ao relatado pelos pais da escola B, apenas 9% dos pais de alunos da escola A, afirmaram que não participam das decisões da escola responsável pelo ensino dos seus filhos.



Comentário 25.– A análise dos dados registrados neste Gráfico, relativos às respostas dadas pelos pais dos alunos a uma questão demasiadamente delicada, acerca do relacionamento familiar, tema de cunho pessoal, mostra que:

Percentualmente 44% dos pais de alunos, que estudam na escola A, e 73% dos pais de alunos matriculados na escola B, afirmam ter um bom relacionamento com seus familiares;

Um número mais expressivo, 56% dos pais dos alunos da escola A, e uma parcela reduzida, 27% dos pais dos alunos da escola B, asseguram ter um excelente relacionamento com seus membros.



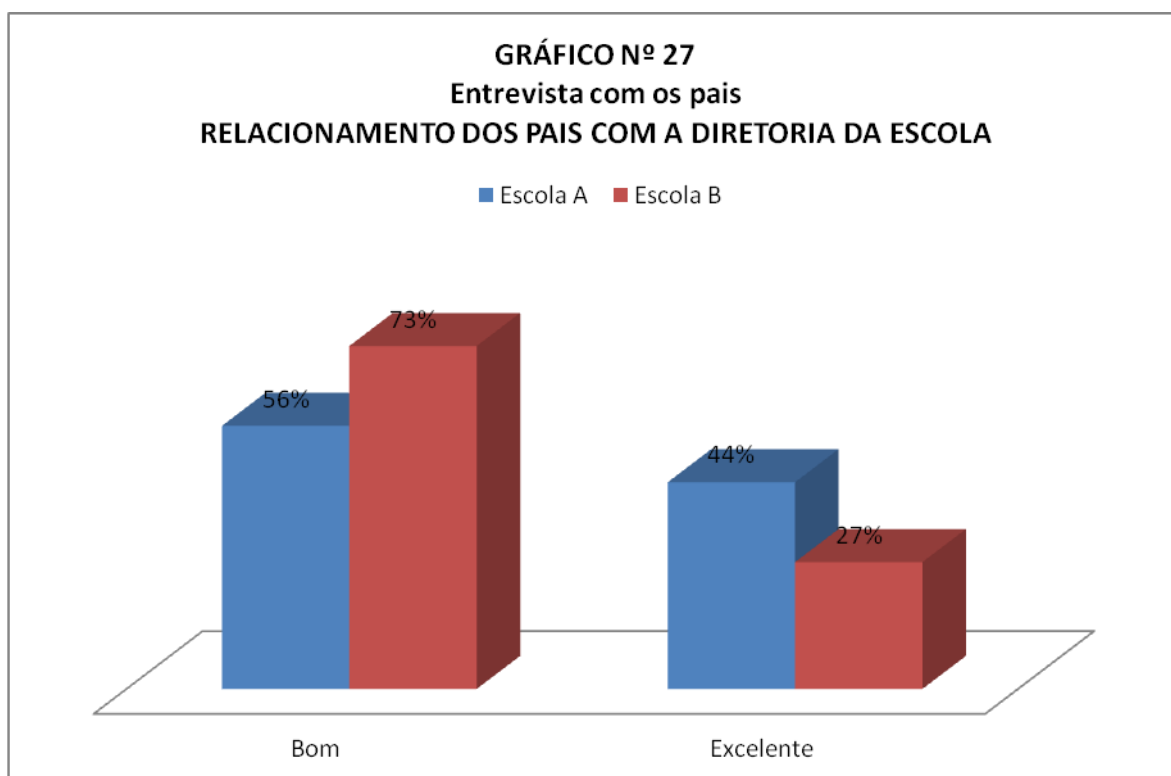
Comentário 26.— Os dados registrados, neste Gráfico, retratam a forma como os pais dos alunos das duas escolas selecionadas tem se comportado em relação a este importante tema, que terá reflexos positivos ou negativos para o desenvolvimento dos estudantes.

Os pais dos alunos matriculados nas duas escolas responderam que participam de todas as atividades escolares de seus filhos, esta afirmativa foi feita por 67% dos pais de alunos da escola A, assim como, por 82% dos pais de alunos da escola B.

Um grupo representando 22% dos pais da escola A afirmaram que dão sua contribuição nas atividades, ações que visem a melhoria da aprendizagem e independência para os filhos estudarem.

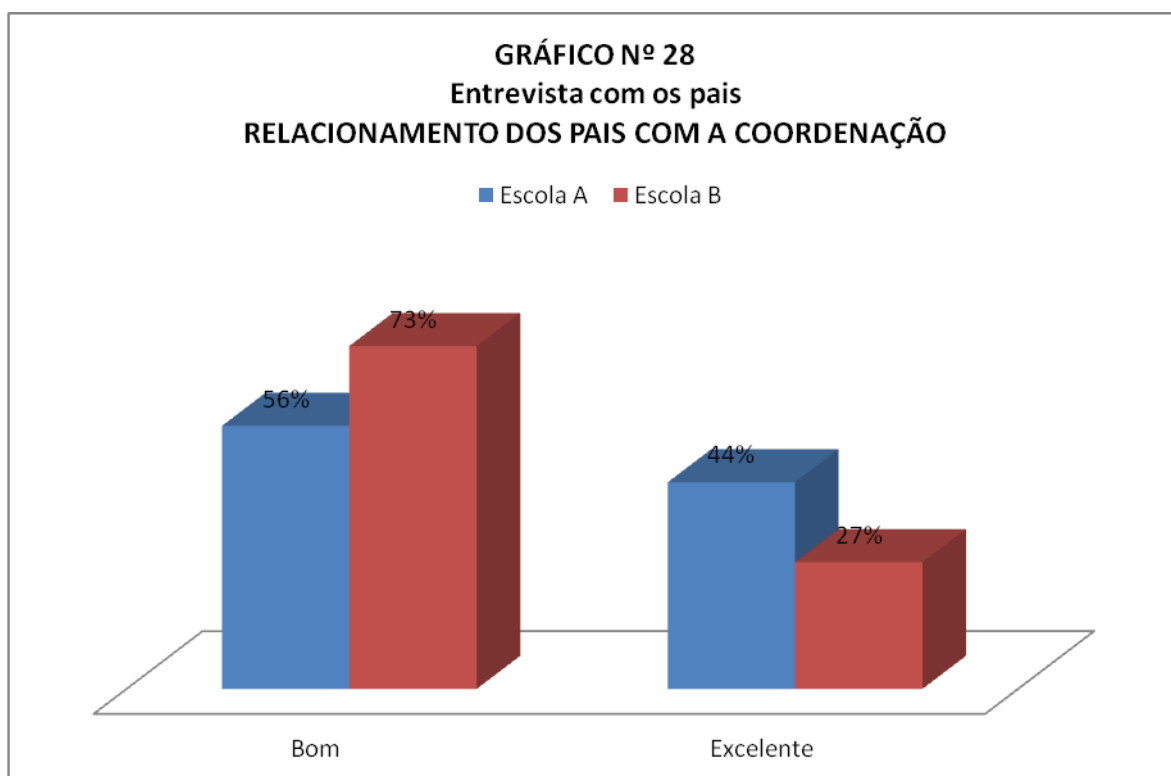
Outro grupo, com 11% de pais dos alunos da escola A, relataram que além de conceder autonomia de estudo aos filhos, propicia o uso da internet, a compra de livros e tablets.

Dois grupos de pais de alunos que estudam na escola B, contando com 9% cada um disseram que opinam na realização dos trabalhos escolares dos filhos e exigem que estes estudem.



Comentário 27.— Esta questão colocada para os pais dos estudantes das duas escolas escolhidas representou uma oportunidade para que os pais, verdadeiramente relatassem, sem quaisquer constrangimentos, possíveis dificuldades, ou não, de relacionamento com os diretores das referidas escolas. Dos dados coletados e registrados no Gráfico nº 09, se pode inferir que:

- Os pais dos estudantes, 56% da escola A, e 73% da escola B, relataram que tem bom relacionamento com os diretores das escolas, onde seus filhos recebem educação intelectual;
- Os demais pais, compreendendo 44% referentes à escola A, e 27% à escola B, afirmaram em suas respostas, que mantém excelente relacionamento com os diretores das escolas, às quais, confiaram a educação de seus filhos.

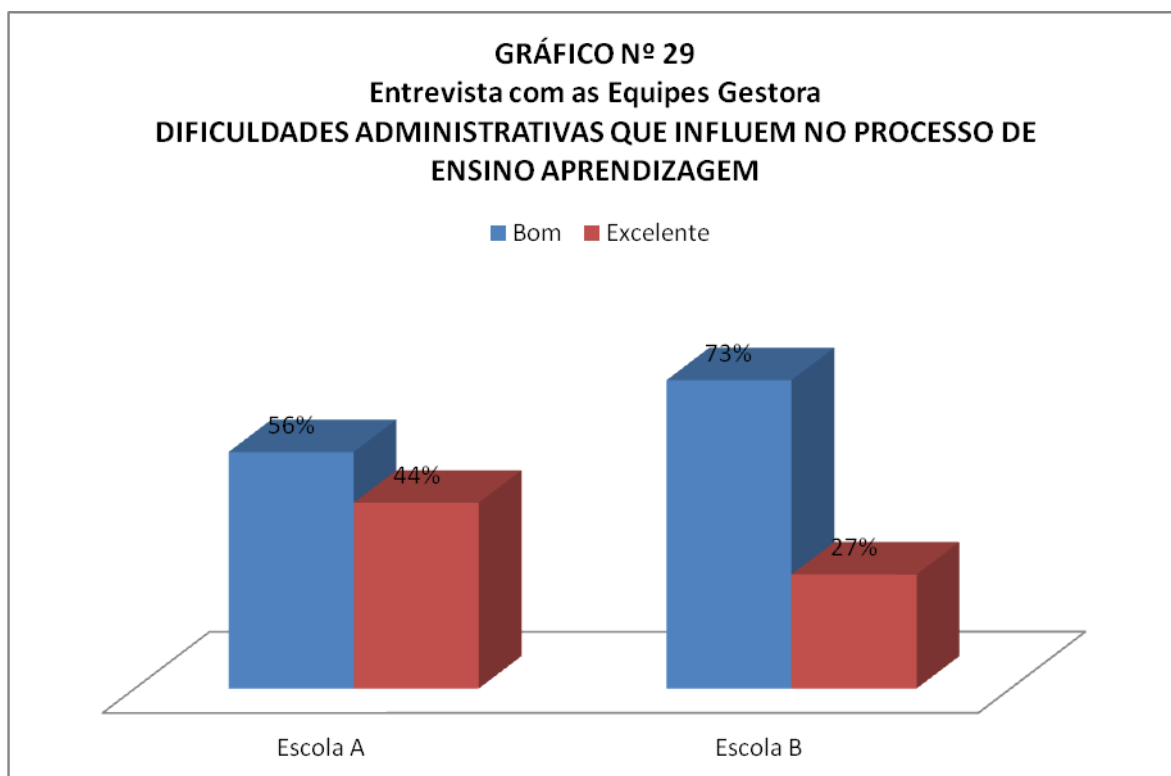


Comentário 28. – A análise dos registros relativos às respostas dos pais dos estudantes das escolas A e B, o gráfico nº 10, revela que lhes foi dada a oportunidade de tecer comentários acerca de seus relacionamentos com os Coordenadores das escolas que cuidam da educação dos seus filhos.

O fato dos Coordenadores das escolas comporem, em conjunto com os Diretores, a Equipe Gestora das instituições A e B, pode ter sido determinante para que os resultados estatísticos tenham sido idênticos aos conferidos aos Diretores, gráfico nº 09, conforme descritos abaixo:

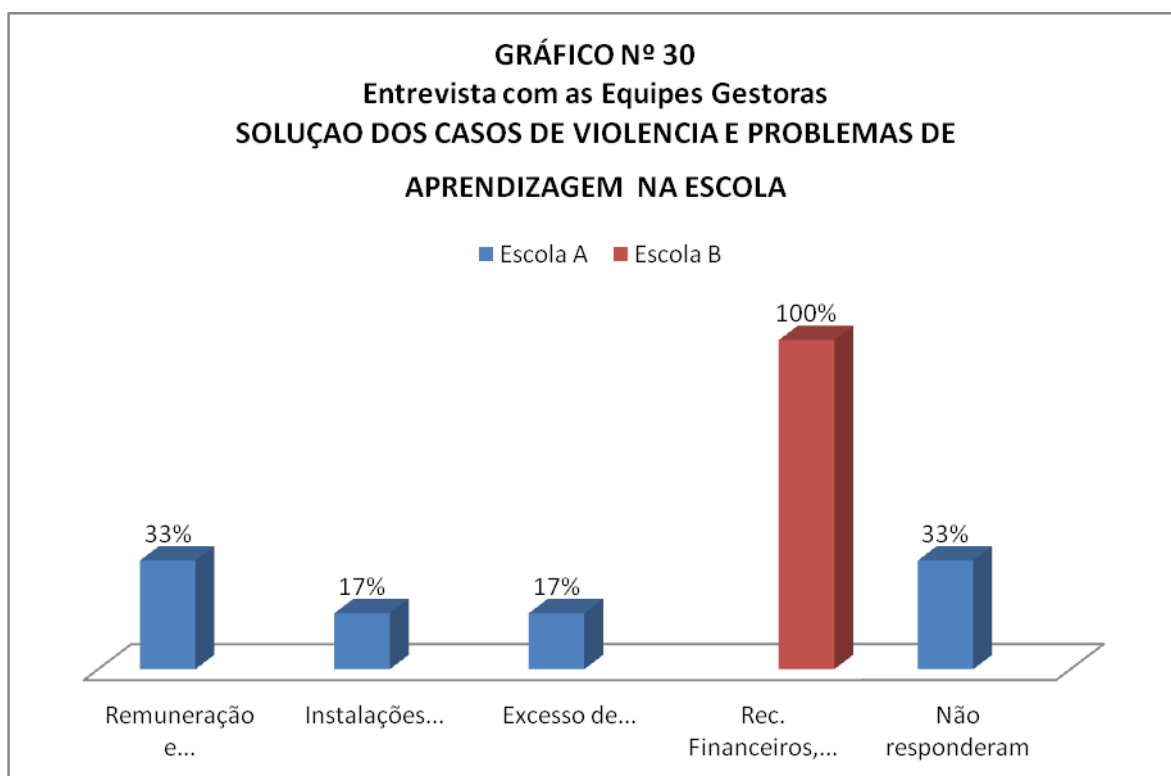
- Os pais dos estudantes, 56% da escola A, e 73% da escola B, relataram que tem bom relacionamento com os Coordenadores das escolas, onde seus filhos estudam;
- Os demais pais, compreendendo 44% referentes à escola A, e 27% à escola B, afirmaram em suas respostas, que mantém excelente relacionamento com os Coordenadores das escolas, às quais, confiou a educação de seus filhos.

1.5. Entrevistas com as equipas gestoras



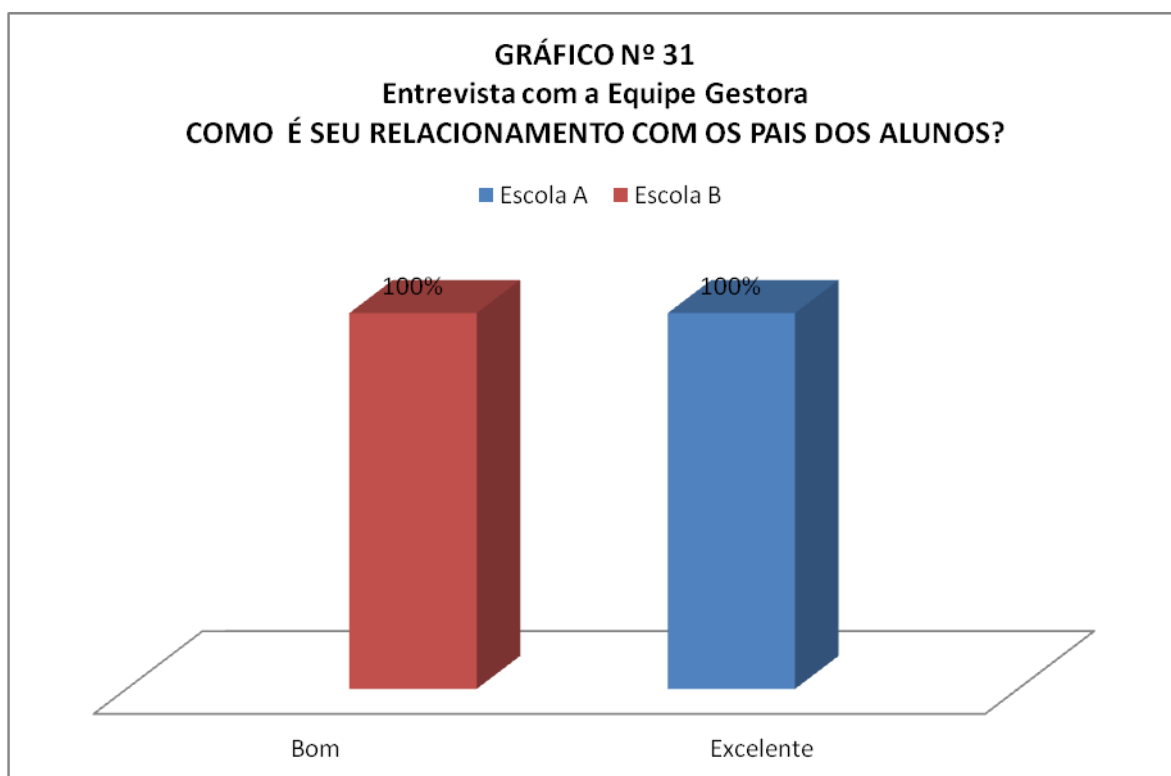
Comentário 29. – O estudo do Gráfico, construído a partir das respostas oferecidas pelos membros das equipas gestoras das escolas A e B, demonstra quais dificuldades administrativas, estas equipas, veem como provocadoras de interferências no processo de ensino,

- 33%, dos gestores da escola A, citam a baixa remuneração e a falta de capacitação continua como dificuldades principais;
- 17%, dos gestores da escola A, afirmaram que as instalações físicas precárias têm interferido diretamente na qualidade do ensino;
- 17%, dos gestores da escola A, apontam o excesso de burocracia e a baixa qualidade dos serviços prestados;
- 100%, dos gestores da escola B, apontam a escassez de recursos financeiros, a falta da merenda escolar, o ambiente físico inadequado e a carência de servidores, como as principais dificuldades administrativas que tem interferido no processo de ensino; e
- 33%, dos gestores da escola A, não responderam a esta pergunta.



Comentário 30.– A análise das respostas oferecidas pelos membros das equipes gestoras das duas escolas representa a oportunidade única de conhecer o ponto de vista dos gestores e as estratégias empregadas para solucionar os problemas de violência e de aprendizagem.

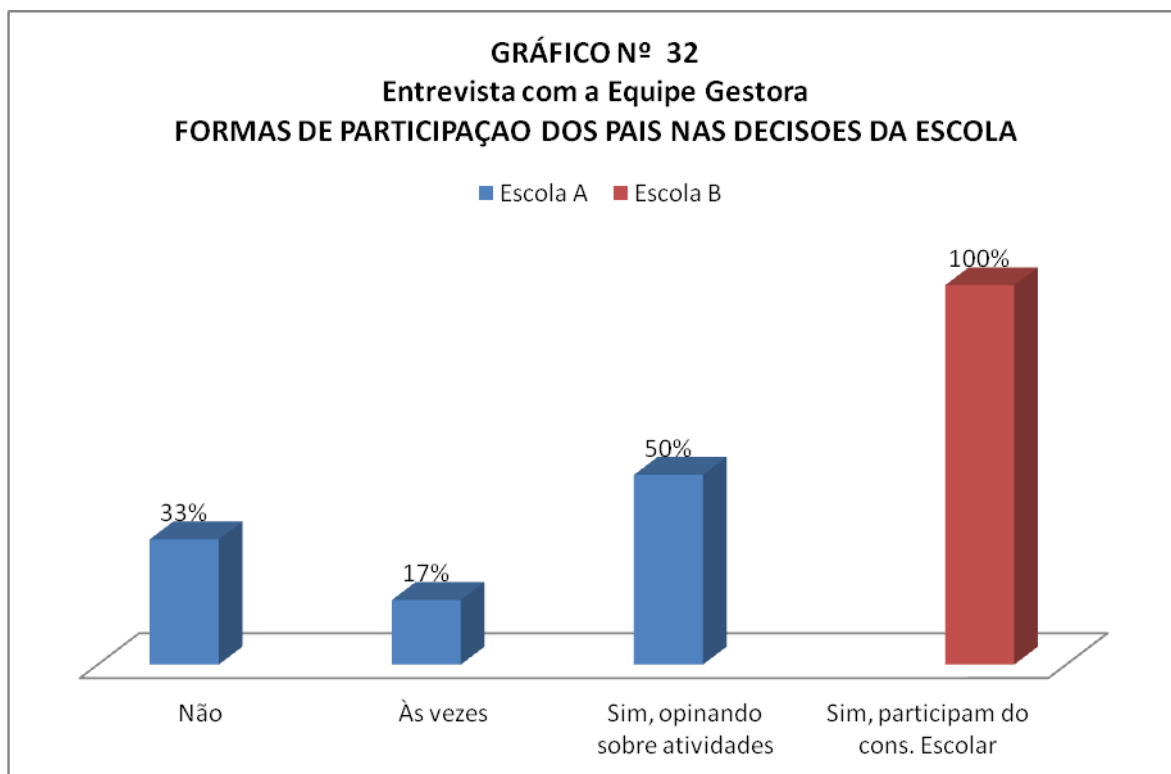
- 17%, dos gestores da escola A, disseram que age com cautela, firmeza e com a participação dos envolvidos;
- 33%, dos gestores da escola A, respondeu que as ocorrências são solucionadas em parceria entre escola, família e psicólogo;
- 17%, dos gestores da escola A, afirmaram que estes problemas são raros e, aqueles que porventura ocorram são solucionados em reunião entre os pais e os professores;
- 33%, dos gestores da escola A, disseram que a escola convida os envolvidos, as famílias para reunirem-se com o psicopedagogo;
- 100%, dos gestores da escola B, responderam que os problemas são solucionados de acordo com a gravidade da ocorrência. Os professores se reúnem com os pais, com o conselho escolar, com o Conselho Tutelar ou Ministério Público Estadual.



Comentário 31. – As equipes gestoras das escolas tem a missão de liderar toda a equipe de educadores e servidores das instituições que administram. Elas devem, com seus exemplos pessoais e coletivos, com posicionamentos e atitudes mostrarem o rumo que deve ser seguido, o interesse verdadeiro pelo progresso e bem estar das pessoas é uma característica que sempre deve estar presente no dia- a- dia dos gestores e demais servidores.

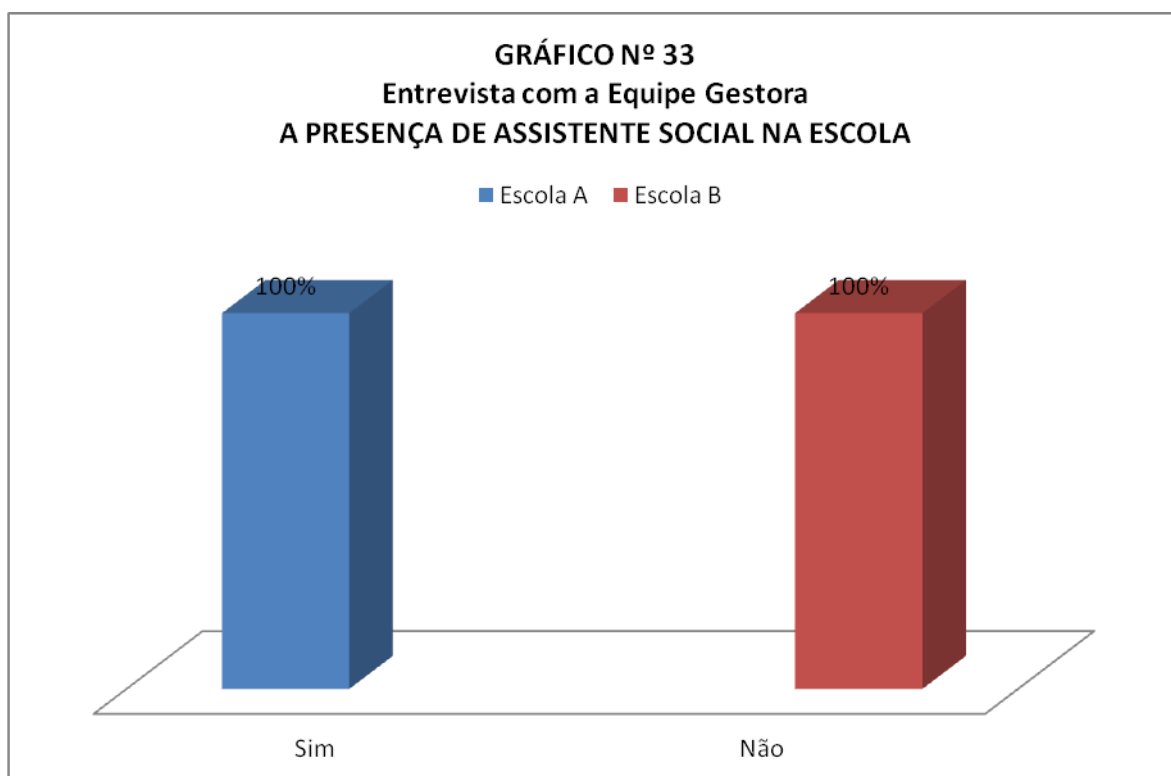
As respostas dos membros das equipes gestoras das duas escolas, registradas neste Gráfico, mostram que estes preceitos de respeito pelo bem-estar das pessoas se faz presente.

- 100%, dos gestores da escola A, responderam que tem excelente relacionamento com os pais dos alunos; e
- 100%, dos gestores da escola B, afirmaram que mantém um bom relacionamento com os pais dos alunos.



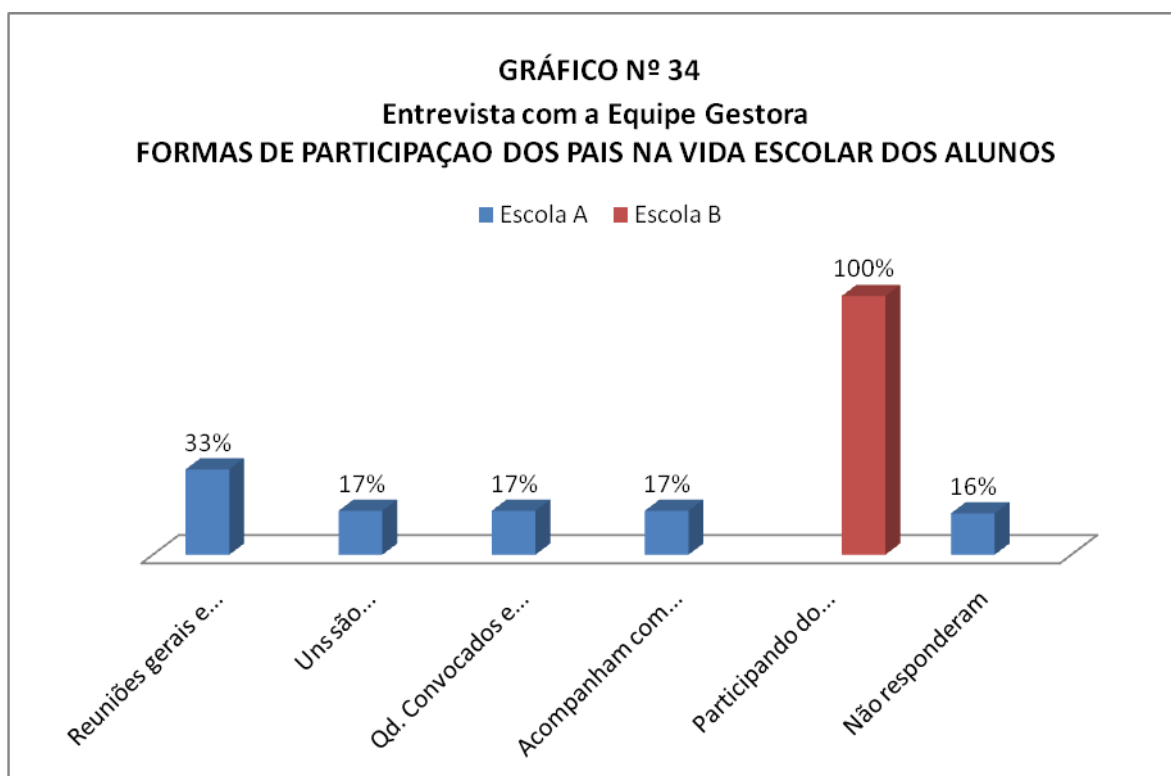
Comentário 32.– Analisando as respostas das equipes gestoras, neste Gráfico, relativas à participação dos pais dos alunos nas decisões das escolas onde seus filhos estudam, compreendemos como as equipes veem esta participação.

- 33%, da equipe gestora da escola A, reconhecem que os pais dos alunos não têm participação nas decisões tomadas pela escola;
- 17%, da equipe gestora da escola A, tem uma visão mais moderada e dizem que, às vezes os pais participam das decisões da escola;
- 50%, da equipe gestora da escola A, tem uma percepção distinta dos demais membros e afirmaram que os pais participam das decisões e opinam sobre as atividades escolares;
- 100%, da equipe gestora da escola B, afirmaram que os pais participam do conselho escolar e das decisões da escola.



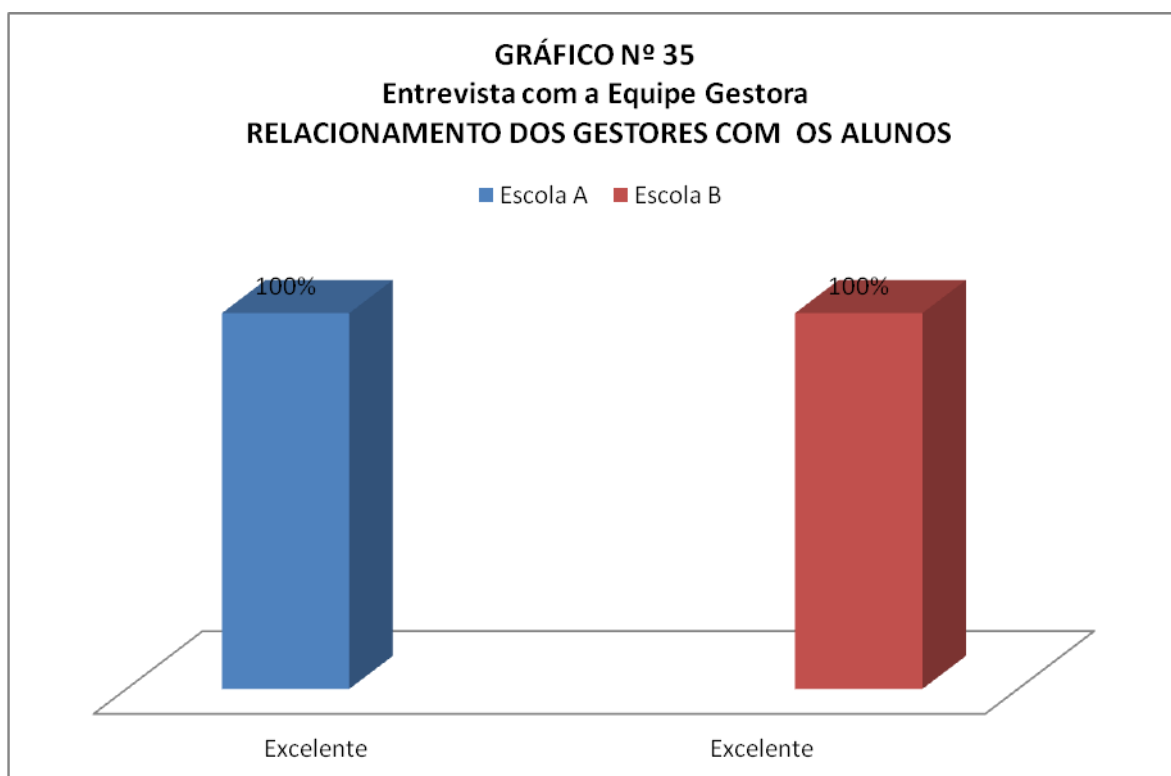
Comentário 33. – O Gráfico apresenta o resultado das respostas dadas, pelas equipes gestoras das escolas A e B, à questão formulada para apurar se as escolas contam com a presença do Assistente Social. As respostas foram:

- 100%, da equipe gestora da escola A, respondeu que a escola conta com Assistente Social;
- 100%, da equipe gestora da escola B, afirmou que a escola não conta com Assistente Social.



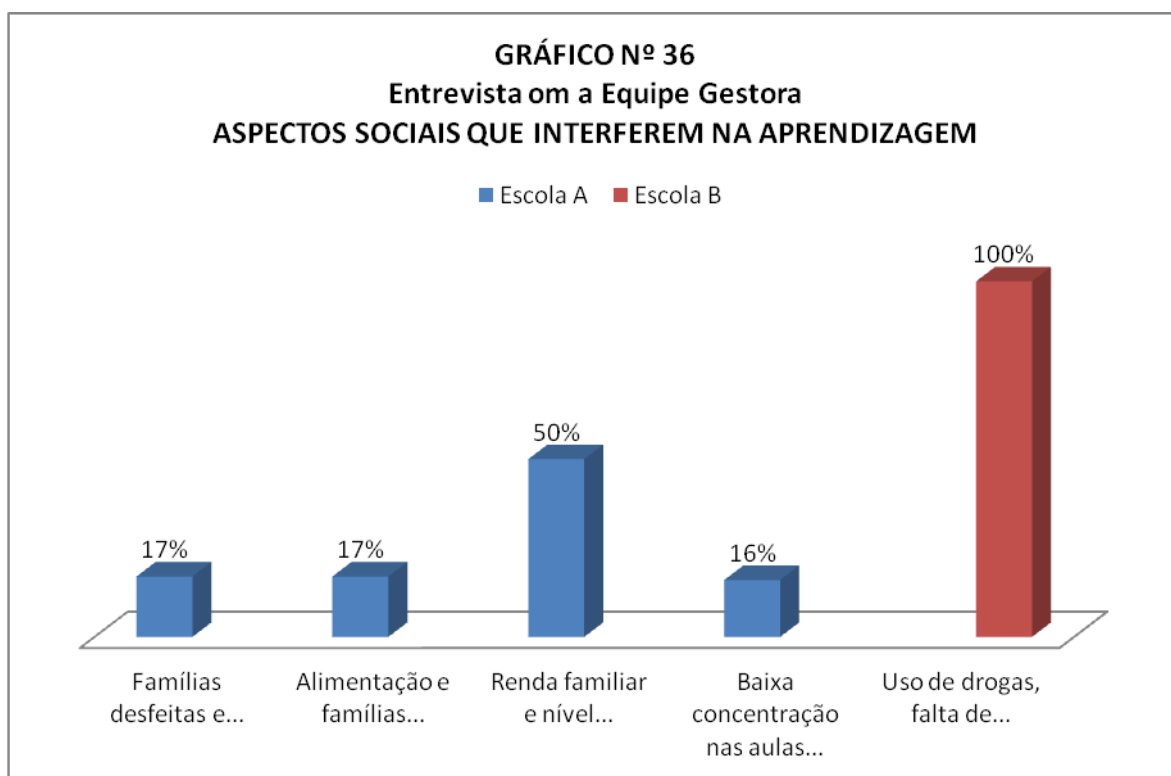
Comentário 34. – Os membros das equipes gestoras das escolas A e B, quando questionados, sobre a forma, como os pais participavam da vida escolar dos alunos, assim responderam:

- 33%, dos gestores da escola A, responderam que os pais participam quando se fazem presente nas reuniões na escola;
- 17%, dos gestores da escola A, afirmaram que alguns pais são participativos, outros não;
- 17%, dos gestores da escola A, disseram que os pais participam quando são convocados para reunião na escola e no final do ano quando ficam atentos às notas;
- 17%, dos gestores da escola A, afirmaram que os pais têm dificuldades para acompanhar a vida escolar dos alunos;
- 100%, dos gestores da escola B, responderam que os pais participam da vida escolar dos alunos quando se fazem presente nas reuniões da escola; e
- 16%, dos gestores da escola A, não responderam esta pergunta.



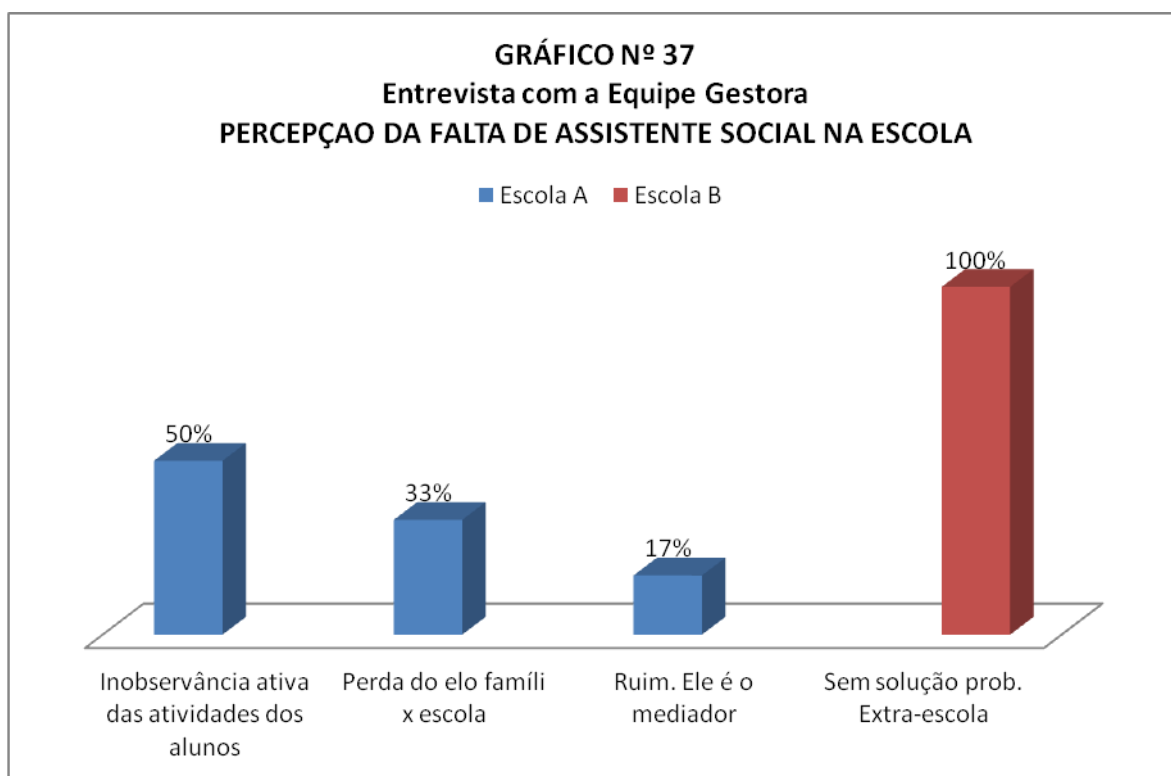
Comentário 35. - As equipes gestoras das escolas, tem a missão de liderar toda a equipe de educadores e servidores das instituições que administram. Elas devem mostrar, com seu exemplo, o rumo que deve ser seguido. O interesse verdadeiro pelo progresso e bem-estar dos alunos é uma característica que sempre deve estar presente no dia –a- dia dos gestores e demais servidores.

- 100% da equipe gestora, da escola A, respondeu a esta pergunta, afirmando que detém excelente relacionamento com os alunos;
- 100% da equipe gestora, da escola B, também responderam, a esta pergunta, alegando que tem bom relacionamento com os alunos.



Comentário 36. - A análise do Gráfico possibilita conhecer o modo como as equipes gestoras das escolas A e B vêem as ocorrências de aspectos sociais que estão interferindo no processo de ensino-aprendizagem.

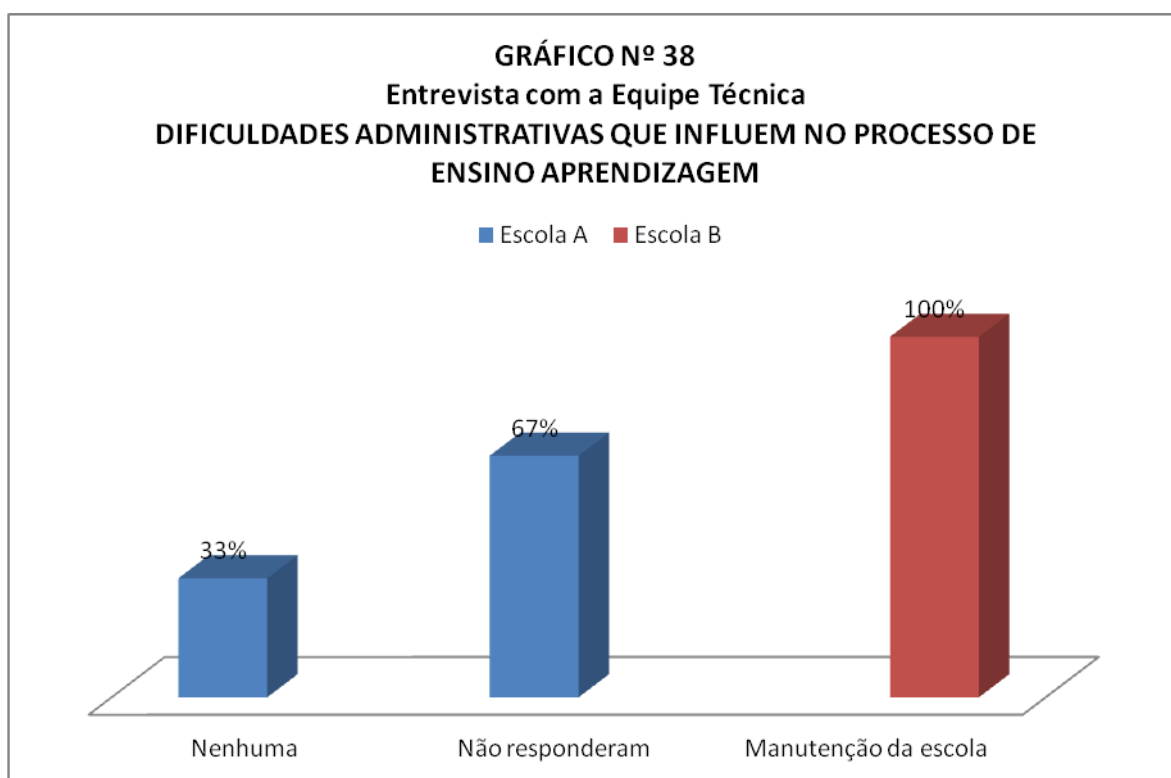
- 17% dos gestores, da escola A, atribuíram a interferência na aprendizagem às famílias desfeitas e à qualidade das moradias dos alunos;
- 17% dos gestores, da escola A, afirmaram que alimentação e famílias desestruturadas estão interferindo no ensino dos alunos;
- 50% dos gestores, da escola A, responderam que as interferências decorrem da renda familiar e do nível intelectual dos pais dos alunos;
- 16% dos gestores, da escola A, alegaram que a baixa concentração nas aulas tem interferido no processo de ensino;
- 100% dos gestores, da escola B, responsabilizam o uso de drogas, a falta de acompanhamento pelos pais, a violência, a indisciplina e o desinteresse como fatores de interferência no ensino.



Comentário 37. - Da análise dos registros, deste Gráfico, se pode inferir que:

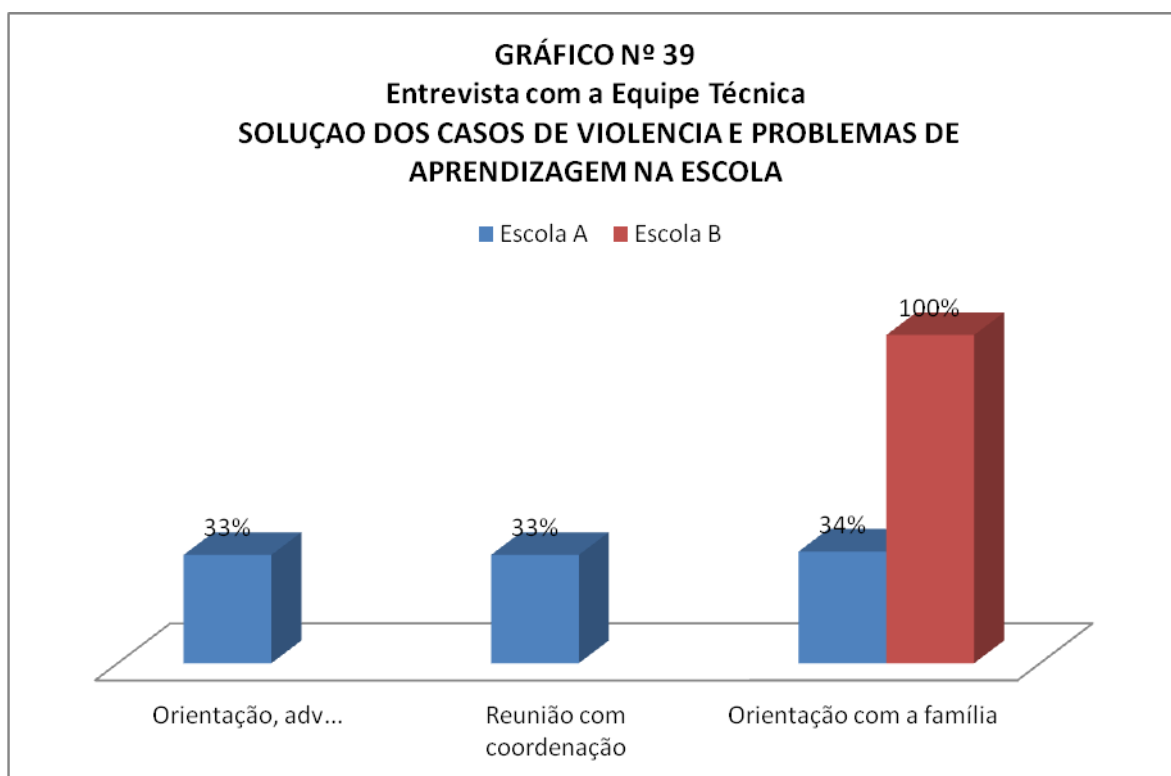
- 50% dos gestores, da escola A, pensam que a falta de Assistente Social implica na inobservância ativa das dificuldades dos alunos;
- 33% dos gestores, da escola A, afirmam que a falta de Assistente Social é responsável pela perda do elo das famílias com a escola;
- 17% dos gestores, da escola A, alegam que ausência de Assistente Social é ruim porque falta o mediador; e
- 100% dos gestores, da escola B, afirmam que a inexistência de Assistente Social implica na inobservância de problemas extra escola e o encaminhamento dos menores aos órgãos oficiais competentes.

1.6. Entrevistas com as equipas técnicas



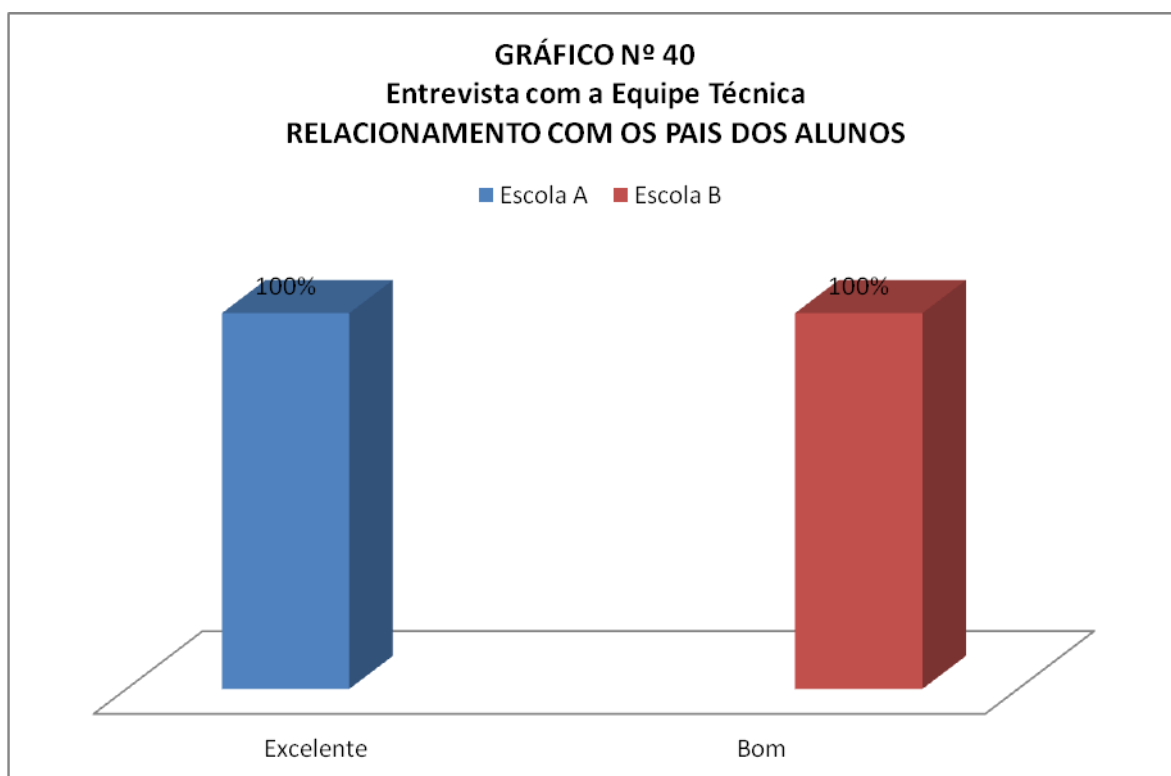
Comentário 38. - O estudo do Gráfico, construído a partir das respostas oferecidas pelos membros das equipas técnicas das escolas A e B, aponta quais dificuldades administrativas, estas equipas, percebem como provocadoras de interferências no processo de ensino.

- 33% dos membros da equipe técnica, da escola A, afirmaram que não perceberam nenhuma dificuldade administrativa interferindo na aprendizagem;
- 67% dos membros da equipe técnica, da escola A, não responderam a esta pergunta; e
- 100% dos membros da equipe técnica, da escola B, apontaram a necessidade de manutenção do edifício da escola como fator de interferência no ensino.



Comentário 39. - A análise das respostas oferecidas pelos membros das equipes técnicas, das duas escolas, representa a oportunidade ímpar para conhecer o ponto de vista dos técnicos e as estratégias empregadas para auxiliar na solução dos problemas de violência e de aprendizagem.

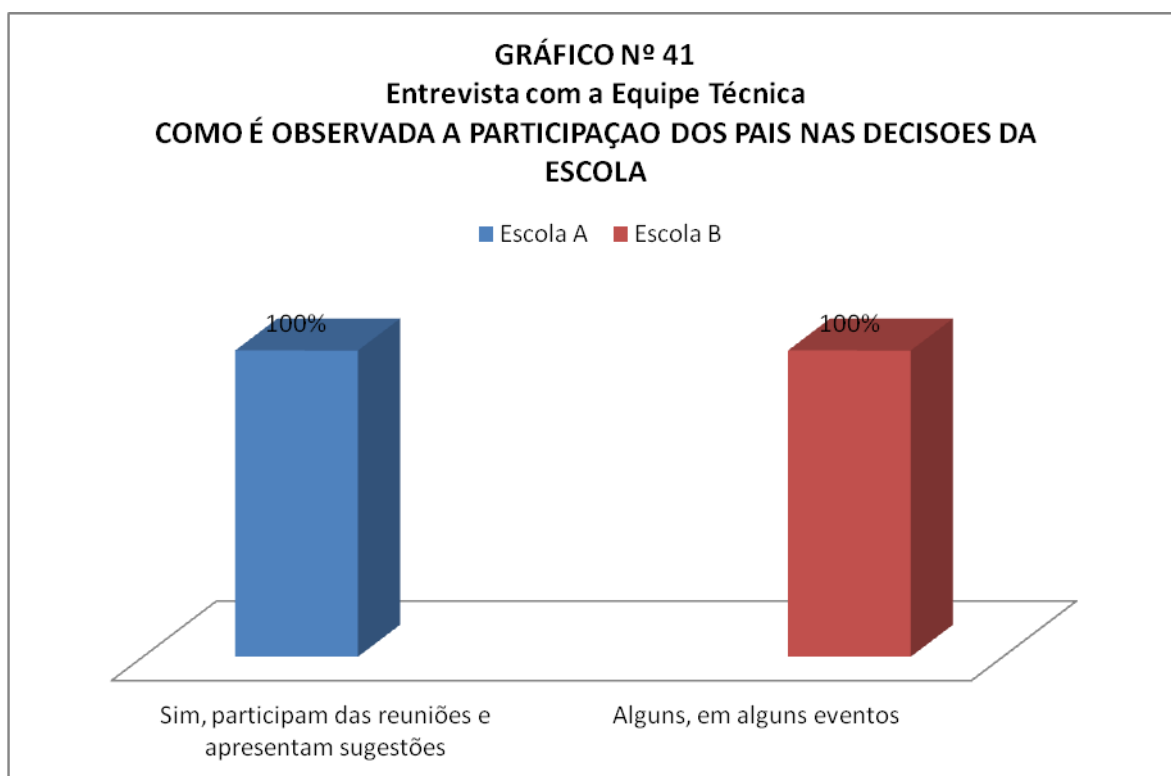
- 33% dos técnicos, da escola A, nos casos de violência ou problemas de aprendizagem convocam os envolvidos para orientação, advertência e, se for o caso, suspensão;
- 33% dos técnicos, da escola A, para solucionar problemas de violência ou de aprendizagem os protagonistas são convocados para reunião com a coordenação ou com a direção da escola;
- 34% dos técnicos, da escola A, e 100% dos técnicos, da escola B, entendem que para solução destes problemas inicialmente o aluno ouve a orientação com a presença das famílias para ciência e auxílio na solução do caso.



Comentário 40. - As equipes técnicas das escolas têm a missão de auxiliar toda a equipe de educadores e servidores das instituições. Elas devem, com seus posicionamentos e orientações mostrar as correções que devem ser observadas, o interesse verdadeiro pelo progresso e bem estar dos alunos é uma característica que deve estar presente no dia-a-dia dos técnicos, gestores e demais servidores.

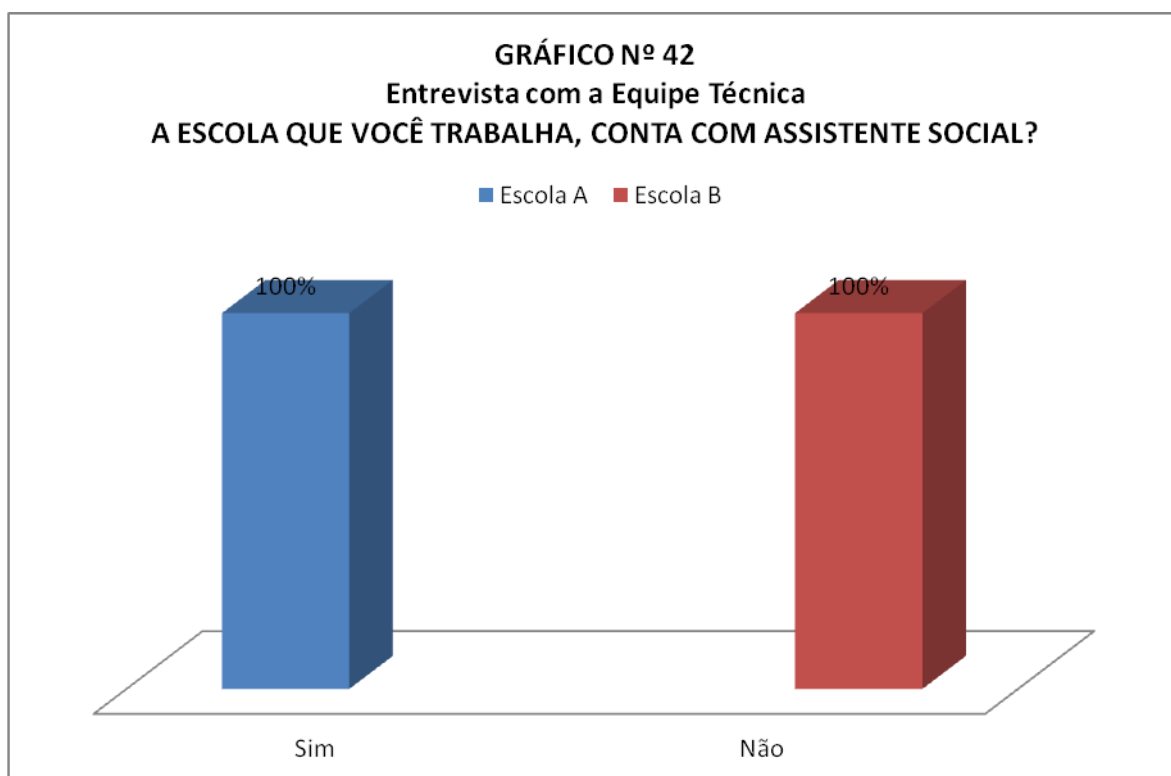
As respostas dos membros das equipes técnicas, das duas escolas, registradas neste Gráfico, mostram que estes preceitos de respeito pelo bem-estar dos estudantes se fazem presente.

- 100% dos técnicos, da escola A, responderam que eles têm excelente relacionamento com os pais dos alunos;
- 100% dos técnicos, da escola B, informaram que possuem um bom relacionamento com os pais dos alunos.



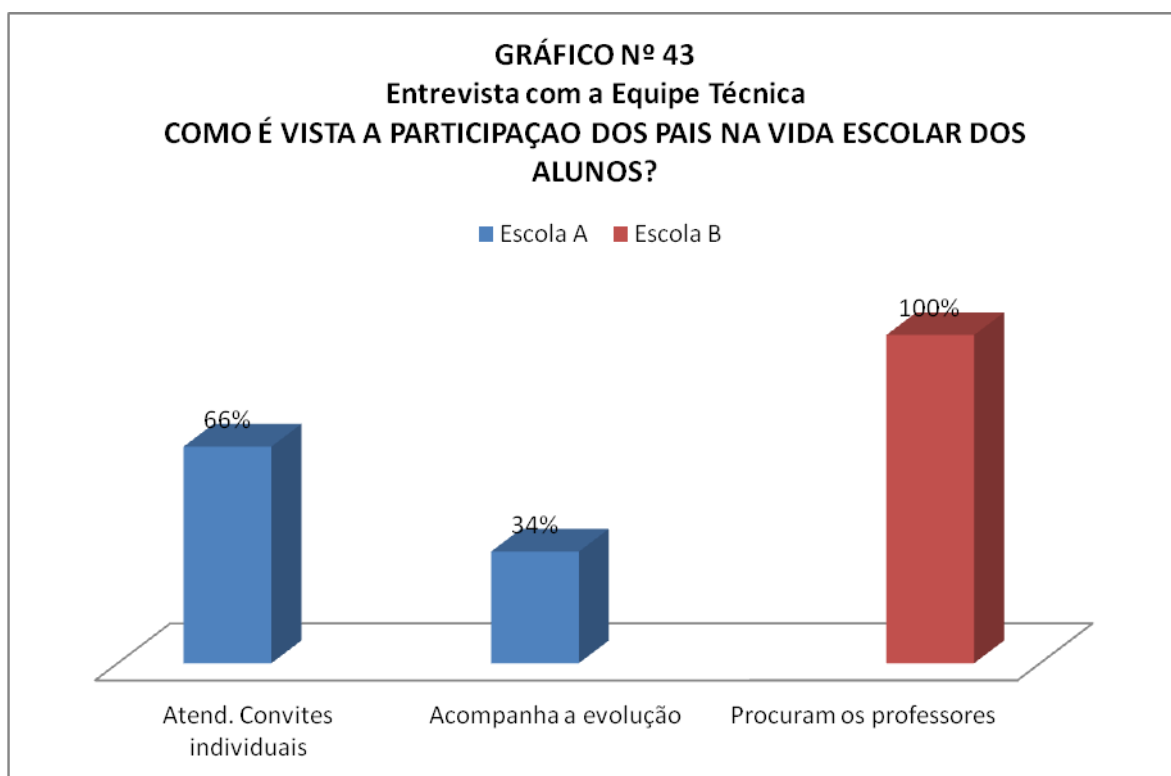
Comentário 41. -Analisando as respostas das equipes técnicas, neste Gráfico, relativas à participação dos pais dos alunos nas decisões das escolas que seus filhos estudam, compreendemos como as equipes sentem esta participação.

- 100% da equipe técnica, da escola A, afirmaram em suas respostas que os pais dos alunos têm participado das decisões da escola, fazendo-se presentes nas reuniões e apresentando sugestões; e
- 100%da equipe técnica, da escola B, responderam esta pergunta afirmando que alguns pais participam das decisões da escola, comparecendo a alguns eventos.



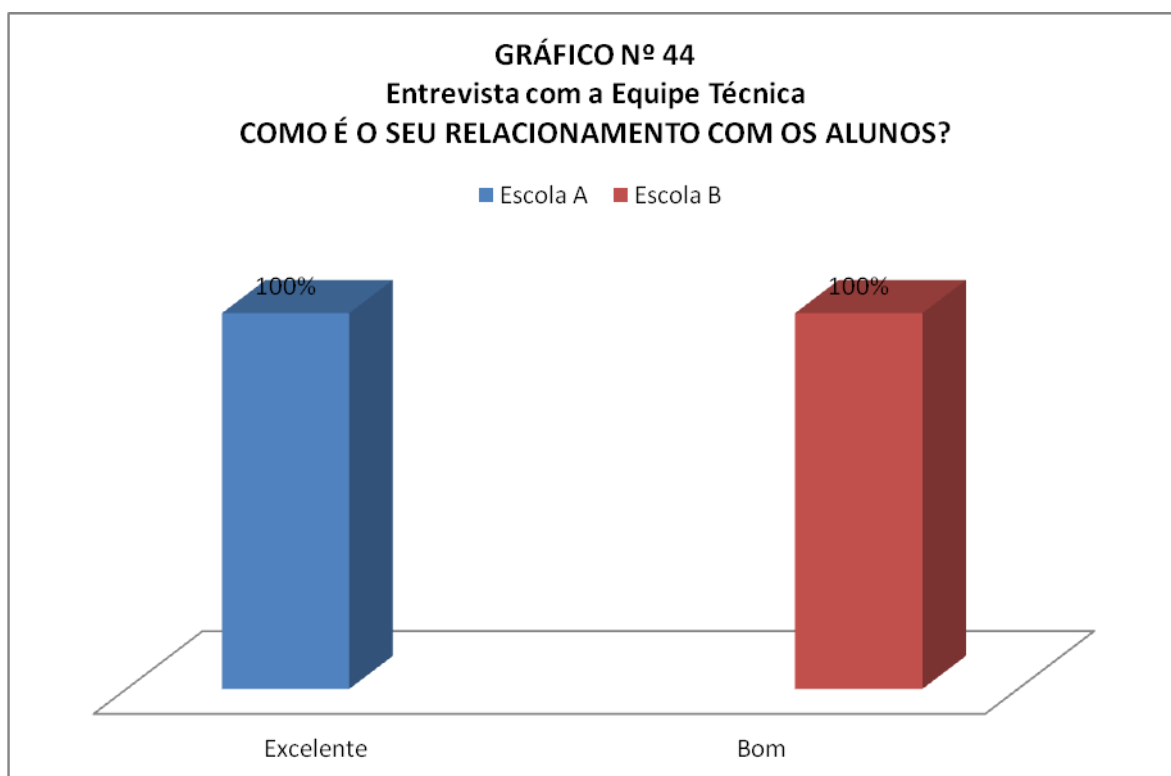
Comentário 42. - O Gráfico apresenta o resultado das respostas dadas, pelas equipes técnicas das escolas A e B, à questão formulada para apurar se as escolas contam com a presença do Assistente Social.

- 100% da equipe técnica, da escola A, responderam a esta pergunta afirmando que a escola conta com Assistente Social em seu quadro funcional;
- 100%da equipe técnica, da escola B, responderam que a escola, onde trabalham, não conta com Assistente Social.



Comentário 43. - Os membros das equipes gestoras das escolas A e B, quando questionados, de que forma, os pais participavam da vida escolar dos alunos, assim responderam:

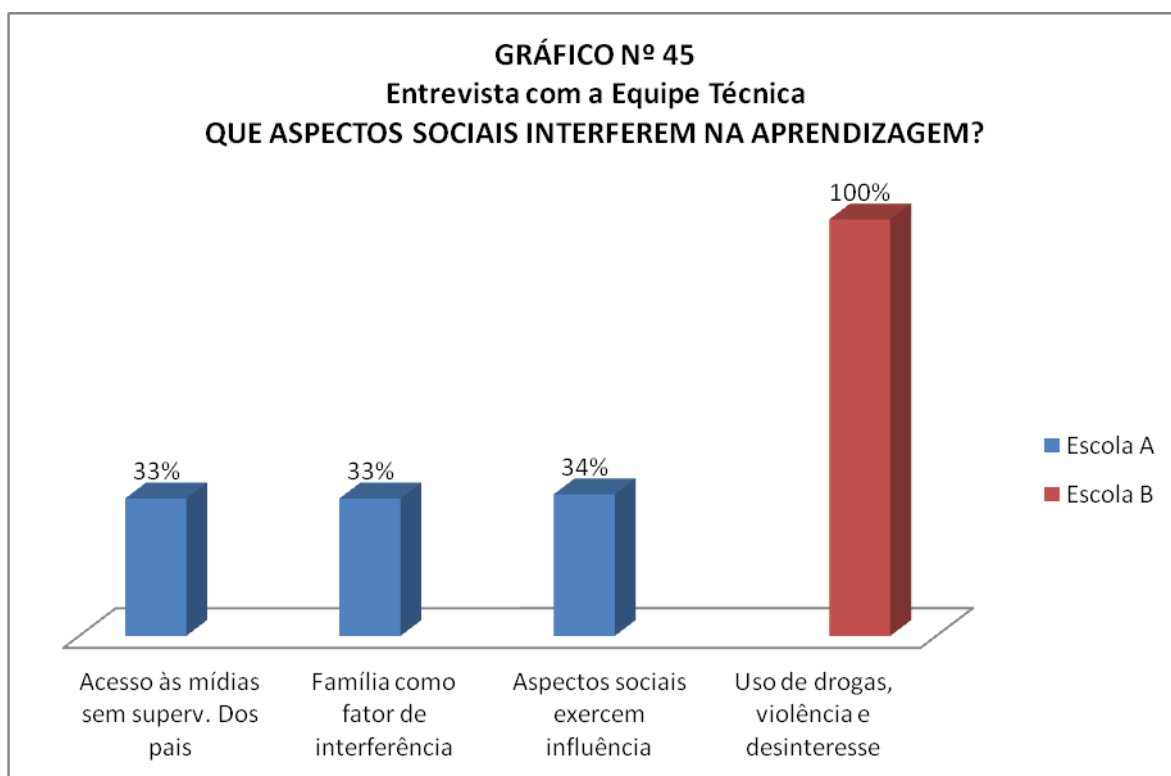
- 66% da equipe técnica, da escola A, responderam esta pergunta afirmando que os pais têm participado da vida escolar dos alunos quando atendem os convites individuais para reuniões, através do diálogo com os professores, coordenadores e equipe técnica;
- 34% da equipe técnica, da escola A, afirmaram que um número significativo dos pais acompanha a evolução da aprendizagem dos alunos;
- 100% da equipe técnica, da escola B, relataram que os pais procuram os professores e coordenadores para acompanhar a aprendizagem e o comportamento dos alunos.



Comentário 44. - As equipes técnicas das escolas tem a missão de auxiliar toda a equipe de educadores e servidores das instituições para as quais trabalham. Elas devem apontar o rumo que deve ser seguido. O interesse verdadeiro pelo progresso e bem-estar dos alunos é uma característica que deve estar presente no dia –a- dia da equipe técnica, gestores e demais servidores.

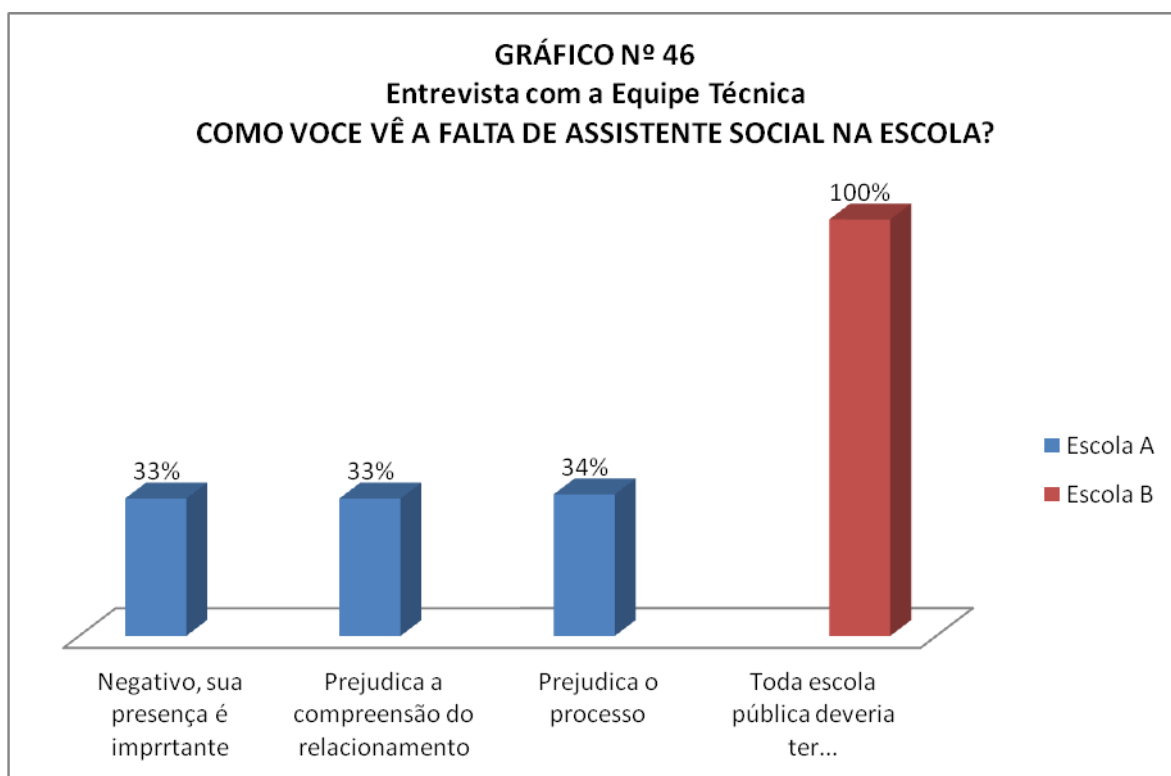
Pelo motivo acima, perguntou-se aos membros das equipes técnicas, das duas escolas, como era o relacionamento que eles mantinham com os alunos e, suas respostas foram:

- 100% da equipe técnica, da escola A, responderam a esta questão afirmando que mantém excelente relacionamento com os alunos;
- 100% da equipe técnica, da escola B, afirmaram que possuem bom relacionamento com os alunos.



Comentário 45. - A análise do Gráfico possibilita conhecer o modo como as equipes técnicas das escolas A e B veem a interferência de fatores sociais no processo de ensino-aprendizagem.

- 33% dos membros da equipe técnica, da escola A, afirmaram que fatores como a cultura local, os acessos às mídias, sem a supervisão dos pais, afetam o processo de ensino.
- 33% dos membros da equipe técnica, da escola A, apontam a própria família do aluno como fator de interferência no processo de ensino;
- 34% dos membros da equipe técnica, da escola A, responderam que, na opinião deles, todos os aspectos sociais, positivos ou negativos, exercem influência sobre o ensino.
- 100% dos membros da equipe técnica, da escola B, apontaram o uso de drogas, a violência e o desinteresse como fatores sociais que exercem influência sobre o ensino.



Comentário 46. - Da análise dos registros deste Gráfico, das respostas oferecidas pelos membros das equipes técnicas, sobre a falta de Assistente Social nas escolas, se pode inferir que:

- 33% dos membros da equipe técnica, da escola A, responderam que é negativo devido à importância da presença deste profissional na escola;
- 33% dos membros da equipe técnica, da escola A, afirmaram que prejudica a compreensão do relacionamento dos alunos;
- 34% dos membros da equipe técnica, da escola A, apontam que é prejudicial ao processo de ensino; e
- 100% dos membros da equipe técnica, da escola B, afirmaram que toda escola pública do ensino fundamental e médio deveria ter Assistente Social.

1.7. Entrevista com Assistente Social

Questionamentos	Respostas (Opinião do Assistente Social)
1. Em sua opinião, o que dificulta a Participação da família na escola?	O ritmo acelerado de vida, os valores, a separação conjugal.
2. Como são resolvidos os casos de violência (em geral) dentro da escola?	Trabalhando o aluno junto a coordenação, psicologia, bem como convidando os pais para conhecimento da questão.
3. Você vê a importância da interdisciplinaridade na sua atuação na educação? Como é feita essa pratica na sua escola? Comente:	Vejo de forma mais concreta da psicóloga com a psicopedagoga. Através de conversas com os alunos e orientações aos pais.
4. Os pais participam nas decisões da escola?	Não. Porem comparece para reclamar, sugerir e exigir quando necessário.
5. Você acha que a participação dos pais na escola e importante? Explique:	Com certeza. Estimula nas habilidades, no valor da educação para a vida, na capacidade do filho, no fortalecimento das relações sociais, na autoestima, etc.
6. Como se dá a participação dos pais na vida escolar dos alunos?	Nos encontros de pais e mestres, acesso livre ate a direção, coordenação, ações realizadas na escola (mostras de conhecimento, gincana, jogos escolares).
7. Como e seu relacionamento com os pais dos alunos?	Vejo como satisfatório. Pais procuram frequentemente para solicitar descontos, bolsas e alunos para participar do PROJETO VIDA ou sugerir atividades solidariam, ou ainda partilhar problemas pessoais.
8. Em sua opinião, quais aspectos sociais interferem na aprendizagem dos alunos?	Situação socioeconômica conflitos familiares, separação dos pais, métodos de ensino inadequado, carências afetivas, distúrbios neurológicos genéticos.
9. Em sua opinião como você vê a falta do Assistente Social nas escolas?	Comprometedora. Por que [e o profissional que trabalha com as questões sociais, onde sua pratica leva a ampliação e contribuição para a democracia e acesso aos direitos sociais, civis e políticos, entendendo as dimensões conjunturais da realidade em sua totalidade].
10. Comente sobre sua pratica profissional na área da educação e no processo ensino aprendizagem.	O trabalho nesta Escola é mais focado no PROJETO VIDA (Projeto Vivendo em Instituições com dedicação e amor) desenvolvido com os alunos através de 4 ações anuais que os envolvem, onde mesmo visitam, realizam campanhas, atividades recreativas e o mais importante: • Leva sua alegria, amor, dedicação. As ações também envolvem os funcionários do Colégio. Além do projeto é o Serviço Social que faz a avaliação socioeconômica para o aluno ter direito as <i>bolsas de</i>

	ensino, além de acompanhar o desenvolvimento pedagógico dos mesmos, especialmente dos atletas. • Atendimento aos funcionários (orientações, inclusão de filhos em creches, escolas, campanhas, auxílio funeral, abordagem individual, encaminhamento para a rede). • Projeto de inadimplência, coordenado pelo setor, onde tenho uma funcionaria para operacionalização do mesmo (contatos). O Serviço Social delibera com direção os acordos solicitados pelos pais quanto aos pagamentos em atraso e alterações de descontos em função da situação socioeconômica (desemprego, separação, redução salarial, doença, etc.) • Participação na Associação dos Colégios Diocesanos do Nordeste como Secretaria. • Participação em diversas campanhas da sociedade civil como: Campanha Nacional Anjos da Enfermagem (doação de Kits de higiene pessoal). Rotary Club de Aracaju Leste (doação de brinquedos). Gacc (arrecadação financeira para a construção da sede própria), Hemose (palestras educativas com os alunos para motivarem a doar sangue, transporte dos alunos para a doação). O Assistente Social não tem trabalho especificamente com a equipe interdisciplinar (psicólogo psicopedagogo). Apenas em situações pontuais quando solicitado.
--	--

Quadro nº 12 – Entrevista do Assistente Social da escola A

O profissional de Serviço Social, atuando na escola, desenvolve ações diferentes daquelas desempenhadas pelos profissionais tradicionais da educação, porém sua contribuição pode subsidiar e auxiliar os educadores no enfrentamento de questões associadas ao processo de formação, e problemas sociais vivenciados pelos educandos e seus familiares, sobre os quais, a escola não sabe como intervir e se faz necessário a contribuição de um profissional especializado na área Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família e a escola têm um papel muito importante no desenvolvimento mental, psicomotor, social e afetivo da criança. A família pode participar na vida educacional da criança de diversas maneiras: acompanhamento das tarefas escolares, acompanhamento dos estudos em casa, participando das reuniões de pais, embora, as transformações das famílias, que as mães passaram a trabalhar fora de casa, prejudicaram a participação nas reuniões das escolas que acabaram deixadas de lado por falta de tempo afetando o acompanhamento de seus filhos na escola.

Por muito tempo a família e a escola andaram separadas, a escola ditava as normas chegando a fazer uso das antigas palmatórias, como castigo, para ensinar as crianças e, a família por sua vez, não interferia nessa forma de ensinamento.

A partir da edição do estatuto da criança e do adolescente (ECA) a escola teve que mudar seus métodos de ensino, não mais fazendo uso de castigos. Essa mudança provocou a necessidade de a família ter maior participação nas decisões da escola, desse modo surgiu a escola democrática e participativa. Entretanto, pelas razões anteriormente citadas, esta participação, muitas vezes, fica prejudicada e quem sofre com a ausência da família na escola é a criança que, acaba trazendo os problemas domésticos para dentro do ambiente escolar, causando, na maioria das vezes, a não aprendizagem e também a evasão escolar.

Assim, percebe-se, que o profissional Assistente Social, juntamente com uma equipe interdisciplinar, passe a colaborar nessa aproximação.

Com este trabalho foi possível identificar os principais aspectos acerca da relação entre escola e família e sua importância no desenvolvimento da aprendizagem inclusiva das crianças do ensino fundamental maior. Neste contexto, realça-se a participação do Assistente Social, como agente intermediador, no processo de aproximação e de parceria entre a instituição escolar e as famílias: paralelamente, evidenciou-se o papel do professor, como agente transformador, a participação dos pais e da equipe gestora nesse desafio de formar cidadãos capazes de atender a demanda social do século XXI.

O serviço Social, na educação, ainda encontra um desafio que é o de construir uma prática de qualidade, no meio educacional, em favor da igualdade e da justiça social por falta da sua inserção na escola pública.

A escola, por sua vez, encontra o desafio de melhorar a qualidade do ensino. Essa tarefa só será bem sucedida se houver uma parceria entre a escola e a família. O exercício dessa parceria deve ser estimulado pelos profissionais da escola que possuam habilidades para balizar o fazer pedagógico e as questões sociais, de modo a proporcionar um canal de comunicação eficaz entre a família e a escola. Essa ação deve ter um objetivo comum que é a promoção do aluno e a certeza de que algo está sendo feito em prol desse aluno, com o objetivo de assegurar que lhe seja permitido o exercício pleno de sua cidadania.

E para falar em cidadania é necessário que falemos na inclusão de portadores de necessidades especiais. Assim, oferecer medidas protetivas para todos e qualquer cidadão brasileiro, por meio de políticas públicas que garantam acompanhamento contínuo e ininterrupto para pessoas e famílias é obrigação do Estado e se faz por várias organizações, grupos e instituições.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Educação Especial define-se como “a modalidade de educação escolar, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Delou (2008, p.15).

Sendo assim, a Legislação deve assegurar direitos pleiteados aos alunos portadores de necessidades especiais, inclusive no que tange a educação, devendo assim, criar possibilidades de inclusão destes alunos.

A assistência social é parte integrante das ações que visam à inclusão e garantir direito de cidadania e igualdade de condições de vida a todos os brasileiros. Este é o novo paradigma, o novo modelo da assistência social no Brasil, onde não há mais lugar para troca de favores ou para atuação paternalista. Neste modelo, prevalece a ideia de que se protege para promover, para fazer a pessoa crescer; que deve ser ofertado o mínimo básico para que o indivíduo inicie um processo de promoção humana, de crescimento e de valorização da pessoa. Indo mais além, é a ideia de que o indivíduo ao se promover, promova também o seu entorno, as pessoas que vivem ao seu redor e o seu próprio ambiente de vida. O centro de ação da política de assistência social é a família, vista como elo integrador das ações e como foco de programas específicos. Todos os programas que visam à inserção e à reinserção familiar são prioritários na política de assistência social.

Ao longo deste trabalho procurou-se fazer uma clarificação conceitual dos problemas comportamentais que afetam a vida de um grande número de alunos nos seus mais diversos aspectos: na escola, em casa, na comunidade e no relacionamento com as outras pessoas em geral. A identificação precoce desta problemática, o diagnóstico

preciso das diferentes situações associadas e as intervenções eficazes e abrangentes, são essenciais para um melhor prognóstico em longo prazo.

Todas as informações que recolhemos junto aos alunos, pais de alunos, professores, equipes técnicas, equipes gestoras e assistente social estão de acordo com a literatura especializada, nomeadamente quando se refere que os alunos podem manifestar uma grande variedade de problemas comportamentais, tais como falta de atenção, dificuldade em seguir regras, incapacidade de concluir tarefas, déficit de autocontrole, entre outras, prejudicando o seu aproveitamento escolar.

Por outro lado, os discentes apresentam interações sociais marcadas por comportamentos de disruptividade, impulsividade, provocação e agressividade. Por último, ficou evidenciado que, muitas das alterações significativas do comportamento destes alunos - estudantes de escola pública - estão presentes em dois ambientes distintos, na própria casa e na escola. Estas características comportamentais contribuem para o insucesso escolar, geram baixa autoestima e isolamento escolar, podendo conduzir ao desenvolvimento de sentimentos de aversão e hostilidade contra professores e colegas.

Os responsáveis pelos alunos que se fazem presente, tanto na escola de ensino privado, como na de ensino público que responderam às questões formuladas, são do sexo feminino o mesmo acontecendo com os respondentes do contexto familiar. Tal significa que são as mães - independentemente de trabalharem fora - que se fazem presentes no quotidiano escolar dos filhos. Entretanto, as diferenças fundamentais não terminam aí. A composição familiar das que possuem filhos na escola privada integra de até 2 filhos; enquanto que as famílias com filhos na escola pública, a maioria delas tem mais de 3 filhos.

As implicações decorrentes deste fator, ou seja, número de filhos, quando combinado com outros componentes como, renda familiar, condições de moradia, cultura, etc. auxiliam na compreensão de causas que interferem, entre outras, no comportamento e aprendizagem dos alunos.

Os fatores socioeconômicos influem fortemente nas necessidades de que se ressentem os estudantes, por exemplo: enquanto a maioria dos alunos que estudam na escola privada reclama da inexistência de climatização nas salas de aula e de armários individuais para guardar seus pertences, os alunos que frequentam a escola pública reclamam da necessidade de um ambiente físico adequado para estudarem e da falta de merenda escolar de boa qualidade, item este, que para a grande maioria deles é a principal refeição do dia.

Esses fatores influem ainda, nos relacionamentos com os professores e com os colegas de escola. Os alunos da escola privada, que conta com o auxílio de Assistente Social, apresentam excelente relacionamento entre si, com os professores e com seus familiares, enquanto que, na escola pública, desprovida deste fundamental apoio profissional, surgem problemas comportamentais que afetam o relacionamento com professores, colegas de escola e com a família.

Esse novo desafio que os educadores, que não podem contar com o apoio de Assistentes Sociais, tendem a enfrentar, depende também dos governantes. Não podemos separar escola e política. Pois se assim o pensar, esta é uma imagem ilusória. A escola não é um espaço isolado das divergências sociais, porque ela transmite padrões de comportamento, bem como idéias e valores.

Dessa forma é quase impossível separar a educação da questão do poder, ela não é um processo neutro, logo se acha comprometida com a economia e política de seu tempo. Basta rever a história da educação para percebermos como a escola tem estado longe de uma prática de equidade, uma vez que, nem oferecia oportunidades iguais de estudo para todos.

Compete, então, à escola e a todos os intervenientes no processo educativo (governantes, pais, professores, equipes técnicas, equipes gestoras, equipes de intervenção social e a comunidade) criar condições para que no futuro estas crianças venham a ser, tanto quanto possível, jovens autônomos e respeitadores das regras sociais, que se sintam incluídos socialmente e capazes de se adaptarem à escola e às exigências da vida social. Deste modo, é necessário que a educação oferecida nas escolas públicas conte com práticas educativas que contemplem metodologias diferenciadas que atendam, não só aos ritmos e estilos de aprendizagens dos alunos como também às suas características e interesses.

Infelizmente, o sistema público de ensino, em Sergipe, não está preparado para atender as necessidades destes alunos que apresentam problemas de convivência pacífica. Porém, se pensarmos que é na escola que estas crianças passam a maior parte do tempo, se compreenderá melhor a necessidade de uma intervenção urgente e eficaz.

Em que medida a escola sergipana atende e responde às diferenças individuais de cada um dos seus alunos é uma questão pertinente e que não podemos deixar de colocar.

Somos conscientes de que há muitos obstáculos para ultrapassar, para que se possa falar de uma verdadeira educação, nomeadamente falta de formação ou formação inadequada dos professores, falta de recursos materiais, físicos e humanos, bem como,

políticas educativas desajustadas às realidades das nossas escolas e com fins meramente políticas.

Em nossa opinião, é imprescindível apostar na prevenção e, essencialmente, na modificação do ambiente escolar, das práticas pedagógicas para promover ambientes favoráveis à aprendizagem, tornar a escola um local motivante e ligado à vida. Temos que estar atentos e despertos para a necessidade de intervir antecipadamente, com a ajuda de técnicos especializados para que estas crianças possam se equilibrar emocionalmente e seguir em frente.

Exprimimos, finalmente, a nossa confiança na contribuição que este trabalho pode oferecer à resolução do constante drama do insucesso escolar, com o qual nossos estudantes se confrontam, desde muito cedo, na sua trajetória escolar.

Nste trabalho, pretendemos explicitar os contributos que o Assistente Social aporta na promoção da relação entre a escola e a família, orientada para o sucesso educativo dos alunos, em ambientes inclusivos. Entretanto, também, à medida em que se aprofundou o problema, verificou-se que o trabalho e os seus resultados se mostraram enriquecedores, quer ao nível profissional quer ao nível pessoal, na medida em que testemunhámos os esforços, desenvolvidos pela equipe pedagógica da escola pública pesquisada, para solucionar problemas de socialização de alunos e na aproximação às famílias.

Contudo, ficou evidente na escola particular, que a presença do assistente social é fundamental para auxiliar os professores a lidar com estes alunos em contextos escolares. Mediante a ação daquele profissional a aproximação entre a escola e as famílias é mais evidente, contribuindo, assim, para a inclusão destes alunos, com reflexos positivos no seu relacionamento entre pares e com os colegas e professores. Os indicadores positivos identificados a nível do seu rendimento escolar, de autonomia e de autoestima, serão, certamente, também influenciados pela intervenção do profissional em questão.

Quanto à escola pública - embora a equipe gestora se esforce para solucionar os problemas existentes - os resultados ainda deixam a desejar. Provavelmente, a presença de um profissional Assistente Social que trabalhasse a questão social, com visitas domiciliares que visassem a implicação das famílias nos processos de aprendizagem e de comportamento dos alunos, seria um contributo importante para a minimização de tais problemas.

Assim, a inserção do assistente social na educação se justifica a partir da compreensão ampla do processo educacional, contemplando as dimensões cognitiva, afetiva e social. Esta última é o alvo primordial do Serviço Social. A escola por ser um dos

espaços sociais em que as contradições do sistema capitalista se desnudam, é perfeitamente exequível afirmar que o assistente social pode interferir, de forma expressiva, na qualidade da aprendizagem, especialmente se a realidade do aluno não for compreendida pela escola. As múltiplas competências, adquiridas com a sua formação, vão desde o estabelecimento de contatos com as famílias e o Conselho Tutelar, promover cursos para capacitar pais e professores acerca do estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, acompanhar e encaminhar problemas de casos sociais a atuar de forma interdisciplinar para auxiliar na superação de problemas sócio-educacionais contemporâneas como evasão, violência, bullying, drogas, entre outros contribuindo para que todos tenham acesso de forma universal aos direitos sociais, civis e políticos, contribuindo assim com a inclusão.

O homem pode se tornar socializado desde pequeno quando aprende e aplica as regras comportamentais do grupo ao qual pertença.

A educação é formada por um conjunto de ações, fatores e influências que agem sobre o homem com vistas à prepará-lo para a vida no meio social. Ela visa a formar um homem integral, por isso, envolve o desenvolvimento da personalidade nos aspectos físico, intelectual, afetivo e moral, a fim de prover nos indivíduos as qualidades e capacidades humanas necessárias para a vida em sociedade, ou seja, a sua relação com o mundo (Rosário; Dieguez, 2009 apud Malassise et al., 2013, p. 19).

Seguramente, há uma grande necessidade de reflexão sobre a contribuição do Assistente Social na área da educação e, também de conheceras políticas públicas que afetam a mesma, pois sabemos que o profissional, assistente social, está dotado de conhecimentos para enfrentamento dos desafios existentes hoje em todas as esferas da educação criando assim, um caminho de mão dupla, no que se refere aos benefícios prestados aos alunos, ao atendimento social às suas famílias e à orientação para a organização social.

Em termos de epílogo, acrescenta-se que uma análise reflexiva dos processos e resultados emergentes da realização deste trabalho traz à luz, novas inquietações que se afiguram suscetíveis de merecerem resposta mediante futuros projetos de pesquisa. Nesta perspectiva, sugerem-se as seguintes problemáticas:

Que tipo de formação específica deve ser proporcionada aos assistentes sociais para dinamizarem projetos sistematizados de cooperação entre a escola e a família a fim de promover a inclusão curricular e social de alunos com necessidades educativas especiais?

Qual o papel de um assistente social a fim de promover uma participação efetiva das famílias na elaboração e desenvolvimento de planos individuais de apoio a alunos com necessidades educativas especiais?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, S.T. (1997). *Serviço Social na Escola: O encontro da realidade com a educação*, Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto.
- Aranha, M. S. (2004). *Educação Inclusiva: A escola*, SEESP/MEC: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Almeida, N. L. T. (2000). *O Serviço Social na educação* Revista Inscrita, nº 6. Brasília.
- Bellone, M. L. (2008). *Educação à distância* (5ª ed.). Campinas: Editora Autores Associados.
- Arno, S., Lopes, M. S. M., Costa, R. C., Sanghi, S. F. et. Al., (2010). *Processo de trabalho no serviço social*. Canoas: Editora Ulbra.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil* (1ª ed.). Brasília. Centro Gráfico.
- Castro, M. M. *História do serviço social na América Latina*. Tradução Netto, J. P., Vilalobos, B. (1989). (3ª ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- Chiavento, J. J. (2006). *O Golpe de 64 e a ditadura militar*. (2ª ed.). São Paulo: Editora Moderna.
- Carraher, T. N., Schliemann, A. D. (1983). *Fracasso escolar. Uma questão social*. Cadernos de pesquisa, 45, 03/19. São Paulo.
- Cunha, M. A. A. (2013). *Trajetos sinuosos: o bairro, a família e a juventude a um só tempo*. Tese. UNICAMP, Campinas.
- Delou, Cristina Maria Carvalho. *A Educação Especial e a Educação Inclusiva no Cenário Brasileiro: Contextualização do Problema*. Curitiba: IESD Brasil S.A, 2008
- Demo, P. (1993). *Desafios modernos da educação*. Petrópolis: Editora Vozes
- Faleiros, V. P. (2010). *Estratégias em serviço social*. (9ª ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Editora Lusodidacta.
- Frigotto, G. (2010). *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Editora Cortez.
- _____. *Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI*. Revista Brasileira de Educação, vol. 16, n. 46, jan./abr. 2011.
- Guidetti, A. A. (2007). *Ambiente familiar e desempenho acadêmico de crianças do ensino fundamental*. Dissertação. Universidade de Campinas. Campinas.
- Hartmann, S. H. G. (2008). *Sociologia da educação*. Porto Alegre: Editora Ulbra.

- Hernandorena, M. C. A. (2012). *Serviço social na educação. Perspectivas e possibilidades*. Porto Alegre: Editora CMC.
- Hill, M. M. & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Lisboa: Editora Silabo.
- Iamamoto, M. V. (1998). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. (19ª. ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2009). *Perfil dos Municípios Brasileiros*. Assistência Social, Rio de Janeiro.
- Yazbek, M. C. (2008). *Serviço social & sociedade*. Revista quadrimestral de serviço social. Junho de 2008. São Paulo: Editora Cortez.
- Jélvez, J. A. Q. (1995). *História da educação*. – Editora Jantsch e Bianchetti.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (1995). *Metodologia do trabalho científico*. (4ª Ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Laville, C. & Dionne, J. (2008). *A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Lei nº 9.394/96. *Lei de Diretrizes e Bases*. LDB
- Lod, L. H. et. Al., (2003). *Ética e cidadania. Construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília. Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação. SEIF, SEMTEC, SEED. Brasília.
- Lopes, M. S. M. (2008). *Introdução ao serviço social*. Canoas: Editora Ulbra.
- Malassise, R. L. S. (2013). *Políticas públicas*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Martinelli, M. L. (1991). *Serviço social & sociedade*: Revista quadrimestral de serviço social. Ano XII nº 37. São Paulo: Editora Cortez.
- Martinelli, M. L. (1998). *Serviço social & sociedade*: Revista quadrimestral de serviço social. Ano XIX, nº 57. São Paulo: Editora Cortez.
- Minayo, M. C. S. (1993). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade* (14ª ed.). Porto Alegre.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome [LOAS]. (2004). – Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília.
- Mizuno, M. S. (1999). *A incorporação da família pelo espaço escolar: um estudo de caso*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade de Campinas. Campinas.
- Morita, S. M. L. (1991). *Serviço social e sociedade*. Revista quadrimestral, 37, ano XII. São Paulo: – Editora Cortez.
- Moura, G. G. (2014). *Prática de letramento na educação de jovens e adultos*. Uma reflexão sobre o curso proeja de desenho de construção civil do Instituto Federal de Sergipe. (1ª edição). Editora IFI.
- Nabinger, S. B. (2009). *Proteção social e família*. Porto Alegre: Editora Ulbra.

- Nery, M. C. R. (2008). *Sociologia da educação*. Canoas: Editora Ulbra.
- Nogueira, M. A. (1993). *Educação, saber, produção em Mark e Engels*. (2ª ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- Nogueira, Mário Lúcio de Lima. *Tópicos especiais da educação inclusiva*. Curitiba: IESDE. 2004
- Oliveira, J. L. (2010). *Políticas Sociais Específicas*. Canoas: Editora Ulbra.
- Oliveira, M. G. (2011). *A relação entre a família e a creche pública no cuidado e na educação das crianças*. Tese. Universidade de Campinas. Campinas.
- Peres, T. R. P. (2005). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação*. (3ª ed.). Prograd Unesp. Santa clara. São Paulo: Editora 2005.
- Piana, M. C. (2009). *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Editora Unesp Cultura Acadêmica.
- Sá, J. L. M. (1995). *Serviço social e interdisciplinaridade. Dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão*. (2ª ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- Salviano, F. R. (2005). *Família e escola: as relações entre nível socioeconômico e desempenho dos sujeitos da pesquisa gerem*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade de Campinas.
- Sarita, A. (1997) *Serviço social na escola: O encontro da realidade com a educação*. Porto Alegre: Editora sagra Luzzatto.
- Sassaki, R. K. 19Sassaki, R. K. (1999). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: Editora WVA
- Saviani, D. (2000). *Pedagogia histórica-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Editora autores associados.
- _____. (2008). *O legado educacional do regime militar*. Cad. Cedes Vol.28, nº 76, p. 291/312. Campinas.
- Schenneider, A. A. (2008). *Filosofia da educação*. Canoas: Editora ulbra.
- Silva, L. M. M. R (1982). *Serviço social e família. A legitimidade de uma ideologia*. (2ª ed.). São Paulo: Editora cortez.
- Souza, J. C. (2012). *A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança*. Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Fortaleza.
- Terra, S. H. (2001). *Serviço social na educação*. CFESS. Brasília.
- Vieira, B. O. *História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1977.
- Villalobos, B. N. J. P., Castro M. M. (1989) *História do serviço social na América Latina* (3ª ed.). São Paulo: Editora cortez.

Suzane Souza - O Assistente Social como agente da relação entre família e escola na promoção do sucesso educativo

Zarins, L. M. (2004). *Família e educação no Brasil. Uma perspectiva histórica de suas relações*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade de Campinas, Campinas.

REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS

As contribuições do S.S. para a realidade escolar do Brasil, (1997). Disponível em: [http://meuartigo.brasilecola.com/educação ABESS/CEDEPSS](http://meuartigo.brasilecola.com/educação%20ABESS/CEDEPSS).

Barreto M. E. *Políticas públicas de educação inclusiva. Avanços e recuos a partir dos documentos legais*. Disponível em: www.uces.br . Acedido em 02/12/2015.

Educação brasileira no império. Disponível em: [WWW.ACERVO DIGITAL. UNESP.BR/BITSTREAM](http://WWW.ACERVO.DIGITAL.UNESP.BR/BITSTREAM).

Sá, C. S. (2010). *Evolução histórica da família no Brasil*. Disponível em: www.unitoledo.br
Acessado em 22/11/2015.

Santos, A. M. (2009). *Serviço social & realidade: As contribuições do serviço social para a realidade escolar do Brasil*, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206´.
Disponível em <http://meuartigo.brasilecola.com/educação/as-contribuições-serviço-social-para-realidade-escola-htm>

APÊNDICE I

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Educação Especial

Mestranda: Suzane Dantas de Souza

Orientador: Prof. Dr. Jorge Serrano

Termo de consentimento e esclarecimento

Estimado participante.

Te agradeço pela sua participação voluntária em esta investigação que investiga questões relacionadas com **O Assistente Social como Agente da Relação entre Família e Escola na Promotor da Inclusão Educativa**. Se trata, de um estudo que está ligado ao projeto de investigação para obter o título de Mestre em Ciências da Educação na **Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Departamento de Educação Especial**.

Orientador: Professor Doutor Jorge Serrano

Para responder as perguntas é importante que você saiba que:

- E garantido o anonimato dos participantes.
- Responda as perguntas de forma espontânea e tranquila.
- Responda a todas as perguntas.
- O sucesso dessa investigação depende da sua sinceridade.
- Você pode ter acesso ao resultado desta investigação através do investigador.

Este é um estudo de carácter puramente científico e de grande importância para se fazer uma análise e reflexão sobre o assistente social como agente integrador na relação família escola no ano de 2015.

Diante da clareza de informações oferecidas pela investigadora tem o meu consentimento voluntário para participar desta investigação.

Aracaju, Se ____ de _____ de ____.

Assinatura do participante

Investigadora

APÊNDICE II

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Educação Especial

Mestranda: Suzane Dantas de Souza

Orientador: Prof. Dr. Jorge Serrano

ALUNOS

Idade:

Série:

Sexo:

1) Quais as dificuldades que você tem no processo de aprendizagem?

2) Como é seu relacionamento com seus colegas de escola?

() ruim () bom () excelente

3) Como é o seu relacionamento com os professores:

() ruim () bom () excelente

4) Na sua opinião, o que falta na sua escola?

5) Como é o seu relacionamento com sua família: (pais, irmãos etc)

() ruim () bom () excelente

6) Os seus pais participam de sua vida escolar? Como?

APÊNDICE III

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Educação Especial

Mestranda: Suzane Dantas de Souza

Orientador: Prof. Dr. Jorge Serrano

PAIS

Idade:

Sexo:

1) Quantos filhos você tem?

() Um () Dois () Três () Quatro () Mais

2) Renda familiar

() 1 salário

() 2 salários

() 3 salários

() 4 ou mais

3) Como é seu relacionamento com os professores?

() bom () ruim () excelente

4) Vocês participam nas decisões da escola? De que jeito?

5) Como é o relacionamento familiar?

() bom () ruim () excelente

6) Qual sua participação nas atividades escolares de seu filho?

7) Como é seu relacionamento com a diretoria?

() bom () ruim () excelente

8) Como é seu relacionamento com a coordenação

() bom () ruim () excelente

APÊNDICE IV

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Educação Especial

Mestranda: Suzane Dantas de Souza

Orientador: Prof. Dr. Jorge Serrano

PROFESSORES

Idade:

Sexo:

Tempo que exerce essa função:

3) Rede de ensino que trabalha:

() Estadual () Municipal () Federal () Particular

4) Como são resolvidos os casos de violência (em geral) dentro da escola e os problemas de aprendizagem na escola?

5) Como é seu relacionamento com os pais?

() ruim () bom () excelente

6) Os pais participam nas decisões da escola? De que jeito?

7) Tem o profissional Assistente Social na escola que você trabalha?

() Sim () Não

8) Os pais participam das atividades escolares dos seus filhos? Como?

9) Como é seu relacionamento com os alunos e com a família?

() ruim () bom () excelente

10) Na sua opinião, quais aspectos sociais que interferem na aprendizagem dos alunos?

11) Na sua opinião, qual a importância do Assistente Social no processo ensino aprendizagem?

12) Formação acadêmica:

() Licenciatura área _____

() Pedagogia

() Doutor

() Especialista

() Mestre

APÊNDICE V

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Educação Especial

Mestranda: Suzane Dantas de Souza

Orientador: Prof. Dr. Jorge Serrano

DIREÇÃO EQUIPE GESTORA

Função: () Diretor

() Coordenador

() Secretário

() Equipe técnica, Qual? _____

Formação acadêmica:

Tempo que exerce essa função:

13) Quais são as dificuldades administrativas que interferem no processo de ensino aprendizagem dos alunos?

14) Como são resolvidos os casos de violência (em geral) dentro da escola e os problemas de aprendizagem na escola?

15) Como é seu relacionamento com os pais?

() ruim () bom () excelente

16) Os pais participam nas decisões da escola? De que jeito?

17) Tem o profissional Assistente Social na escola que você trabalha?

() Sim () Não

18) Como se dá a participação dos pais na vida escolar dos alunos?

Explique:

19) Como é seu relacionamento com os alunos?

() ruim () bom () excelente

20) Na sua opinião, quais aspectos sociais interferem na aprendizagem dos alunos?

21) Na sua opinião, como você vê a falta de um Assistente Social na escola?

Explique:

APÊNDICE VI

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Educação Especial

Mestranda: Suzane Dantas de Souza

Orientador: Prof. Dr. Jorge Serrano

ASSISTENTE SOCIAL

Tempo de formada:

Tempo que atua nessa escola:

- 1) Na sua opinião o que dificulta a participação da família na escola?
- 2) Como são resolvidos os casos de violência (em geral) dentro da escola?
- 3) Você vê a importância da interdisciplinaridade na sua atuação na educação? Como é feita essa prática na sua escola? Comente:
- 4) Os pais participam nas decisões da escola?
- 5) Você acha que a participação dos pais na escola é importante? Explique:
- 6) Como se dá a participação dos pais na vida escolar dos alunos?
- 7) Como é seu relacionamento com os pais e alunos?
- 8) Na sua opinião, quais aspectos sociais interferem na aprendizagem dos alunos?
- 9) Na sua opinião como você vê a falta do Assistente Social nas escolas?
- 10) Comente sobre sua prática profissional na área da educação e no processo ensino aprendizagem.

Suzane Souza - O Assistente Social como agente da relação entre família e escola na promoção do sucesso educativo

ANEXOS

Foto nº 01 – Colégio Arquidiocesano de Aracaju – Fachada Externa



Foto nº 02- Colégio Arquidiocesano de Aracaju – Sala de Aula



Suzane Souza - O Assistente Social como agente da relação entre família e escola na promoção do sucesso educativo

Foto nº 03 – Colégio Arquidiocesano de Aracaju – Sala do Assistente Social



Foto nº 04 - Colégio Arquidiocesano de Aracaju - Quadra de esportes



Suzane Souza - O Assistente Social como agente da relação entre família e escola na promoção do sucesso educativo

Foto nº 05 - Escola Estadual 08 de Julho de Aracaju - sala de aula

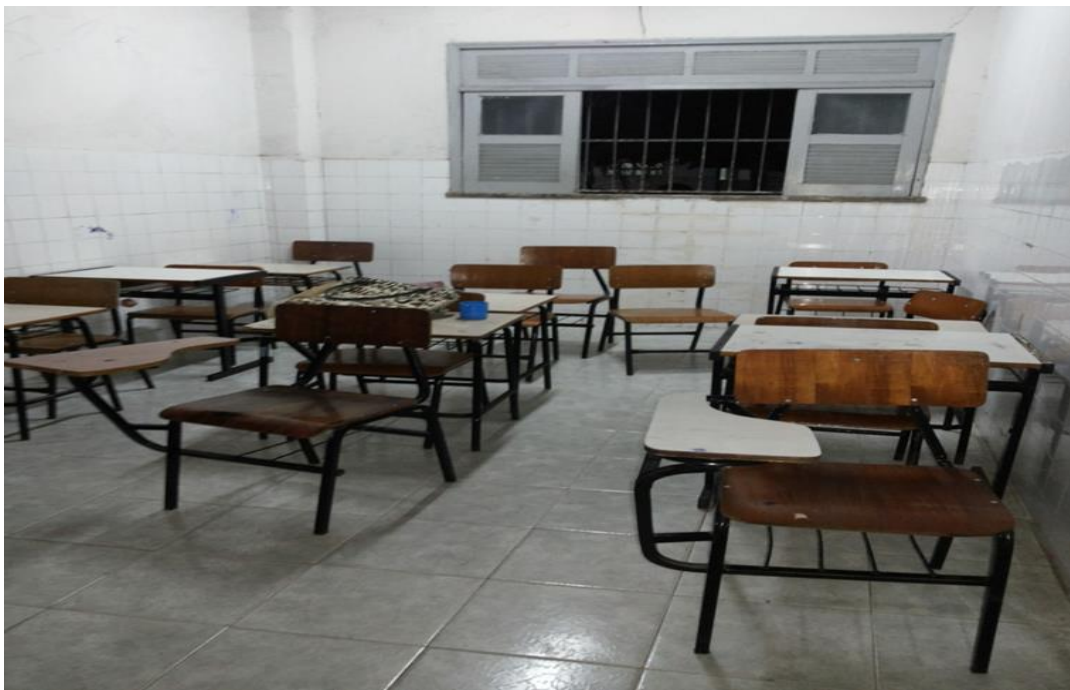


Foto nº 06 - Escola Estadual 08 de Julho de Aracaju - sala dos professores



Foto nº 07 - Escola Estadual 08 de Julho de Aracaju - Biblioteca

Suzane Souza - O Assistente Social como agente da relação entre família e escola na promoção do sucesso educativo



Foto nº 08 - Escola Estadual 08 de julho de Aracaju - Pátio

